

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**MARCELO PELLEGRINI**

**PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS EM**  
**EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS: O CASO DA ROTA VIA ORGÂNICA**  
**DE GARIBALDI-RS**

**PASSO FUNDO – RS**

**2021**

**PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS EM  
EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS: O CASO DA ROTA VIA ORGÂNICA  
DE GARIBALDI-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, na linha de pesquisa Competitividade e Marketing, da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Cláudia Machado Padilha

Coorientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza

**PASSO FUNDO – RS**

**2021**

CIP – Catalogação na Publicação

---

P386p Pellegrini, Marcelo  
Práticas ambientalmente sustentáveis em empreendimentos turísticos  
[recurso eletrônico] : o caso da Rota Via Orgânica de Garibaldi - RS /  
Marcelo Pellegrini. – 2021.  
2.4 MB ; PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Claudia Machado Padilha.

Coorientador: Prof. Dr. Marcelino de Souza.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de  
Passo Fundo, 2021.

1. Turismo e gastronomia – Garibaldi (RS). 2. Agricultura orgânica. 3.  
Sustentabilidade. I. Padilha, Ana Claudia Machado, orientadora. II.  
Souza, Marcelino de, coorientador. III. Título.

CDU: 379.85:574

---

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira - CRB 10/2427

**PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS EM  
EMPREENHIMENTOS TURÍSTICOS: O CASO DA ROTA VIA ORGÂNICA  
DE GARIBALDI-RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, na linha de pesquisa Competitividade e Marketing, da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Administração, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Claudia Machado Padilha e do coorientador Prof. Dr. Marcelino de Souza.

Aprovada em 12 de março de 2021.

Banca Examinadora

Profa. Dra. Ana Claudia Machado Padilha  
UPF – Orientadora

Prof. Dr. Marcelino de Souza  
UFRGS – Coorientador

Prof. Dr. Carlos Peixeira Marques  
Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro,  
Portugal – Examinador

Profa. Dra. Debora Nayar Hoff  
Unipampa, Campus Santana do Livramento –  
Examinadora

Profa. Dra. Janine Fleith de Medeiros  
UPF – Examinadora

**PASSO FUNDO – RS**

**2021**

Dedico este trabalho aos meus pais, Alceu e Sirlei, a minha irmã Grazielle por todo apoio nesta trajetória, e ao meu afilhado, Ernã.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Deus, pela vida, pela saúde e pelas pessoas maravilhosas que colocou em minha vida.

A mim, pelo esforço e pela persistência para que este sonho se tornasse realidade.

À minha família, aos meus pais, Alceu e Sirlei, e à minha irmã, Grazielle, por estarem sempre me apoiando nas decisões.

À minha orientadora, Profa. Dra. Ana Claudia Machado Padilha, a grande motivadora para que eu iniciasse o mestrado, pela orientação, paciência e dedicação, pelo comprometimento e conhecimento compartilhado, pela compreensão, motivação e disponibilidade na elaboração deste trabalho.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Marcelino de Souza, pela coorientação, pelos conselhos, pelo apoio e pelas sábias palavras em todos os momentos.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dra. Janine Fleith de Medeiros, Profa. Dra. Debora Nayar Hoff e Prof. Dr. Carlos Peixeira Marques, pelas contribuições para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos professores integrantes da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (Feac), em especial aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGAdm), meu muito obrigado.

Aos colegas do mestrado, especialmente Morgana Secchi, por todo apoio, companheirismo e ajuda nesta trajetória.

À secretária do PPGAdm, Fabiele Garbin, que sempre esteve pronta para ajudar com eficiência e disposição.

À Universidade de Passo Fundo, por ser minha fonte de conhecimento, aprendizagem e crescimento.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela concessão da bolsa, proporcionando-me esta oportunidade.

E, por fim, a todos aqueles que participaram, direta ou indiretamente, do desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

As rotas turísticas, especialmente as de alimentos orgânicos, são um fenômeno recente no Brasil, geralmente impulsionadas pela vocação regional de produtores orgânicos que se aliam à demanda de consumidores. No estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2016, cria-se a primeira rota de turismo integrada por estabelecimentos que oferecem produtos com certificação orgânica. O objetivo desta pesquisa é analisar as práticas ambientalmente sustentáveis (PAS) nos empreendimentos turísticos que integram a Rota de Turismo Via Orgânica (RTVO) e de que forma elas contribuem para o desenvolvimento do turismo. O método utilizado é de característica descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa e qualitativa, com dados coletados por meio de entrevistas realizadas em oito empreendimentos, de forma presencial e *on-line*, por intermédio da plataforma Google Meet. O roteiro de entrevistas foi formulado a partir de elementos retirados da revisão da literatura e os resultados foram tabulados e estudados pela técnica de análise de conteúdo. Como resultados, observou-se que os empreendimentos turísticos da RTVO adotam PAS que se aliam à preocupação e ao cuidado com o meio ambiente, configurando-se como um diferencial para o público que simpatiza e valoriza a sustentabilidade. Notadamente, os proprietários dos empreendimentos turísticos também privilegiam a *performance* ambiental e econômica de seus negócios, tendo relatado valorização e preservação do meio ambiente, agregação de valor aos produtos e preocupação com as gerações futuras. Em relação às facilidades relacionadas às PAS, mencionaram diminuição de custos, aumento da procura por alimentos orgânicos, diferenciação e clima favorável. Destacaram, porém, como entraves na adoção de PAS, os custos altos, as instalações inapropriadas, a dificuldade de conseguir alimentos frescos, a falta de mão de obra e a legislação. Por fim, ao avaliar as dimensões propostas no Barômetro da Sustentabilidade do Turismo, que é integrado por cinco níveis, a RTVO enquadrou-se no quarto nível, ou seja, como potencialmente sustentável. Os achados da pesquisa denotam que tais iniciativas podem alcançar níveis ampliados ao sustentar a retomada do turismo em um cenário de pandemia.

**Palavras-chaves:** Agricultura orgânica. Práticas ambientalmente sustentáveis. Rota de Turismo Via Orgânica. Sustentabilidade.

## ABSTRACT

Tourist routes, especially organic food ones, are a recent phenomenon in Brazil, usually driven by the regional vocation of organic farmers who are allied with consumer demand. In Rio Grande do Sul state, in 2016, the first tourism route created by establishments offering products with organic certification was created. This research analysed the environmentally sustainable practices (PAS) in the tourism enterprises that integrate Via Orgânica Route of Tourism (RTVO) and how they contribute to the development of tourism. The method used is descriptive and exploratory, with a quantitative and qualitative approach, with data collected through interviews conducted in eight enterprises, in person and online, through the Google Meet platform. An interview script was formulated from elements taken from the literature review and the results were tabulated and studied by the content analysis technique. As a result, it was observed that RTVO's tourism enterprises adopt PAS that are allied to the concern and care for the environment, becoming a differential for the public that sympathizes and values sustainability. Notably, the owners of tourist developments also favour the environmental and economic performance of their businesses, having reported valuing and preserving the environment, adding value to products and concern for future generations. In relation to the facilities related to PAS, they mentioned lower costs, increased demand for organic food, differentiation and favourable climate. They highlighted, however, as obstacles in the adoption of PAS, the high costs, inappropriate facilities, the difficulty of obtaining fresh food, the lack of labour and the legislation. Finally, when evaluating the dimensions proposed in the Tourism Sustainability Barometer, which is integrated by five levels, RTVO was classified in the fourth level, that is, as potentially sustainable. The research findings show that such initiatives can reach expanded levels by sustaining the resumption of tourism in a pandemic scenario.

**Keywords:** Organic agriculture. Environmentally sustainable practices. Via Orgânica Route of Tourism. Sustainability.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ilustração da Rota Turística Via Orgânica .....	23
Figura 2 – Roteiro e rota turística.....	31
Figura 3 – Recursos naturais com diferenciais turísticos .....	36
Figura 4 – Avaliação da agricultura orgânica em relação à agricultura convencional .....	45
Figura 5 – Representação gráfica das escalas de performance do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo.....	52
Figura 6 – Estrutura da dimensão do ecossistema do BST.....	52
Figura 7 – Indicadores de PAS .....	54
Figura 8 – Sistematização dos elementos conceituais da pesquisa.....	56
Figura 9 – Logotipo da RTVO.....	59
Figura 10 – Estrutura dos sistemas, subsistemas e indicadores selecionados .....	62
Figura 11 – Pesquisa nas bases de dados <i>Scopus</i> e <i>Web of Science</i> .....	65
Figura 12 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos para a pesquisa .....	66
Figura 13 – Etapas do desenvolvimento da pesquisa .....	67
Figura 14 – Ilustração da localização do estado do Rio Grande do Sul e, em destaque, o município de Garibaldi .....	73
Figura 15 – Sistematização dos resultados .....	93

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças entre roteiro e rota .....	30
Quadro 2 – PAS em empreendimentos .....	46
Quadro 3 – Sistemas de indicadores de sustentabilidade turística e suas características .....	48
Quadro 4 – Estudos que utilizaram o BST .....	49
Quadro 5 – Sujeitos da pesquisa .....	60
Quadro 6 – Identificação das questões do instrumento e objetivos abrangidos. ....	63
Quadro 7 – Caracterização dos empreendimentos turísticos da RTVO .....	75
Quadro 8 – Taxa média e origem dos turistas da RTVO.....	79
Quadro 9 – Percepção dos gestores do turismo em relação às PAS .....	82
Quadro 10 – Percepções dos entrevistados sobre as facilidades, os entraves e a performance das PAS.....	85

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Área de cultivo de orgânicos no Brasil 2003-2018 .....	42
Gráfico 2 – PAS desenvolvidas nos empreendimentos da RTVO.....	79
Gráfico 3 – Resultados obtidos através da tabulação dos dados da escala de performance dos indicadores do BST na Rota Via Orgânica.....	90
Gráfico 4 – BST da RTVO .....	91

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Área destinada à produção orgânica por continente.....	40
Tabela 2 – Evolução das áreas destinadas à produção orgânica dos 20 maiores países entre 2008 e 2018 .....	41
Tabela 3 – Escalas de <i>performance</i> do BST.....	51
Tabela 4 – Escalas de <i>performance</i> e pesos.....	68
Tabela 5 – Forma de mensuração e escalas de <i>performance</i> estabelecidas para cada indicador .....	70
Tabela 6 – Indicadores de PAS desenvolvidas nos empreendimentos da RTVO .....	88

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BST	Barômetro da Sustentabilidade do Turismo
PAS	Práticas ambientalmente sustentáveis
GEE	Gases de efeito estufa
IDS	Indicadores para o desenvolvimento sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
UNWTO	United Nations – World Tourism Organization
OMC	Organização Mundial do Comércio

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	16
1.1 Problematização	19
1.2 Objetivos	24
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	24
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	24
1.3 Justificativa	24
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b>	28
2.1 O fenômeno do turismo e a constituição das rotas	29
2.2 O conceito de sustentabilidade e a dimensão ambiental no turismo	31
2.3 Práticas ambientalmente sustentáveis no turismo	36
2.3.1 <i>Agricultura orgânica</i>	39
2.4 Instrumentos para Avaliação da Sustentabilidade do Turismo	47
2.4.1 <i>Barômetro da Sustentabilidade do Turismo</i>	49
2.5 <i>Performance dos indicadores do BST</i>	54
2.6 Sistematização dos elementos de pesquisa	55
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	58
3.1 Classificação e delineamento da pesquisa	58
3.2 Objeto de estudo e sujeitos	59
3.3 Construção do instrumento de Coleta de Dados	60
3.3.1 <i>Práticas ambientais sustentáveis</i>	60
3.3.2 <i>Seleção dos indicadores para o Barômetro da Sustentabilidade do Turismo (BTS)</i>	60
3.4 Coleta de Dados	63
3.5 Dados primários	64
3.6 Dados secundários	64
3.7 Técnica de análise dos dados	68
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b>	73
4.1 Pioneirismo na certificação de orgânicos em rota	73
4.1.1 <i>Caracterização dos empreendimentos e pesquisados</i>	74
4.2 Práticas ambientalmente sustentáveis na RTVO	80

4.3 Percepção dos pesquisados em relação às PAS.....	82
4.4 Facilidades, entraves e <i>performance</i> das PAS .....	83
4.5 Indicadores de PAS de acordo com o BST.....	87
4.6 Sistematização dos resultados da pesquisa .....	92
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>98</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o turismo tem ocupado um papel relevante no desenvolvimento da economia, da mobilidade e da globalização (THENG; QIONG; TATAR, 2015), configurando-se como um importante fenômeno social, econômico e ambiental, ao incluir em sua essência o deslocamento de pessoas em todo o mundo, impactando significativamente na economia de muitos países (CENAMOR *et al.*, 2017; AZAM; MAHMUDUL ALAM; HAROON HAFEEZ, 2018). Corroborando essa perspectiva, Jackson e Murphy (2006) argumentam que muitos governos já reconheceram o potencial do turismo para alavancar o desenvolvimento econômico regional.

O turismo incorporava uma *performance* de crescimento, bem como se apresentava como um indutor de desenvolvimento socioeconômico dos países (GRIGALIUNAITE; PILELIENE; BAKANAUSKAS, 2015). Em termos de desempenho, o turismo internacional cresceu 3,8% no ano de 2019, em comparação com o mesmo período de 2018, representando 1,5 bilhão de chegadas de turistas internacionais, quase 54 milhões a mais do que no ano anterior (UNWTO, 2020a). No Brasil, o número de desembarques de turistas cresceu 1,8% em relação ao mesmo período de 2018. Durante o ano de 2019, foram 97,1 milhões de passageiros viajando no Brasil, quase 2 milhões a mais que o registrado em 2018 (95,5 milhões) (BRASIL, 2020b).

No estado do Rio Grande do Sul, também no ano de 2019, houve a chegada de 772.686 turistas internacionais, conforme dados do Ministério do Turismo, o que representou 12,16% das chegadas desses turistas no país, ocupando a 4ª posição entre todas as unidades da federação, estando à sua frente apenas os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (BRASIL, 2020b).

Após anos de crescimento exponencial, o setor do turismo sofre grandes pressões devido à pandemia do novo coronavírus (UNWTO, 2020a). Desse modo, a questão da sustentabilidade ambiental é considerada como fator crucial para o desenvolvimento dos empreendimentos (ZENKER; KOCK, 2020), uma vez que o turismo local e de contato com o meio ambiente será o mais procurado no período pós-pandemia, segundo a pesquisa Cap Amazon e M&E, realizada com agentes de viagens do Brasil (BRASIL, 2020a). Nesse âmbito, a ideia de conscientização ambiental e desenvolvimento sustentável vem aumentando no setor turístico, devido à complexidade das questões ambientais, à pressão do setor e à preocupação com o cuidado do meio ambiente para as gerações futuras (RICCI; SANT'ANA, 2009; CHAN *et al.*, 2014; ZU'BI *et al.*, 2015; KALLMUENZER *et al.*, 2017).

Entre os desafios enfrentados pela atividade turística, incluem-se as mudanças climáticas e a necessidade de avançar nas práticas ambientalmente sustentáveis (PAS) (BAKOS *et al.*, 2020). Nessa dimensão, o turismo ambientalmente sustentável é capaz de induzir e contribuir para o desenvolvimento local, preservando os recursos naturais, incluindo a comunidade local na atividade econômica, mantendo a conservação do patrimônio histórico-cultural e auxiliando na preservação do meio ambiente (VALVERDE, 2006; FONT; GARAY; JONES, 2014; YUSOF; RAHMAN; IRANMANESH, 2015; MAZHENOVA; CHOI; CHUNG, 2016).

O desenvolvimento sustentável do turismo também se apropria das dimensões econômica, social e ambiental (ANGELEVSKA-NAJDESKA; RAKICEVIK, 2012). Nesse contexto, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) (2001) elaborou um documento que detalha o desenvolvimento sustentável a partir das dimensões social, financeira e ambiental, as quais são entendidas como *triple bottom line*, expressão introduzida por John Ellington, em 1994 (DESAI; DESAI, 2016).

A sustentabilidade social pode ser entendida como um conjunto que tem como propósito melhorar a qualidade de vida da população como um todo, visando reduzir as desigualdades sociais e ampliar o acesso aos direitos e aos serviços básicos (WOODCRAFT, 2012). Enfatiza-se a importância do equilíbrio da economia de poder na sociedade, bem como a significância de altos níveis de emprego, de redes de segurança capazes de adaptar grandes mudanças demográficas e estruturais, de equidade e participação democrática nos processos de decisão (DESAI; DESAI, 2016).

Essas condições são distintas e tão importantes quanto a eficiência econômica (OECD, 2001). A sustentabilidade compreende o desenvolvimento de um olhar sobre as implicações organizacionais internas e externas a respeito da gestão sustentável (DOANE; MACGILLIVRAY, 2001). Isso significa que a gestão da sustentabilidade econômica deve considerar a *performance* financeira de uma empresa, além de como uma organização gerencia seus ativos intangíveis, os impactos sociais e ambientais e sua influência sobre a economia em geral (BARROS *et al.*, 2010).

Já a sustentabilidade ambiental decorre do reconhecimento de que os recursos não são infinitos e leva ao raciocínio de que a degradação desenfreada do meio ambiente prejudicará a vida das gerações futuras (DESAI; DESAI, 2016). Seguindo esse pensamento, muitas empresas vêm adotando políticas ambientais além das obrigações legais como forma de valorizar a sua imagem perante seus *stakeholders* (FERNANDES; MIRANDA, 2014).

Nessa dinâmica de análise, o turismo não foge à regra. Ele está entre os setores que geram impactos ambientais, como poluição, congestionamento, danificação e superlotação (PEETERS *et al.*, 2018), gerando certa preocupação com seu reflexo ambientalmente negativo em escala internacional (GOSSLING; PEETERS, 2015). Os gestores dos empreendimentos, reconhecendo os impactos que o turismo representa para os ambientes físicos, procuram desenvolver condutas alternativas e mais sustentáveis como solução (COHEN, 2002; STANFORD, 2008).

Considerando esse contexto, nunca, em tempo algum, foi tão importante propor mecanismos que conciliem as atividades turísticas com o meio ambiente (SAARINEN; GILL, 2018). Cabe a cada organização, ciente do impacto de sua produção no meio ambiente, escolher as práticas ambientais que mais bem se adaptem às suas necessidades (SEVERO *et al.*, 2015). Percebe-se que a implementação de tais práticas está positivamente relacionada à preocupação com os impactos no meio ambiente e à melhoria da imagem do empreendimento perante os usuários e demais *stakeholders* (EVANGELINOS; HALKOS, 2002).

Com relação a essas práticas, existe o Barômetro da Sustentabilidade do Turismo (BST) proposto por Ko (2005), o qual consiste em uma ferramenta capaz de mensurar os indicadores da sustentabilidade, de maneira a fornecer informações para as corretas tomadas de decisão no futuro. De acordo com Ko (2005), a manutenção do capital natural irá, por si só, garantir o futuro das próximas gerações. Assim sendo, essa ferramenta segue a metodologia do Barômetro da Sustentabilidade (BS), desenvolvido originalmente por Prescott-Allen em 1942. Nesse sentido, o BST fornece a imagem dos sistemas humano e ambiental da região pesquisada a partir de indicadores, que devem ser escolhidos em consonância com os aspectos do sistema (KO, 2005).

Dentre os benefícios derivados das PAS no turismo, podem ser evidenciados os seguintes: conservação dos recursos naturais e dos ecossistemas, restauração de *habitats* da vida selvagem (ANDRIOTIS; VAUGHAN, 2003; BARBIERI, 2013; CHIN YANG; CHEN, 2008), preservação de paisagens (TARRANT; CORDELL, 2002; TODD; ANDERSON, 2005), aumento da conscientização dos residentes sobre a importância de manter os recursos naturais (CHIN YANG; CHEN, 2008), proteção do meio ambiente, redução de poluentes e conservação do ar e da água (TARRANT; CORDELL, 2002; TODD; ANDERSON, 2005).

Ao considerar a necessidade de preocupação com a sustentabilidade no mundo moderno e ao destacar a sustentabilidade ambiental e a importância da adoção de PAS no contexto do turismo, elegeu-se como objeto de análise desta pesquisa a Rota de Turismo Via Orgânica

(RTVO), fundada em 2016 e localizada no município de Garibaldi, no Rio Grande do Sul. Trata-se de rota turística pioneira no Brasil por explorar como atrativos a produção, a industrialização, a comercialização e o consumo de alimentos orgânicos certificados, sendo constituída por nove empreendimentos integrantes. A proposta da RTVO é valorizar o estilo de vida que alia o alimento à saúde e à sustentabilidade ambiental, social e cultural, por meio da visitação a propriedades orgânicas certificadas com produção agroecológica e artesanal.

## 1.1 Problematização

Nas últimas décadas, a questão ambiental começou a ser debatida em diferentes campos de análise, dentre os quais o turismo (HAN; KIM, 2010). Nesse setor, a preocupação com o meio ambiente parte dos empreendimentos que desenvolvem PAS e de turistas que se preocupam com tais questões (HUANG *et al.*, 2014; LENZEN *et al.*, 2018).

Preocupados com o desenvolvimento sustentável do turismo, Grah, Dimovski e Peterlin (2020) desenvolveram um estudo teórico investigando o gerenciamento estratégico na perspectiva do turismo sustentável urbano. Suas contribuições são variadas, uma vez que representam uma revisão de literatura atualizada, sendo possível observar um crescente interesse pelo tema do desenvolvimento sustentável a partir do ano de 2008. Essa temática parece fazer sentido ao olhar para o contexto do turismo brasileiro, que é caracterizado pela diversidade de atrativos e, especialmente, por explorar a riqueza dos recursos naturais existentes na dimensão nacional (PADILHA *et al.*, 2015).

Em pesquisa recente, Hsu, Chen e Yang (2019) examinaram as relações entre os fatores que influenciam as atitudes dos residentes no desenvolvimento do turismo sustentável. Suas descobertas revelaram que a comunidade demonstrou efeito direto positivo no apoio a essa prática de turismo, evidenciando relações entre as atitudes dos residentes e os aspectos social, econômico e ambiental em seu apoio no desenvolvimento do turismo sustentável. Os autores verificaram, também, que os moradores estavam dispostos a incentivar a sustentabilidade na dimensão ambiental por questões de desenvolvimento econômico, visto que o desenvolvimento sustentável do local se apresenta como um diferencial de atrativo e de preservação do meio ambiente.

A literatura vem demonstrando que o desenvolvimento sustentável tem servido para combater o desenvolvimento desenfreado do turismo de massa, tendo em vista que muitos destinos populares chegaram à superlotação de visitantes, em um fenômeno chamado *overtourism* (KOENS; POSTMA; PAPP, 2018). Isso ocorre devido à falta de infraestrutura, à

má gestão turística e, até mesmo, à influência das redes sociais, as quais também podem ser apontadas como responsáveis pelo turismo em excesso (CAPOCCHI *et al.*, 2019). Teoricamente, o fenômeno do *overtourism* ocorre principalmente devido a uma combinação de três fatores principais limitando espaços urbanos, que são: grandes navios de cruzeiro, companhias aéreas de baixo custo e novas plataformas para aluguéis de turistas, especialmente o Airbnb (POSTMA; SCHMUECKER, 2017).

A superlotação atrapalha a vida dos moradores e das comunidades locais, degradando ativos naturais e socioculturais dos destinos, bem como afetando a experiência do visitante (KUŠČER; MIHALIČ, 2019). As cidades de Barcelona e Veneza são exemplos concretos de *overtourism* no mundo, uma vez que posições extremamente agressivas foram tomadas nesses locais contra o turismo, introduzindo fenômenos chamados de *antiturismo* e *turismofobia* (ARAOZ, 2011; OKLEVIK *et al.*, 2019).

Partindo da premissa de que o turismo é um fenômeno que pode gerar impactos ambientais e causar danos ao meio ambiente, questiona-se: que pesquisas têm sido desenvolvidas na dimensão do turismo ambientalmente sustentável? Mazhenova, Choi e Chung (2016) indicam que a conscientização ambiental dos turistas é um fator determinante para mudar a atitude e a escolha por empreendimentos de turismo ambientalmente sustentáveis. Font, Garay e Jones (2014), ao pesquisarem 900 estabelecimentos de turismo europeus, concluíram que as pequenas empresas possuem um maior comprometimento com a sustentabilidade, dado que são movidas por estilos de vida, valores e hábitos que realizam a maioria das práticas de sustentabilidade. Essas empresas também estão mais satisfeitas com seu desempenho econômico, mesmo que não tenham necessariamente um alcance financeiro melhor que a média. Já Yusof, Rahman, Iranmanesh (2015), ao investigarem os efeitos do conhecimento ambiental por parte dos turistas, notaram que esses indivíduos possuem um nível maior de preocupação com o meio ambiente, direta ou indiretamente, e agem de maneira mais ecológica em suas hospedagens, procurando sempre empreendimentos de natureza sustentável.

Dessa forma, emerge outro questionamento: quais são os benefícios e os entraves que os gestores dos empreendimentos turísticos identificam na adoção de PAS em seus empreendimentos? A literatura indica alguns benefícios pertinentes para serem destacados na adoção de PAS, tais como o uso racional de água e energia e a reciclagem de resíduos sólidos (SILVA; MATTOS, 2020; GOSSLING, 2015; HADJIKAKOU; CHENOWETH; MILLER, 2013; BLANCAS *et al.*, 2010). Esses benefícios são descritos por Khonje, Simatele e Musavengane (2019) em uma pesquisa realizada em hotéis, apontando benefícios relacionados à redução de desperdício e de custos e à reciclagem. É pertinente destacar que a proteção dos

recursos naturais, a gestão de recursos naturais escassos, o gerenciamento do impacto visual e de infraestrutura podem ser igualmente entendidos como elementos que contribuem positivamente para a preservação do patrimônio natural (BLANCAS *et al.*, 2010).

Turistas preocupados com o meio ambiente tendem a optar por empreendimentos turísticos que priorizem práticas sustentáveis (YUSOF; RAHMAN; IRANMANESH, 2015), sendo que esse tipo de postura ancorada nos preceitos da sustentabilidade contribui para a divulgação, ou seja, apresenta o potencial de captar um número maior de visitantes em razão da estratégia de comunicação (HELLMEISTER; RICHINS, 2019).

Todavia, a adoção de PAS também encontra alguns entraves, especialmente no que dizem respeito a altos custos de implementação, escassez de incentivos financeiros, ausência ou fragilidade de políticas governamentais e institucionais que suportem o desenvolvimento e o crescimento desse tipo de iniciativa (KALLMUENZER *et al.*, 2017; KHANNA; DELTAS; HARRINGTON, 2009; MASSOUD *et al.*, 2010; ZENG *et al.*, 2011).

Com essa discussão, questiona-se: quais são as PAS passíveis de serem implementadas por empreendimentos? Dentre as possíveis alternativas, a literatura indica o uso racional da água (SILVA; MATTOS, 2020), a eficiência energética e as fontes alternativas de energia (DYATLOV *et al.*, 2020), a reciclagem (MANSOUR; AL-YAHYAI; HEIBA, 2018), a compostagem, a redução de desperdício, o gerenciamento de resíduos sólidos urbanos (ABU HAJAR *et al.*, 2020), a proteção e a gestão dos recursos naturais escassos, o gerenciamento do impacto visual e a infraestrutura (BLANCAS *et al.*, 2010).

Reportando-se às PAS, Sanches (2015) analisou se elas auxiliam os empreendimentos turísticos a serem sustentáveis à guisa do BST proposto por Ko (2005). A análise concluiu que a adoção de PAS auxilia os empreendimentos não apenas a se tornarem sustentáveis, mas também a captarem maiores números de turistas preocupados com essa questão.

No contexto do turismo rural, na dimensão de práticas agrícolas sustentáveis (BARBIERI, 2013), inclui-se a agricultura sustentável, revestida de valores ancorados em preservação da paisagem, preservação dos *habitats*, produtividade do solo (TEW; BARBIERI, 2012; CARLSEN; GETZ; ALI-KNIGHT, 2001; CHOO; JAMAL, 2009; LANE, 1994; SMIT; BRKLACICH, 1989), agricultura orgânica (ALFÖLDI *et al.*, 2002; FILHO *et al.*, 2002; BENGTTSSON; AHNSTROM; WEIBULL, 2005; ZENTNER *et al.*, 2011; LYNCH; HALBERG; BHATTA, 2012; DE PONTI; RIJK; VAN ITTERSUM, 2012; NASCIMENTO *et al.*, 2012; CROWDER; REGANOLD, 2015; REGANOLD; WACHTER, 2016; HALBERG *et al.*, 2016; SACCHELLI *et al.*, 2017; BAI *et al.*, 2018; LAZAROIU *et al.*, 2019), manejo biológico de pragas (CHOO; JAMAL, 2009), manejo integrado de pragas, proteção e

propagação de plantas nativas, melhoria do *habitat* da vida selvagem e conservação da água (BARBIERI, 2013).

Nesse contexto, as práticas ambientais adotadas por diferentes empreendimentos do turismo, tanto nacional quanto internacionalmente, também podem ser elementos importantes de *performance* quando analisadas no contexto das rotas turísticas (SÁNCHEZ; GARCÍA, 2003). As rotas contribuem para a valorização e a afirmação da identidade e da diversificação turística local (LACOSTE; NAVARRETE, 2014).

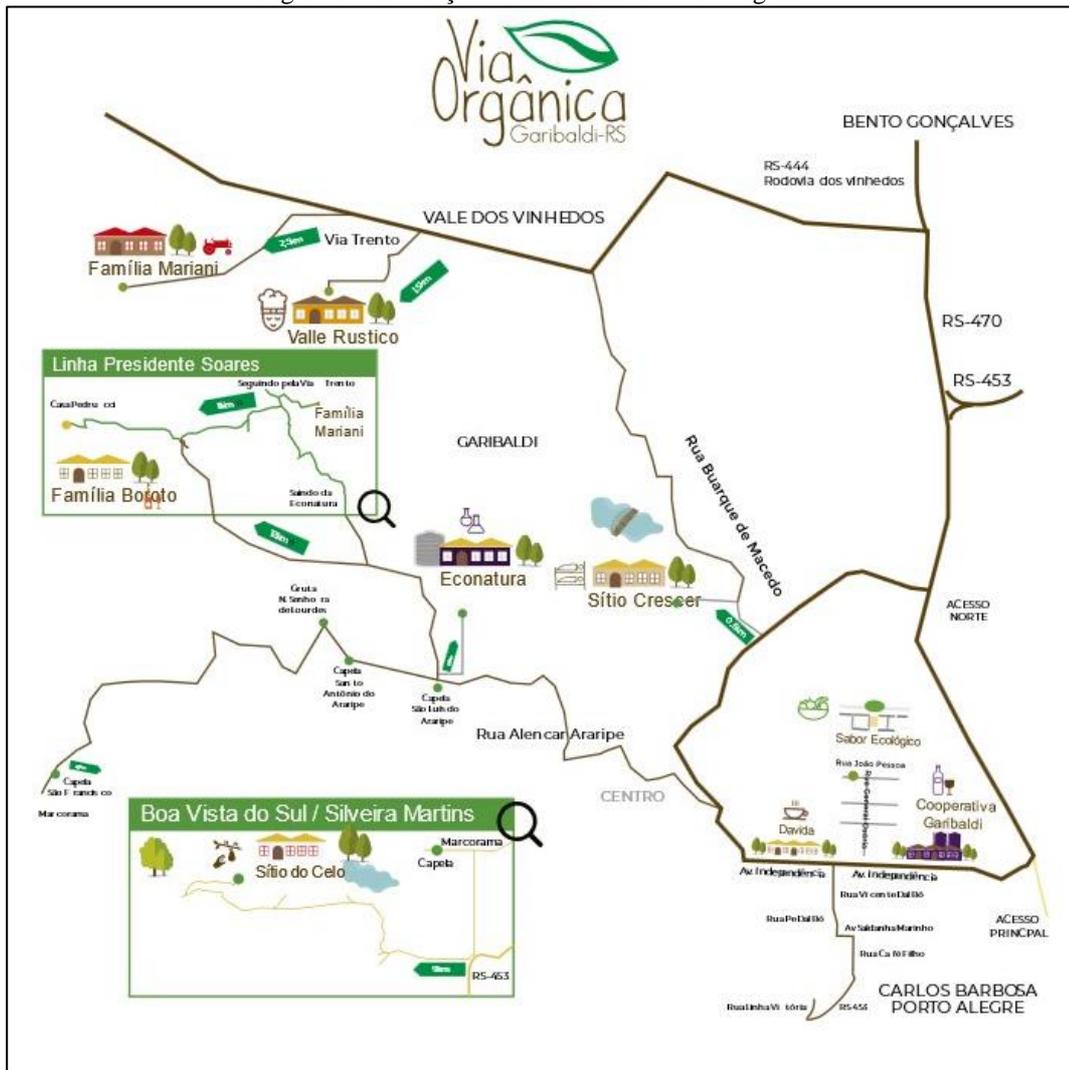
O turismo sustentável, segundo Ruschmann (1997), deve ser capaz de atender as necessidades dos turistas e dos locais que os recebem de maneira simultânea, fazendo o necessário para assistir a economia, a sociedade e o ambiente, sem desprezar a cultura regional, a diversidade biológica e os sistemas ecológicos, alcançando, desse modo, uma melhor *performance*.

Assim, emerge outro questionamento: a adoção de PAS auxilia em uma melhor *performance* dos empreendimentos turísticos? Em estudo recente, Wang *et al.* (2020) argumentam que a adoção de PAS em empreendimentos turísticos auxilia em um melhor desempenho, na redução dos custos, bem como na promoção do destino pela procura emergente de turistas ligados à preocupação ambiental. Nessa dimensão, Skaggs e Droge (2004) argumentam que a implementação de PAS, além de ser uma estratégia de diferenciação, traz um aumento da *performance* para a empresa.

A partir dessas ponderações, insere-se no contexto de análise o município de Garibaldi, localizado na região da Serra Gaúcha, que se destaca pela diversidade de atrativos e roteiros turísticos (PADILHA *et al.*, 2019). Em consonância com essa tendência, no ano de 2016, o município lançou a RTVO, objeto de análise desta pesquisa.

Na Figura 1, é possível verificar a localização geográfica da RTVO, bem como os empreendimentos pertencentes à rota e os caminhos a serem percorridos para se ter acesso a eles.

Figura 1 – Ilustração da Rota Turística Via Orgânica



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Garibaldi (2020).

As rotas de produtos orgânicos certificados são um fenômeno novo no Brasil. Um estudo desenvolvido na Rússia, por Ivanov e Ziganshin (2018), revelou que o turismo eco orgânico é um elemento importante no desenvolvimento sustentável dos territórios. A Serra Gaúcha se destaca no turismo e reconhecimento do enoturismo (MARTINS *et al.*, 2011), geralmente organizado em rotas.

Nesse contexto, a agricultura orgânica busca promover os agrossistemas, incluindo biodiversidade, ciclos biológicos e atividades do solo (SCALCO; OLIVEIRA; COBRE, 2015). O sistema enfatiza o uso de práticas de administração de baixa quantidade de insumo, levando em consideração que condições regionais requerem sistemas adaptados localmente (HEYES; BYCROFT, 2002).

Produtores de alimentos orgânicos podem adquirir a certificação de seus produtos, o que aumenta a confiança do consumidor (DULLEY, 2004). Para ser certificado, o produtor deve

respeitar as normas durante todas as etapas de produção, desde a preparação do solo até a embalagem do alimento, sempre preservando os recursos naturais. Então, os consumidores adquirem os produtos com um selo, o qual autentica que o produto adquirido obedece às normas de produção orgânica (ORMOND *et al.*, 2002).

Alinhando a discussão em torno das PAS e da oferta do turismo por empreendimentos que se organizam em rotas, delimita-se a seguinte questão orientadora da pesquisa: como as PAS adotadas pelos empreendimentos que integram a RTVO contribuem para o desenvolvimento do turismo?

## **1.2 Objetivos**

Apresentam-se, a seguir, o objetivo geral e os objetivos específicos delineados nesta dissertação.

### *1.2.1 Objetivo geral*

Analisar as práticas ambientalmente sustentáveis desenvolvidas nos empreendimentos turísticos que integram a Rota de Turismo Via Orgânica, bem como se as mesmas tornam a Rota ambientalmente sustentável.

### *1.2.2 Objetivos específicos*

- a) Caracterizar os empreendimentos de turismo da RTVO;
- b) identificar as PAS adotadas pelos empreendimentos da RTVO;
- c) verificar a percepção dos gestores dos empreendimentos da rota com relação às PAS;
- d) levantar as facilidades, os entraves e a *performance* a respeito da implementação das PAS na RTVO;
- e) analisar se os empreendimentos pesquisados são ambientalmente sustentáveis à guisa do Barômetro da Sustentabilidade do Turismo.

## **1.3 Justificativa**

Dada a posição do turismo como um dos principais setores de criação de empregos, a Organização Mundial do Turismo (OMT) defende a necessidade de estratégias de crescimento responsável (HERNANDEZ-MASKIVKER; FERRARI; CRUYT, 2019), especialmente por

ocupar um lugar central nas políticas de desenvolvimento global (UNWTO, 2020b). Faltando apenas cerca de 10 anos para cumprir a Agenda 2030 e suas 17 metas de desenvolvimento sustentável, a “Década de Ação” se apresenta como o tempo que falta para o desenvolvimento da agenda e das metas, as quais foram definidas na Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro em 2012. Dentre elas, destacam-se as de cunho ambiental, como: fome zero e agricultura sustentável, água limpa e saneamento, energia limpa e acessível, cidades e comunidades sustentáveis, vida na água e vida terrestre (ONU, 2012).

Com o crescimento do setor do turismo, é perceptível a criação de PAS nas empresas, as quais culminam em uma preocupação maior com o desenvolvimento e o cuidado com o meio ambiente (MEDEIROS; MORAES, 2013). Igualmente, os turistas ambientalmente responsáveis preferem hospedar-se em empreendimentos com essas características (IVANOV; ZIGANSHIN, 2018).

A problemática elencada leva à percepção da importância do uso de PAS que corroborem o desenvolvimento do meio ambiente por meio do turismo (ANGELEVSKA-NAJDESKA; RAKICEVIK, 2012). Um estudo realizado entre os anos de 2009 a 2013 analisou os fluxos globais de carbono em 160 países, demonstrando que aqueles que mais emitem carbono são Estados Unidos, China, Alemanha, Índia, México e Brasil, respectivamente, e que o segmento do turismo é responsável por cerca de 8% dessas emissões (LENZEN *et al.*, 2018).

Nesse contexto, a agricultura intensiva, que utiliza altos níveis de insumos, provoca impactos significativos ao meio ambiente, como: degradação da terra, desmatamento, declínios na biodiversidade, esgotamento do solo, poluição do ar e da água e altos níveis de emissões de gases domésticos (MENGEL, 1993; MCLAUGHLIN; MINEAU, 1995; IPCC, 2014a, 2014b; DUDLEY; ALEXANDER, 2017; MUHAMMED *et al.*, 2018).

Desse modo, a agricultura orgânica é apresentada como uma estratégia-chave para diminuir as mudanças climáticas, permitindo também melhorar o desempenho financeiro e a qualidade do alimento (SACCHELLI *et al.*, 2017). Ela pode trazer benefícios em termos de proteção à biodiversidade, por possibilitar um equilíbrio mais robusto entre a disponibilidade de recursos, os organismos vivos e a produtividade, bem como a manutenção de pragas e doenças em níveis baixos (PROVOST; PEDNEAULT, 2016).

O cultivo de alimentos orgânicos ganha cada vez mais espaço e está se consolidando no mercado mundial (KUSHWAH *et al.*, 2019). Segundo o Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável (Organis), o cultivo desses produtos cresce, em média, 15% ao ano no Brasil. Em 2019, o setor movimentou R\$ 4,5 bilhões, e a produção de orgânicos cresceu cerca de 20% no estado do Rio Grande do Sul (ORGANIS, 2020). Nesse contexto, surge a

certificação de produtos orgânicos, em que os produtores devem seguir diversos protocolos (IVANOV; ZIGANSHIN, 2018), e isso aumenta a confiança dos consumidores ao adquirirem tais produtos (DULLEY, 2004).

Com o aumento expressivo da produção de orgânicos, é justificável a sua escolha como objeto de pesquisa, uma vez que se apresenta como uma PAS devido ao seu cuidado com o meio ambiente (ALTARAWNEH, 2016). A RTVO foi selecionada como objeto de análise desta pesquisa por ser a pioneira no Brasil na certificação de produtos orgânicos. É uma rota que tem um apelo para a pesquisa com atores que se dedicam a diferentes atividades, tanto na produção primária, quanto na industrialização e no varejo. Esses atores também alcançam um diferencial no mercado por ter esse produto, que não é aquele convencional (PADILHA; DE SÁ; RODRIGUES, 2018). Assim, há uma agregação de valor nos produtos e serviços turísticos, de modo que o turista acaba visitando os empreendimentos e interagindo com os proprietários, conhecendo o sistema de produção e, até mesmo, participando dos processos envolvidos (SCHERER *et al.*, 2017).

A agricultura orgânica e o turismo ambientalmente sustentável apresentam-se como aliados para reduzir os impactos negativos causados ao meio ambiente pela agricultura convencional e pelo turismo de massa (ROBINOT; GIANNELLONI, 2010), contribuindo para a redução da emissão de gases de efeito estufa (ZOURIDAKI, 2019), beneficiando a economia, a sociedade e o meio ambiente (BUCKLEY, 2012; HALL; GÖSSLING; SCOTT, 2015; RASOOLIMANESH *et al.*, 2017), melhorando a qualidade de vida dos residentes do destino, preservando o patrimônio e a cultura para as gerações futuras (HIGGINS-DESBIOLLES, 2006).

A OMT (1999) afirma que o turismo sustentável é reconhecido como uma forma de enriquecimento e valorização, porque respeita o patrimônio natural e as populações locais. No art. 3º do Código de Ética, a OMT (1999, p. 5) acrescenta que o desenvolvimento do turismo deve pautar-se na seguinte abordagem:

Todo o tipo de desenvolvimento turístico que permita economizar os recursos naturais raros e preciosos, principalmente a água e a energia, e que venham a evitar, na medida do possível a produção de dejetos, deve ser privilegiado e encorajado pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais.

Como justificativa empírica, ressalta-se a contribuição deste estudo com a questão das PAS que podem ser implementadas e utilizadas em empreendimentos turísticos organizados em rotas, auxiliando no desenvolvimento de políticas públicas para tal aplicação. Nos

empreendimentos de turismo, as PAS são elementos decisivos para se ter uma boa imagem perante os turistas (FERNANDES; MIRANDA, 2014). Além disso, a pesquisa também apresenta contribuições para a sociedade como um todo e para empreendimentos de diversos setores, como produção rural, alimentos e serviços, visto que a adoção de PAS pode contribuir com a redução de custos e auxiliar na preservação do meio ambiente (ROBINOT; GIANNELLONI, 2010). Pode-se contribuir, ainda, com os empreendimentos que têm o intuito de adotar PAS, mas não sabem quais melhor se adaptam ao seu ambiente. Desse modo, esta pesquisa poderá contribuir com esta questão e será possível verificar quais as práticas mais adequadas para cada caso. Empreendimentos comprometidos com as questões de sustentabilidade estão a cada dia mais competitivos e vem ganhando cada vez mais espaço, e isso reflete a tendência de aumento no consumo consciente e nas discussões ambientais pela sociedade.

Este trabalho está ligado à linha de pesquisa Competitividade e Marketing, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Passo Fundo (PPGAdm/UPF), na qual também se insere o Grupo de pesquisa “Estratégias Organizacionais”.

Dessa forma, esta pesquisa tem o intuito de identificar padrões de sustentabilidade ambiental por meio de indicadores que incluem a preservação dos recursos naturais, os ecossistemas, a restauração de *habitats*, a preservação de paisagens, o aumento da conscientização dos residentes sobre a importância da proteção ambiental, a redução de poluentes e do consumo de energia e a conservação do ar e da água (ANDRIOTIS; VAUGHAN, 2003; BARBIERI, 2013; CHIN YANG; CHEN, 2008; TARRANT; CORDELL, 2002; TODD; ANDERSON, 2005). Para isso, se fez necessária a revisão da literatura acerca do fenômeno turismo e da constituição de rotas, do conceito de sustentabilidade e da dimensão ambiental no turismo. Posteriormente, o enfoque se concentrou nas PAS do turismo e na agricultura orgânica, nas quais se insere o objeto de pesquisa, em que os empreendimentos trabalham com a produção, a industrialização e a comercialização. Após, o debate se concentrou na *performance* a respeito da adoção de PAS, bem como nos instrumentos de sua avaliação. Após, o enfoque se deu a respeito do BST, o qual foi utilizado para análise nesta pesquisa. Em seguida, foi feita uma sistematização dos elementos de pesquisa, a qual trará um breve resumo dos recursos utilizados neste estudo.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, são detalhados os conceitos centrais dos temas abordados nesta pesquisa, evidenciando a importância de cada um para o seu desenvolvimento. O conteúdo está dividido em oito seções: (i) O fenômeno do turismo e a constituição das rotas; (ii) O conceito de sustentabilidade e a dimensão ambiental no turismo; (iii) Práticas ambientalmente sustentáveis no turismo; (iv) Agricultura orgânica; (v) *Performance*; (vi) Instrumentos para avaliação da sustentabilidade do turismo; (vii) Barômetro da Sustentabilidade do Turismo (BST); e (viii) Sistematização dos elementos conceituais da pesquisa.

### 2.1 O fenômeno do turismo e a constituição das rotas

A literatura nacional e internacional identifica que o turismo exerce papel fundamental na atividade econômica global, contribuindo com a geração de empregos e, conseqüentemente, o aumento da circulação de riquezas e de renda *per capita* (MOTTA, 2013). O turismo se apresenta como a forma mais completa de lazer, pelo fato de que uma viagem pode proporcionar aos turistas descanso e diversão, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento pessoal por meio da interação entre pessoas de ambientes e realidades diferentes (BATHKE, 2002).

O turismo é considerado uma das principais atividades econômicas, visto que é o setor de serviços que apresenta maior crescimento (CALDAS, 2005). Na percepção de Deng, King e Bauer (2002), desde o ano de 1945, o turismo tem se desenvolvido rapidamente, tornando-se um dos mais importantes fenômenos mundiais. Conforme o World Travel & Tourism Council (WTTC) (2019), o setor empregou, em 2018, 319 milhões de pessoas direta ou indiretamente em todo mundo, sendo que foram injetados US\$ 8,8 bilhões na economia global.

Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) mostram que, no ano de 2017, os países mais visitados do mundo foram: França, com 86,9 milhões de turistas; Espanha, com 81,8 milhões; e Estados Unidos, com 75,9 milhões (UNWTO, 2018). Ainda de acordo com a OMT, em 2019, o número de turistas internacionais alcançou a marca de 1,5 bilhão de passageiros. Segundo a entidade, houve aumento nas chegadas de turistas em todo o mundo. O Oriente Médio liderou o crescimento (+ 8%), seguido por Ásia e Pacífico (+ 5%). As chegadas internacionais na Europa e na África (ambos + 4%) aumentaram em linha com a média mundial, enquanto as Américas registraram um crescimento de 2% (UNWTO, 2020b).

Apesar do consenso de que o setor de turismo tem o potencial de beneficiar as comunidades locais, a maioria dos países em desenvolvimento não investe o suficiente (ANDERSON, 2013). Em determinadas regiões, especialmente nas rurais, iniciativas de turismo são consideradas ferramentas de desenvolvimento econômico apenas quando outros negócios se encontram em transição ou declínio (MAHER; VAUGEOIS; MCDONALD, 2010).

Beni (1998) considera a atividade turística como sendo uma oportunidade para obtenção de melhores resultados no desenvolvimento e no planejamento regional por meio de serviços hoteleiros, gastronômicos e indústrias complementares, gerando novas oportunidades de emprego. Diante disso, o setor se inter-relaciona com diversos segmentos econômicos e demanda um complexo conjunto de ações setoriais para o seu desenvolvimento (PADILHA, 2009).

Na dimensão do setor turístico, insere-se o turismo rural, o qual nasceu entre as décadas de 1970 e 1980, proveniente da busca da origem do meio rural na sociedade moderna, apresentando-se como uma estratégia de diversificação de atividades de pequenos agricultores e empreendedores rurais diante dos retornos cada vez menores da agricultura (LANE; KASTENHOLZ, 2015). O segmento se apresenta como uma forma particular e eficiente de promover o desenvolvimento das regiões menos favorecidas, devido ao seu potencial de geração de emprego e renda (RIBEIRO; MARQUES, 2002). Por isso, as áreas rurais estão investindo cada vez mais no turismo como uma forma de diversificação econômica (KASTENHOLZ *et al.*, 2017).

É preciso observar que o meio rural apresenta um potencial turístico capaz de gerar novas fontes de renda e emprego, mantendo a economia local em desenvolvimento (BRASIL, 2010b). Rameh e Santos (2011), em estudo sobre o turismo rural pernambucano, destacam que, diante das novas opções de atuação, as atividades de lazer, com destaque para o turismo, podem fomentar a geração de empregos para a mão de obra local, diminuindo o êxodo rural dos jovens e estimulando uma série de atividades produtivas, agrícolas e não agrícolas.

É nesse contexto que se encaixam as rotas turísticas, nas quais a oferta do turismo depende da interação de atores que combinam produtos, serviços e atividades complementares (SCOTT; COOPER; BAGGIO, 2008), para entregar um produto de qualidade (TELFER, 2000). Os empreendimentos organizados na forma de rotas alavancam a afirmação da identidade e da diversificação da atividade turística local (LACOSTE; NAVARRETE, 2014). De acordo com Denstadli e Jacobsen (2011), o desenvolvimento das rotas, muitas vezes, baseia-se na “teoria da atração”, oferecendo uma atração turística única (primária) ou, na maioria dos casos, atrações secundárias (aglomerados).

Vale ressaltar que rota e roteiro têm conceitos diferentes, como mencionam alguns autores e órgãos regulamentadores do turismo (Quadro 1).

Quadro 1 – Diferenças entre roteiro e rota

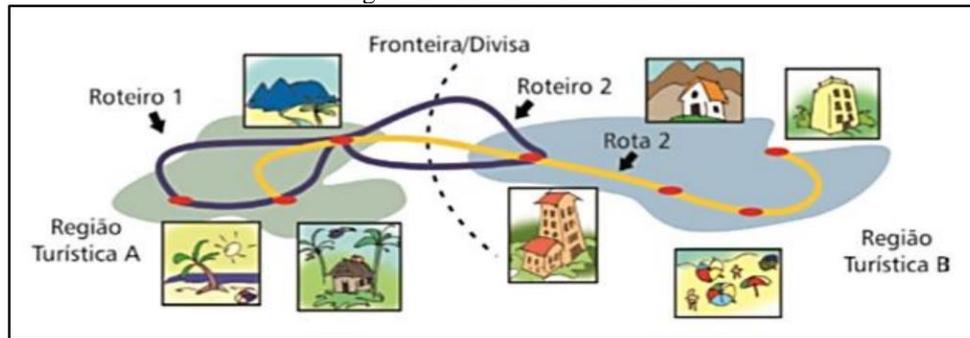
Roteiro	Rota
Tipo de trajeto turístico flexível, já que não possui uma sequência obrigatória pela qual o turista deva iniciar sua visita (DOS SANTOS; SANTOS, CAMPOS, 2012).	Em uma rota, existe uma sequência na ordem dos destinos a serem visitados, havendo um ponto inicial e um ponto final, podendo contemplar vários roteiros e regiões turísticas (GUZMÁN; CAÑIZARES, 2008).
Sincroniza o espaço-tempo entre os bens e serviços da localidade, ou seja, combina o espaço a ser percorrido e os agentes locais com suas atrações, que podem ser criadas e mantidas em diferentes pontos do roteiro, desde que possuam características ligadas à região, podendo ser de cunho cultural, esportivo, de compras e até mesmo aliado a alimentação, hospedagem e transporte, em diferentes períodos de tempo (BAHL, 2005).	Itinerários organizados que expressam a identidade cultural da localidade ou região onde estão inseridos, intimamente ligados com o comércio, já que estarão recebendo os turistas em seus estabelecimentos e promovendo as atrações locais, que comumente se organizam em torno de um produto-chave (ou conjunto de produtos) que transmite a identidade existente na região (TORRE; MORALES-FERNÁNDEZ; NARANJO, 2012).
Não tem, obrigatoriamente, um ponto inicial e um final. O turista começa a visitação de qualquer um dos destinos. Um roteiro turístico pode perpassar uma ou várias regiões e uma ou várias rotas – e ele é eminentemente temático (BRASIL, 2007a, p. 28).	A rota é um itinerário com contexto na história, ou seja, o turismo se utiliza da história como atrativo para fins de promoção e comercialização turística. Ex.: Estrada Real, Rota dos Tropeiros, etc., em que o turista percorre o mesmo caminho trilhado por alguns personagens de uma determinada época. Na rota, existe uma sequência na ordem dos destinos a serem visitados e há sempre um ponto inicial e um ponto final. É importante ressaltar, também, que uma rota pode contemplar vários roteiros e perpassar várias regiões turísticas (BRASIL, 2007a, p. 28).
“É um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística” (BRASIL, 2010b, p. 31).	Rota é um percurso continuado e delimitado, cuja identidade é reforçada ou atribuída pela utilização turística (BRASIL, 2010b).

Fonte: elaboração do autor (2021).

O conceito de rota utilizado nesta pesquisa é o proposto pelo Ministério do Turismo (BRASIL, 2007a, p. 28), o qual se adapta melhor à questão a ser pesquisada.

Geralmente, as rotas turísticas têm itinerários que envolvem contextos históricos para fins de atração do público, podendo uma rota possuir diversos roteiros em seu percurso. Em contrapartida, os roteiros turísticos são envolvidos por atrações temáticas, mas que também podem passar por diversas rotas (BRASIL, 2010b) (Figura 2).

Figura 2 – Roteiro e rota turística



Fonte: Brasil (2010b).

Com o crescimento do turismo, a constituição de rotas pode se apresentar como um diferencial, uma vez que, quando o turista busca um local para conhecer e desfrutar do lazer, muitas vezes, não consegue ocupar seu dia em um único empreendimento (GUZMÁN; CAÑIZARES, 2008; FIGUEIRA, 2013). Desse modo, empreendimentos organizados em rotas surgem como um novo atrativo (LACOSTE; NAVARRETE, 2014).

As rotas oferecem ao turista temáticas de interesse, ao mesmo tempo em que facilitam o acesso a outras atrações locais. As rotas procuram oferecer a acessibilidade de deslocamentos e a gestão de recursos, otimizando o tempo de estadia, para que os visitantes possam desfrutar dos momentos de lazer (MAIA; MARTINS; BAPTISTA, 2011).

Na próxima seção deste capítulo, serão apresentados e debatidos o conceito de sustentabilidade e a dimensão ambiental no turismo, em face de sua importância no desenvolvimento da pesquisa que originou esta dissertação.

## 2.2 O conceito de sustentabilidade e a dimensão ambiental no turismo

Fatores como a Revolução Industrial, a diferença de padrões de vida e de consumo na sociedade e o aumento da população motivaram o surgimento de movimentos que enfatizam políticas socioeconômicas em busca da não degradação ambiental (POTT; ESTRELA, 2017). Segundo Abramovay (2012, p. 16), “a ideia de crescimento incessante da produção e do consumo choca-se contra os limites que os ecossistemas impõem à expansão do aparato produtivo”.

A partir dessas percepções, diversos pesquisadores passaram a estudar formas de redução dos impactos sobre o meio ambiente, posto que a crise ambiental passou a apresentar-se como fator limitante do crescimento econômico e populacional (JONES; HILLIER; COMFORT, 2016). Por volta de 1960, surgiram as primeiras reflexões e debates a respeito do

meio ambiente e da sustentabilidade, quando alguns países afirmavam que a problemática ambiental havia sido inventada pelos países desenvolvidos, para frear a ascensão dos países subdesenvolvidos (CLARO; CLARO; AMÂNCIO, 2008). Daquele momento em diante, a preocupação com o meio ambiente passou a fazer parte dos meios políticos e das estratégias organizacionais, pois, de uma forma ou de outra, possibilitava ou limitava o desenvolvimento (SANCHES, 2015).

A importância da preservação ambiental para o desenvolvimento do turismo foi reconhecida pela Organização Mundial do Comércio (OMC) na década de 1970, com a criação de um Comitê de Meio Ambiente e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO-92, que identificou o turismo como uma das áreas prioritárias para o desenvolvimento sustentável. A partir desse momento, ações em prol do meio ambiente passaram a ganhar impulso e reconhecimento dentro da indústria da hotelaria (MEBRATU, 1998; KOROSSY, 2008; BOHDANOWICZ, 2006).

O conceito de desenvolvimento sustentável (DS) surgiu oficialmente em 1987, por meio do relatório *Nosso futuro comum*, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) (1988), conhecido igualmente por Relatório Brundtland (SANTOS; BERNARDES, 2019). De acordo com o documento, DS “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem às próprias necessidades” (CMMAD, 1988, p. 46).

No ano de 1992, a realização da II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, marcou o início da fase das discussões ambientalistas acerca da gestão ambiental global (BARBIERI, 2004). Anos depois, em 2002, foi realizada, na cidade de Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10; mais tarde, em 2012, na cidade do Rio de Janeiro, aconteceu a Rio+20, seguindo com o debate a respeito da sustentabilidade ambiental em nível mundial (GUIMARAES; FONTOURA, 2012; BARBIERI, 2004; FREY; CAMARGO, 2003; MEBRATU, 1998).

No ano de 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas, foram propostos, por líderes mundiais, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais contam com uma rede multidisciplinar de apoio e parcerias, entre diferentes entes, para que sejam alcançados. Entre os 17 ODS, estão: acabar com a pobreza, combater a desigualdade e a injustiça e resolver as mudanças climáticas até 2030 (GUPTA; VEGELIN, 2016; JAYASOORIA, 2016). Nessa dimensão, o turismo tem um papel de destaque em razão de sua relevância econômica, pois representa cerca de 10% do produto interno bruto (PIB) e do emprego do mundo. Esse cenário faz com que a atividade seja essencial para o avanço dos ODS (BRASIL, 2018).

O conceito de sustentabilidade vem ganhando maior visibilidade nos últimos anos (BOLIS; MORIOKA; SZNELWAR, 2014), pois, para se viver de uma maneira sustentável, é necessário assegurar que os recursos e os serviços da natureza sejam utilizados de maneira que permitam a sua regeneração. Nesse contexto, as práticas ambientalmente sustentáveis (PAS) surgem como alternativa para a conservação do meio ambiente (SKIBINS; POWELL; HALLO, 2013).

Barbieri (2011) afirma que a sustentabilidade retrata a qualidade daquilo que é sustentável, ou seja, ela incorpora o significado de manutenção e conservação dos recursos naturais. Trata-se de compreender a importância de equilibrar as necessidades ambientais, econômicas e sociais na vida das sociedades, não fazendo sentido pensá-las como concorrentes eternas, e sim como partes inseparáveis de um todo (ELKINGTON, 2012). A Avaliação Global da Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES) enfatizou a necessidade de uma transformação e da integração de valores ambientalmente sustentáveis para a promoção de mudanças positivas em direção à sustentabilidade (DIAZ *et al.*, 2019).

No setor do turismo, a exploração depende da gestão, podendo se caracterizar como uma atividade de promoção ou destruição do meio ambiente (SANTOS; BERNARDES, 2019). Segundo Pellegrini (2000), todo efeito ou alteração no meio ambiente ou em algum de seus componentes por determinada ação ou atividade é considerado um impacto. Conforme as modificações produzidas e os eventos posteriores, podem-se avaliar como impactos positivos ou negativos. Em relação aos impactos positivos da atividade do turismo sobre o meio ambiente, é possível citar benefícios como criação de programas de preservação das áreas naturais, investimento em medidas preservacionistas, valorização do contato com a natureza e utilização mais consciente dos espaços naturais (RUSCHMANN, 1997). Quanto aos impactos negativos, podem ser referidos: destruição das áreas naturais, da fauna e da flora, mudança da paisagem em decorrência da construção de equipamentos e infraestrutura turística, pisoteio da vegetação, vandalismos, incêndios, poluição das águas, acúmulo de detritos, poluição visual, sonora e atmosférica (RUSCHMANN, 1997; KO; STEWART, 2002; GURSOY; RUTHERFORD, 2004; REICHERT; LANZER, 2015).

Desse modo, a sustentabilidade pode se apresentar como uma prática de diminuição dos impactos negativos provindos do turismo contra o meio ambiente (RUSCHMANN, 1997). Ressalta-se que as demandas ambientais e sociais se apresentam com características importantes, em razão dos impactos que apresentam na qualidade de vida dos indivíduos pertencentes à sociedade moderna (RUSCHMANN, 1997). A sustentabilidade se configura

como importante estratégia para diminuição de impactos sociais e ambientais oriundos dos processos produtivos, pois ela permite resolver as contradições entre o crescimento econômico, a distribuição de renda e a necessidade de conservar os recursos ambientais, em benefício não somente das gerações atuais, mas também das futuras (DIEGUES, 2003).

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010a) apontou como elemento orientador de suas ações estratégicas a relação entre o turismo e a sustentabilidade, que deveria seguir os princípios da sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional. Dessa forma, com o objetivo de desenvolver produtos turísticos sustentáveis em consonância com o meio ambiente e a cultura local, fazendo com que as comunidades locais deixem de ser meramente espectadores privilegiados do processo de estruturação do setor turístico, foi implementado no Brasil o conceito de turismo sustentável, criado pela OMT: “Turismo sustentável é a atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro” (BRASIL, 2010b, p. 30).

Na declaração final da Rio+20 (ONU, 2012), foi estipulado que o turismo sustentável deve promover consciência ambiental, conservando o meio ambiente, a biodiversidade, os ecossistemas e a diversidade cultural, melhorando o bem-estar das comunidades locais (GUIMARAES; FONTOURA, 2012). Contudo, a conscientização da sustentabilidade para os atores da indústria do turismo é um processo complexo e de longo prazo, visto que compete a cada empresa esforçar-se no sentido de cumprir a sua parte em um contexto de responsabilidade com a sociedade e o meio ambiente. Portanto, faz-se necessário o diálogo constante entre empresários e representantes do turismo e da comunidade local (BARBIERI, 2011).

Para Dias e Pimenta (2005), é necessário romper a barreira da individualidade para atender ao comportamento sistêmico do ambiente de uma forma geral. A relevância da discussão de temas como responsabilidade social corporativa e sustentabilidade no setor turístico está relacionada às transformações e aos impactos da sustentabilidade (BARBIERI, 2011). Dessa forma, existe uma pressão para que os empreendimentos turísticos contribuam para a valorização da cultura local, o respeito ao meio ambiente e a geração de emprego e renda da comunidade na qual estão inseridos (COELHO; GOSLING; GONÇALVES, 2013).

Uma pesquisa realizada com clientes de hotéis na Europa apontou para a importância da adoção de PAS, dado que muitos clientes escolheram tais hotéis como destinos devido à sua preocupação com o meio ambiente (BEREZAN *et al.*, 2013). Alguns estudos indicam que os ecoturistas estão dispostos a pagar mais quando o produto da sua experiência contribuirá para as comunidades locais ou contribuirá diretamente para a conservação da biodiversidade da

região (BARAL, STERN; BHATTARAI, 2008; WANG; JIA, 2012).

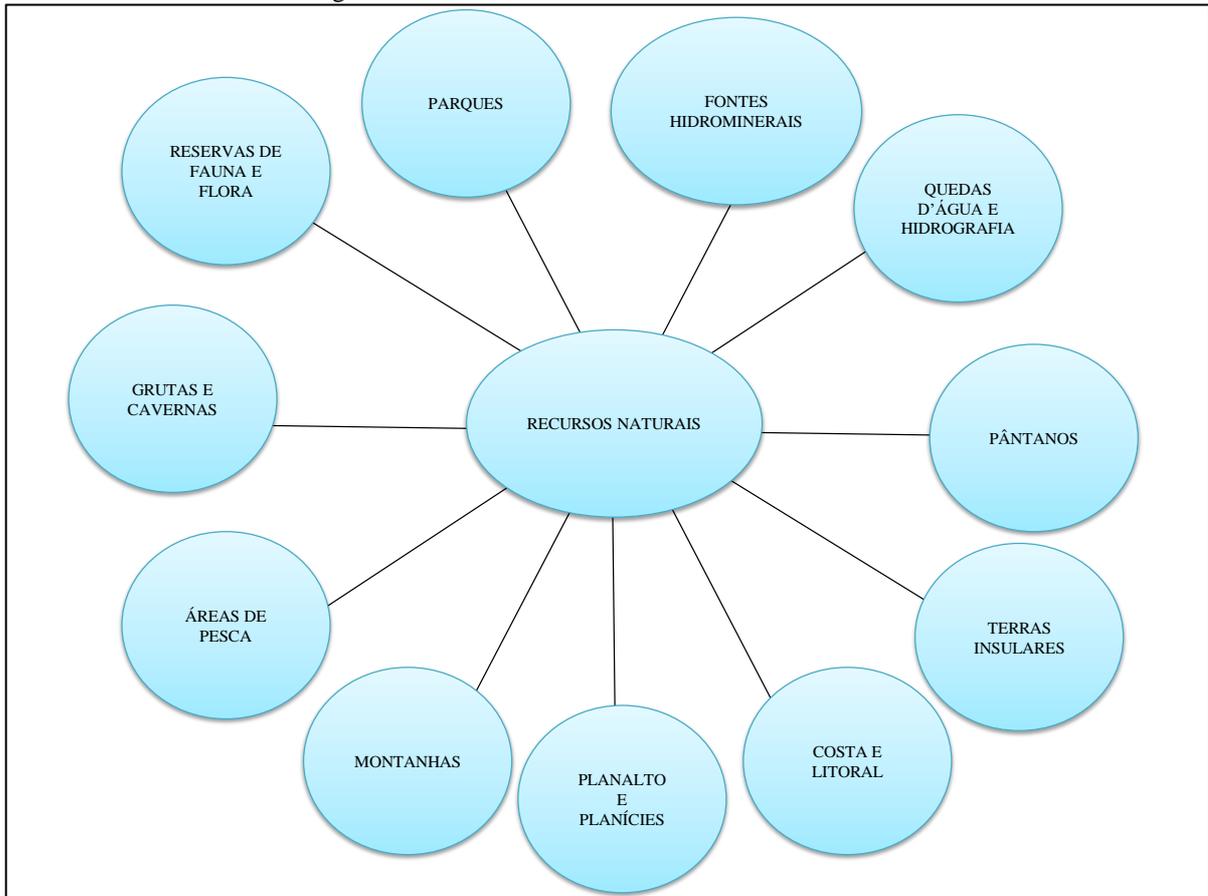
A evolução da consciência ambiental e, conseqüentemente, a preocupação com os possíveis impactos negativos ao meio ambiente se consolidaram por meio de um termo específico denominado “turismo sustentável” (VALVERDE, 2006). Segundo o teórico Swarbrooke (2000), apesar de a expressão “turismo sustentável” ter sido usada inicialmente a partir do final da década de 1980, quando estudiosos da época começaram a levar em consideração as implicações do Relatório Brundtland, foi no início da década de 1990 que ela passou a ser usada com frequência.

A Organização das Nações Unidas proclamou 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável, em reconhecimento ao potencial do setor para contribuir com a redução da pobreza, a promoção do entendimento entre os povos, o respeito às diferentes culturas e a preservação dos recursos naturais (UNESCO, 2017). Dulley (2004) definiu os recursos naturais como aqueles que estão disponíveis no ambiente físico (a terra, o ar, a água, a vegetação, a vida selvagem), onde existem para satisfazer as necessidades do homem.

A OMT (2003, p. 172) afirma que “o ambiente físico é um recurso turístico importante e, desde a época de Roma e a Grécia antiga, os viajantes têm sido motivados por um desejo de experimentar diversos de seus aspectos”. À vista disso, percebe-se que as pessoas começaram a *turistar* desde a antiguidade, e os recursos naturais têm se apresentado como ferramentas de atração turística, motivando milhares de viagens ao redor do mundo (MACEDO, 2011).

Nesse sentido, para o desenvolvimento da atividade turística, pode-se fazer necessária a utilização dos recursos naturais, obtendo-se um diferencial turístico (MACEDO, 2011). Tais recursos podem ser observados na Figura 3, em que, com base em Beni (2007), verifica-se que os recursos naturais existentes possuem características relevantes para o turismo, como: vegetação, fauna, locais de interesse de visitação, qualidade da água, praias, falésias, baías, rios, características da paisagem circundante e conformação geológica e morfológica. Esses recursos servem de atrativos para os visitantes de determinada localidade, sendo que devem ser levados em consideração, de forma a buscar conservá-los para que a atividade turística continue a trazer benefícios tanto para as gerações presentes como para as vindouras (MACEDO, 2011).

Figura 3 – Recursos naturais com diferenciais turísticos



Fonte: elaboração do autor com base em Beni (2007) e Macedo (2011).

Nessa perspectiva, é possível observar que o ambiente físico no turismo deve ser mantido como fator fundamental para o sucesso de um destino, baseado na qualidade ambiental, uma vez que os destinos que são vistos como poluídos ou congestionados terão dificuldades em manter a atividade turística, podendo entrar em declínio (OMT, 2003). De fato, os recursos naturais podem ser determinantes para o desenvolvimento do turismo, pois a qualidade do ambiente e sua preservação corroboram essa perspectiva. Desse modo, a questão da sustentabilidade vem ao encontro do que é proposto neste estudo, as PAS podem auxiliar na preservação e no cuidado com o meio ambiente.

A próxima seção deste capítulo apresenta as PAS que podem ser adotadas em empreendimentos do setor turístico.

### 2.3 Práticas ambientalmente sustentáveis no turismo

A adoção de PAS envolve o ato e o processo de ser capaz de renovar recursos, reduzir a poluição e eliminar processos que prejudicam o meio ambiente (BAKOS *et al.*, 2020). Adotar PAS em empreendimentos turísticos nem sempre exige investimento, é um diferencial que, na

maioria dos casos, decorre de processos simples empregados na rotina das organizações, como resultados de projetos bem-sucedidos, em organizações de pequeno, médio e grande porte, tudo de acordo com sua estrutura (SILVA *et al.*, 2016).

No ano de 2010, foi sancionada a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), a Lei nº 12.305 (BRASIL, 2010a), a qual contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário do Brasil no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos (DEMAJOROVIC; MIGLIANO, 2013).

Com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, destacam-se a educação ambiental, a responsabilidade compartilhada pela destinação correta dos resíduos por meio da logística reversa, o processo de coleta das embalagens após o consumo para serem reaproveitadas nas indústrias no mesmo ou em outros ciclos produtivos, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (BRASIL, 2010a). Os resíduos sólidos são um dos principais contribuintes para as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em todo o mundo e sempre um participante importante nos planos e nas iniciativas de mitigação dessas emissões (ABU HAJAR *et al.*, 2020; BONG *et al.*, 2017; DEDINEC *et al.*, 2015).

Por intermédio da reciclagem, existe a preocupação em minimizar os danos ambientais. Ela abrange um sistema participativo de gestão que inclui as alternativas social, econômica e ambiental e precisa de certo investimento de tempo do sujeito ao proceder à separação do material descartado para o retorno ao processo industrial (GARCIA *et al.*, 2016). As leis e normativas trazem uma bonificação ou redução de impostos para as organizações que reciclam os resíduos produzidos (WAN; SHEN; CHOI, 2017). O sucesso da reciclagem depende do comprometimento e do envolvimento do público e da comunidade, bem como da disponibilidade e da infraestrutura de equipamentos para reciclar e coletar (TROSCHINETZ; MIHELICIC, 2009).

Entre outros métodos, a compostagem se apresenta como prática conhecida para estabilizar e reduzir o volume de resíduos orgânicos, resultando em fertilizantes orgânicos (ABU HAJAR *et al.*, 2020). Alternativas como essa não apenas criam oportunidades reais de emprego, como também apresentam um potencial para integrar o setor de reciclagem informal nas atividades de recuperação de materiais (ALJARADIN; PERSSON; SOOD, 2015).

Blancas *et al.* (2010) asseguram que a proteção dos recursos naturais se garante a partir da proteção dos ecossistemas naturais, os quais estão dentro de áreas naturais protegidas dos destinos turísticos, de modo que a intensidade do uso turístico dessas áreas deve ser controlada.

Dentre os recursos existentes, deve-se tomar um maior cuidado com os recursos naturais escassos, como a água, por exemplo, que é essencial para a sobrevivência dos seres vivos e, do mesmo modo, um fator de produção para os bens de consumo, além de ser um elemento representativo de valores sociais e culturais (GOMES, 2011). Além da higiene e da produção de alimentos, o uso da água no turismo é essencial para: recreação, paisagismo, esportes, entre outras atividades relacionadas (GOSSLING, 2015; HADJIKAKOU; CHENOWETH; MILLER, 2013; TORTELLA; TIRADO, 2011).

As atividades da sociedade moderna requerem o uso de uma ou mais fontes de energia, para tal, um aspecto que tem se revelado importante é a eficiência energética, que consiste em obter o melhor desempenho da produção de um bem ou serviço com o menor consumo de energia possível (BRASIL, 2016). Por isso, a melhoria da eficiência energética dos sistemas produtivos é fundamental para o desenvolvimento sustentável, pois agrega ganhos sociais, ambientais e competitivos, ensejando medidas governamentais em médio e longo prazos em todos os setores (GELLER *et al.*, 2004).

A economia de energia com redução de desperdício é um fator que garante a economia de recursos financeiros destinados a aumentar a escala de produção de energia e sua importação (DYATLOV *et al.*, 2020). A preocupação com a redução do consumo e o uso racional de energia elétrica no Brasil tem aumentado devido a dois fatores principais: o aumento de tarifa com as mudanças estruturais do setor elétrico e a preocupação em reduzir os impactos ambientais e incentivar energias alternativas (MARTINEZ *et al.*, 2009). Entre as tecnologias ambientais energéticas que mais se destacam estão as energias solar e eólica. Essas novas fontes de energia têm maior potencial de se tornarem custos competitivos com as outras fontes de energia e são as que mais provavelmente contribuirão rapidamente para a mitigação das mudanças climáticas (DALE, 2013; IEA, 2017). Elas também auxiliam o desenvolvimento de empreendimentos turísticos, visto que é perceptível a redução do custo da energia (DYATLOV *et al.*, 2020).

O número de visitantes em determinado local exige e resulta no estabelecimento de instalações e infraestrutura para atender às suas necessidades; como resultado, as áreas naturais perdem parte de sua naturalidade e, portanto, atratividade (AZAM; MAHMUDUL ALAM; HAROON HAFEEZ, 2018). À medida que aumenta o número de instalações turísticas, o mercado muda, e muitos visitantes que foram atraídos pelas características do ambiente e pela ausência de desenvolvimento optam por escolher outros locais com preservação da paisagem natural (BUTLER, 1999).

Pode-se perceber que a preservação do ambiente em que o empreendimento está

localizado é aliada ao seu desenvolvimento, exemplos disso são a produção e a comercialização de alimentos orgânicos (PROVOST; PEDNEAULT, 2016; SACCHELLI *et al.*, 2017). A produção de orgânicos se insere como objeto de estudo nesta dissertação, o qual será debatido na próxima sessão.

### 2.3.1 Agricultura orgânica

A preocupação com o ambiente e a qualidade de vida tem difundido amplamente as correntes de agricultura alternativa, dentre elas, a orgânica (NASCIMENTO *et al.*, 2012). No Brasil, a partir da década de 1970, a produção orgânica buscou o retorno do contato com a terra como forma alternativa de vida, porém, com o crescimento da consciência de preservação ecológica e a busca por uma alimentação cada vez mais saudável, houve expansão do consumo de produtos orgânicos. Por conseguinte, na década de 1980, organizaram-se muitas cooperativas de produção e consumo de produtos orgânicos (FILHO *et al.*, 2002).

Alguns autores, como Bengtsson, Ahnstrom e Weibull (2005), Crowder e Reganold (2015), Reganold e Wachter (2016) e Bai *et al.* (2018), sugerem que a agricultura orgânica promove o meio ambiente e a sustentabilidade. Nessa dimensão, o cultivo de alimentos orgânicos resulta na diminuição do uso de pesticidas agrícolas (LAZAROIU *et al.*, 2019). Como resultado, a produção pode alcançar níveis mais baixos em comparação com a agricultura convencional, porém, ela pode ser economicamente mais lucrativa e ecologicamente correta (REGANOLD; WACHTER, 2016), oferecendo alimentos igualmente ou mais nutritivos, com menor taxa de pesticidas (ou nenhuma) (SACCHELLI *et al.*, 2017). Além disso, a produção de alimentos orgânicos apresenta-se como uma ferramenta de diminuição dos impactos provindos da agricultura convencional (LAZAROIU *et al.* 2019), como, por exemplo, a diminuição do contato do agricultor com pesticidas, o aumento da qualidade do solo e a utilização de menos agentes químicos (BENGTSSON; AHNSTROM; WEIBULL, 2005; CROWDER; REGANOLD, 2015).

A agricultura convencional é uma das principais contribuintes para a emissão de GEE, sendo responsável por 23% das emissões globais (IPCC, 2019). Assim, a agricultura orgânica se apresenta como um mecanismo que auxilia na diminuição das emissões de GEE, bem como no desempenho financeiro e na qualidade dos produtos (SACCHELLI *et al.*, 2017). Nesse sentido, iniciativas para aumentar a eficiência na agricultura sustentável e orgânica são fundamentais para diminuir a produção de GEE (BAI *et al.*, 2018; LAZAROIU *et al.*, 2019).

Outro fator que auxilia na diminuição da emissão de GEE é a utilização de embalagens

sustentáveis (mais leves), uma vez que sua fabricação utiliza menor quantidade de matéria-prima, emitindo menores quantidades de poluentes ao meio ambiente (IANNONE *et al.*, 2016; MARTINS *et al.*, 2018). Há, também, as embalagens de vidro, que podem ser recicláveis e não sofrem perda de qualidade ou pureza, podendo ser lavadas e reutilizadas, porém, sua reutilização sofre com custos de coleta e higienização, o que pode inviabilizar o processo (FERREIRA; SILVA; MADEIRA, 2019; MARTINS *et al.*, 2018).

De 2000 a 2018, a área agricultável mundial destinada a cultivos orgânicos aumentou 377% (FiBL, 2020). Em termos absolutos, a agricultura orgânica saltou de 15 milhões para 71,5 milhões de hectares de terras nesse período. Desse total, 50,35% da área agrícola destinada à produção orgânica se encontra na Oceania, seguida por Europa (21,86%), América Latina (11,2%), Ásia (9,14%), América do Norte (4,66%) e África (2,77%) (Tabela 1).

Tabela 1 – Área destinada à produção orgânica por continente

Continente	Área destinada à produção orgânica 2000 (ha)	Área destinada à produção orgânica 2018 (ha)	Participação do continente na área total mundial destinada à produção orgânica 2018 (%)
África	52.675	1.984.132	2,77
Ásia	60.532	6.537.225	9,14
Europa	4.581.068	15.635.504	21,86
América Latina	3.910.608	8.008.580	11,2
América do Norte	1.058.951	3.335.001	4,66
Oceania	5.310.157	35.999.373	50,35
Mundo	14.973.991	71.494.738	100

Fonte: elaboração do autor com base em FiBL (2020).

O crescimento da agricultura orgânica ocorre por meio do aumento da demanda dos consumidores por produtos mais saudáveis e da conservação do meio ambiente (ORGANIS, 2020). Somando-se a isso, há o crescimento expressivo de áreas agrícolas de produtos orgânicos nas últimas décadas. Haumann (2018) destaca que essa expansão contínua dependerá do enfrentamento de alguns desafios, tais como: a necessidade de progressivos incrementos nas áreas de solo cultivável de manejo orgânico para atender ao consumo crescente, a padronização dos critérios de certificação e a grande concentração da demanda mundial.

Os países com maior área de produção orgânica, segundo o FiBL (2020), no ano de 2018, foram Austrália, Argentina, China, Espanha, Uruguai, França e Estados Unidos. O Brasil ocupa a 12ª colocação entre os 20 países com maior área de produção de orgânicos no mundo (Tabela 2).

Tabela 2 – Evolução das áreas destinadas à produção orgânica dos 20 maiores países entre 2008 e 2018

Colocação em 2018	País	Área destinada à produção orgânica em 2008 (ha)	Área destinada à produção orgânica em 2018 (ha)	Aumento da área total agricultável destinada à produção orgânica entre 2008-2018 (ha)	Taxa de crescimento da área destinada à produção orgânica entre 2008-2018 (%)
1º	Austrália	11.988.044	35.687.799	23.699.755	198
2º	Argentina	4.007.027	3.629.968	-377.059	-9
3º	China	1.853.000	3.135.000	1.282.000	69
4º	Espanha	1.129.844	2.246.475	1.116.631	99
5º	Uruguai	930.965	2.147.083	1.216.118	131
6º	França	583.799	2.035.024	1.451.225	249
7º	Estados Unidos	1.948.946	2.023.430	74.484	4
8º	Itália	1.002.414	1.958.045	955.631	95
9º	Índia	1.018.469,60	1.938.220,79	919.751	90
10º	Alemanha	907.786	1.521.314	613.528	68
11º	Canadá	628.556	1.311.571,81	683.016	109
12º	Brasil	932.120,00	1.188.254,81	256.135	27
13º	Turquia	109.387	646.247	536.860	491
14º	Áustria	531.925,00	637.805,00	105.880	20
15º	Suécia	336.439,00	608.758,00	272.319	81
16º	Rússia	46.962,30	606.974,98	560.013	1192
17º	Rep. Tcheca	341.632,00	538.893,66	197.262	58
18º	Grécia	317.824	492.627	174.803	55
19º	Polônia	313.944,00	484.676,17	170.732	54
20º	Reino Unido	726.381,00	457.377,00	-269.004	-37

Fonte: elaboração do autor com base em FiBL (2020).

No Brasil, as raízes do movimento orgânico estão ligadas ao período do final da década de 1970, quando um conjunto de iniciativas locais, buscando uma agricultura alternativa ao modelo da modernização conservadora, começou a florescer em diferentes regiões brasileiras, a partir da iniciativa de diversas organizações não governamentais (ONGs) em parceria com movimentos sociais e organizações de agricultores familiares (BRANDENBURG, 2002; LUZZI, 2007; SAMBUICHI *et al.*, 2017; SCHMITT *et al.*, 2017). Mas somente em 2003 foi aprovada a Lei nº 10.831, que dispõe sobre agricultura orgânica no Brasil, constituindo-se como eixo orientador do marco regulatório da produção de orgânicos (SAMBUICHI *et al.*, 2017). Segundo a legislação (BRASIL, 2003, p. 1):

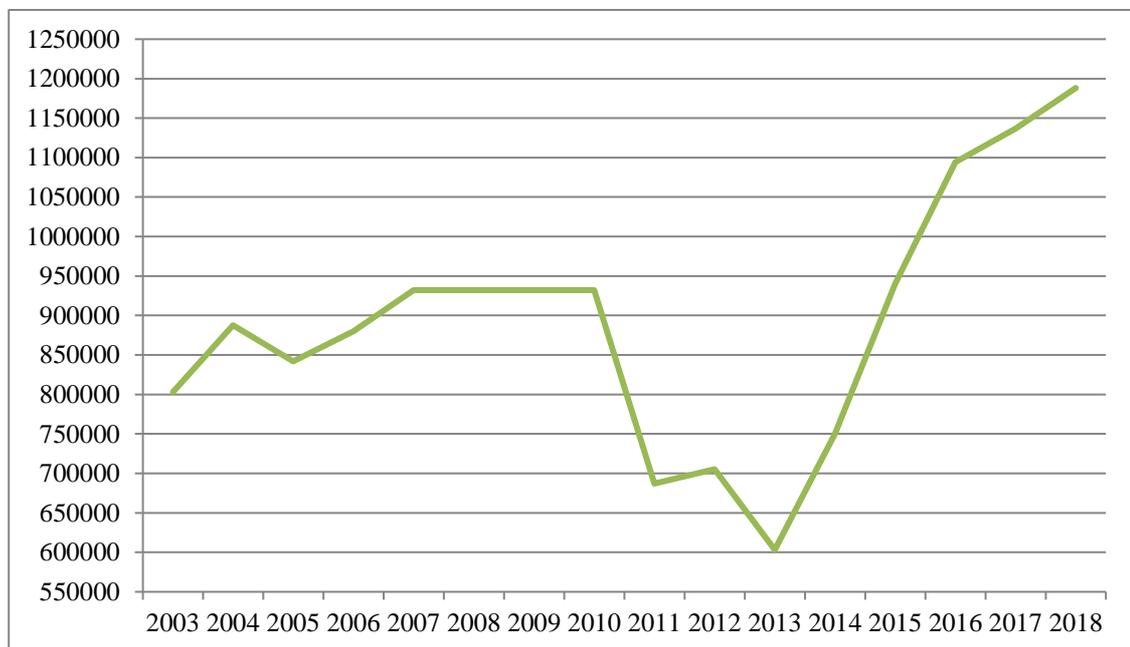
Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em

contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente.

A legislação e a institucionalização de políticas públicas decorrentes desse arcabouço legal projetaram o Brasil internacionalmente como um dos países que mais avançaram em favor da produção e da comercialização orgânica (SCHMITT *et al.*, 2017).

No Gráfico 1, pode-se verificar a evolução da área (ha) de produção orgânica no Brasil, que, a partir do ano de 2014, apresenta notável crescimento.

Gráfico 1 – Área de cultivo de orgânicos no Brasil 2003-2018



Fonte: elaboração do autor com base em FiBL (2020).

Os consumidores estão cada vez mais interessados em sustentabilidade e em alimentos mais saudáveis (ORGANIS, 2020). O aumento no consumo e na exportação de alimentos orgânicos alavancou a produção brasileira. Segundo a Organisa, em 2019, no Brasil, os maiores consumidores de orgânicos foram mulheres entre 35 e 44 anos, e as principais regiões consumidoras de alimentos orgânicos foram: Sudeste 41%, Nordeste (29%), Sul (14%), Norte (9%) e Centro-Oeste (7%) (ORGANIS, 2020). Ainda no ano de 2019, foi evidenciado, por pesquisa da Organisa (2020), que os consumidores de orgânicos brasileiros são mais atentos às questões acerca da sustentabilidade ligadas à preocupação com áreas verdes e separação do lixo.

Nesse cenário, de acordo com dados do Censo Agro/IBGE (2017), o Rio Grande do Sul

possui 2,5 mil produtores orgânicos certificados, sendo, desses, 71,7% para produção vegetal, 16,7% para produção animal e 11,5% para ambas as produções. Os dados indicam também que o estado representa 6% da produção anual nacional de orgânicos no Brasil.

Alguns estudos evidenciaram que os sistemas de agricultura orgânica de forma consistente desenvolvem uma melhor qualidade do solo e menores índices de erosão, em comparação com sistemas convencionais (GATTINGER *et al.*, 2012; LYNCH; HALBERG; BHATTA, 2012). Como a agricultura orgânica praticamente não usa pesticidas sintéticos, há mínimos riscos de poluição de águas subterrâneas e superficiais (ALFÖLDI *et al.*, 2002). Além disso, empreendimentos com produção orgânica geralmente possuem maior diversidade de plantas e uma fauna mais robusta (pássaros, insetos, micróbios do solo) (ALFÖLDI *et al.*, 2002; LYNCH; HALBERG; BHATTA, 2012). Isso corrobora não só a polinização, como também o manejo correto de produtos provindos da agricultura orgânica (LYNCH; HALBERG; BHATTA, 2012; KENNEDY *et al.*, 2013).

A agricultura orgânica continuará a se expandir globalmente, dependendo principalmente de seu desempenho financeiro, em comparação com a agricultura convencional (DE PONTI; RIJK; VAN ITTERSUM, 2012; HALBERG *et al.*, 2016). Os principais fatores que determinam a lucratividade da agricultura orgânica incluem: rendimentos de safras, mão de obra e custos totais (ZENTNER *et al.*, 2011; SCHMITT *et al.*, 2017).

Embora os produtos orgânicos representem uma parcela menor do mercado mundial de alimentos, o aumento de produtos certificados e sua disponibilidade nos principais supermercados fizeram do segmento o que mais cresce na indústria de alimentos (BRANTSAETER *et al.*, 2017). Brantsaeter *et al.* (2017) afirmam que a tendência por produtos sem aditivos químicos induziu um forte interesse pela certificação e por critérios orgânicos.

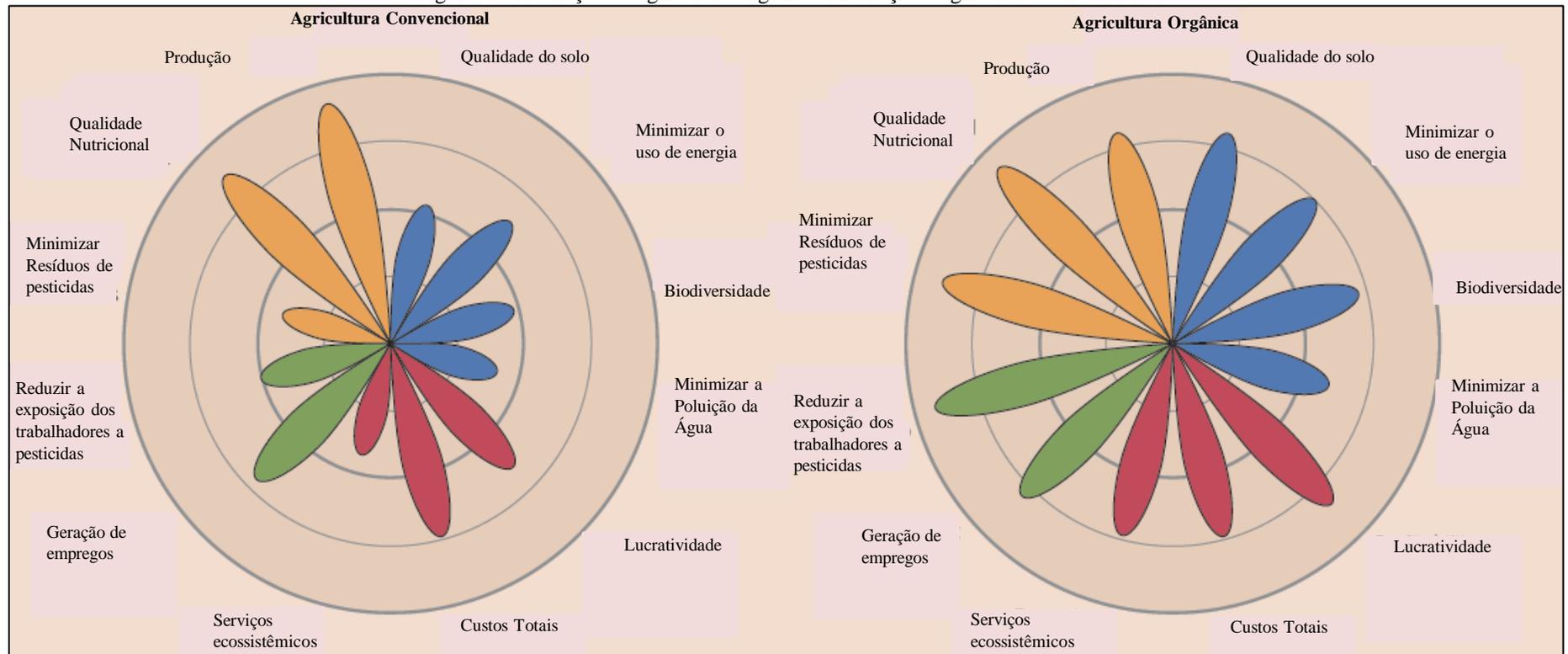
A certificação de orgânicos obteve alta procura devido ao fato de que os alimentos orgânicos não possuíam uma condição diferenciada, já com a certificação, os selos que atestam sua autenticidade geram maior credibilidade ao produto (RADOMSKY, 2009). A certificação exige uma avaliação da conformidade da tecnologia utilizada no espaço agrícola, bem como são visualizados elementos na pecuária e na produção dos alimentos, com uma avaliação integral do ambiente e da situação do território em que se encontra o empreendimento (IVANOV; ZIGANSHIN, 2018).

Cabe ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) credenciar, acompanhar e fiscalizar as organizações que, mediante prévia habilitação, farão a certificação da produção orgânica e deverão atualizar as informações dos produtores para alimentar o cadastro nacional de produtores orgânicos. Esses órgãos, antes de receberem a habilitação do

Mapa, passarão por processo de acreditação do Inmetro (BRASIL, 2007b). No exterior, o órgão internacional que credencia as certificadoras é a International Federation of Organic Agriculture Movements (IFOAM), que é a federação internacional que congrega os diversos movimentos relacionados com a agricultura orgânica (GEIR, 2000).

Um estudo desenvolvido por Reganold e Wachter (2016) destaca que a agricultura orgânica se equilibra melhor em quatro áreas da sustentabilidade, se comparada com a agricultura convencional. Na Figura 4, as pétalas na cor laranja representam as áreas de produção, as pétalas azuis representam as áreas de sustentabilidade ambiental, as pétalas em bordô representam a sustentabilidade econômica e as pétalas verdes representam as áreas de bem-estar (REGANOLD; WACHTER, 2016).

Figura 4 – Avaliação da agricultura orgânica em relação à agricultura convencional



Fonte: Reganold e Wachter (2016).

Ao observar a Figura 4, é possível identificar que a agricultura convencional possui maior ganho em alguns segmentos de cultivos orgânicos, enquanto, em outros, apresenta um baixo desempenho. Portanto, pode-se verificar que as PAS em empreendimentos de produção orgânica auxiliam em uma produção mais sustentável, bem como é possível visualizar um maior cuidado com o meio ambiente. Desse modo, os empreendimentos não só podem contribuir com o desenvolvimento ambiental, como também atrair turistas com o pensamento sustentável e se adaptar ao turismo (YUSOF; RAHMAN; IRANMANESH, 2015; HELLMMEISTER; RICHINS, 2019).

O Quadro 2 pode auxiliar na verificação de quais PAS são adotadas em empreendimentos, podendo ser adaptadas aos turísticos, sendo um dos aspectos que a pesquisa pretende alcançar.

Quadro 2 – PAS em empreendimentos

<b>PRÁTICAS</b>	<b>FONTES</b>
Gestão de resíduos sólidos Reciclagem Compostagem	Brasil (2010); Abu Hajar <i>et al.</i> (2020) Mansour, Al-yahyai e Heiba (2018) Bong <i>et al.</i> (2017) Dedinec <i>et al.</i> (2015) Aljaradin, Persson e Sood (2015) Demajorovic e Migliano (2013)
Eficiência energética Fontes alternativas de energia Redução, desperdício de energia elétrica	Dyatlov <i>et al.</i> (2020) Martinez <i>et al.</i> (2009) Dale (2013) Geller <i>et al.</i> (2004)
Uso racional da água	Silva e Mattos (2020) Gossling (2015) Hadjikakou, Chenoweth e Miller (2013) Tortella e Tirado (2011) Gomes (2011)
Proteção dos recursos naturais Gestão de recursos naturais escassos Gerenciamento do impacto visual e da infraestrutura	Blancas <i>et al.</i> (2010)
Preservação da paisagem natural	Butler (1999)
Manejo biológico de pragas	Choo e Jamal (2009)
Agricultura sustentável Produção de orgânicos Certificação de orgânicos Preservação do solo Embalagens sustentáveis Qualidade do ar	Radomsky (2009) Iannone <i>et al.</i> (2016) Brantsaeter <i>et al.</i> (2017) Ivanov e Ziganshin (2018) Martins <i>et al.</i> (2018) Lazaroiu <i>et al.</i> (2019) Ferreira, Silva e Madeira (2019) Abu Hajar <i>et al.</i> (2020)

Fonte: elaboração do autor (2021).

## 2.4 Instrumentos para avaliação da sustentabilidade do turismo

Para que um empreendimento de turismo ambientalmente sustentável seja investigado, é fundamental que, primeiramente, seja analisado seu contexto frente às demandas locais (SANCHES, 2015). Nesse sentido, os atores envolvidos no processo de investigação devem se adequar às ações de sustentabilidade que são desenvolvidas no ambiente de pesquisa (MARTINS; CÂNDIDO, 2008). Para estabelecer um parâmetro de investigação, existem indicadores e instrumentos de medição, que podem ser adaptados às diferentes realidades dos empreendimentos (SANCHES, 2015, p. 40).

O termo “indicador” é originário do latim *indicare*, que significa descobrir, apontar, anunciar, estimar. Ele comunica ou informa sobre o progresso em direção a uma determinada meta e é utilizado como um recurso para deixar mais perceptível uma tendência ou um fenômeno não imediatamente detectável por meio dos dados isolados (HAMMOND *et al.*, 1995). Dessa forma, os indicadores de sustentabilidade propõem o fornecimento de informações que auxiliam no diagnóstico de determinada atividade, auxiliando no processo de tomada de decisão por descrever a realidade de diversas situações (NUNES; MARTINS, 2019). Ou seja, um indicador serve para que as informações sobre fenômenos sejam simplificadas, sendo mais compreensíveis e quantificáveis.

Burgos e Mertens (2015, p. 60) afirmam que o turismo ambientalmente sustentável “surge como um remédio para atender as necessidades das diferentes partes envolvidas, minimizando os impactos negativos do turismo, enquanto busca otimizar os benefícios para o destino”. Desse modo, a utilização de indicadores permite o monitoramento contínuo das transformações do turismo, além de informar o cenário do desenvolvimento (HANAI, 2009).

Ainda nesse sentido, Kronemberger (2003, p. 39) destaca:

Os indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS) vêm sendo propostos desde fins da década de 80 e sobretudo a partir da 2ª Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), que reconheceu sua importância e sugeriu no capítulo 40 da Agenda 21 que os países os desenvolvessem para guiar as ações, monitorar o avanço alcançado em relação ao DS e adquirir bases sólidas para a tomada de decisão em todos os níveis.

Ao determinar tais indicadores, é possível avaliar se os empreendimentos turísticos estão corroborando o desenvolvimento sustentável, pois, assim, pode-se verificar se o empreendimento é sustentável ou não (TRENTIN; SAN SOLO; GRUBER, 2006).

Kronemberger (2003) ressalta que existe uma pequena diferença entre um conjunto e um sistema de indicadores: o primeiro remete a uma coleção de itens que não necessariamente

tenham correlação entre si; enquanto o segundo segue determinados critérios de seleção, encaixando-se de maneira a formar ou aferir um resultado. A utilização de indicadores objetiva reunir e quantificar informações de modo que sua importância se destaque, simplificando informações sobre fenômenos complexos e tentando melhorar, com isso, o processo de comunicação (VAN BELLEN, 2006).

Graymore (2005) argumenta que, entre os sistemas de indicadores existentes, poucos possuem foco específico no desenvolvimento sustentável e nas questões ambientais. Cada estudo tem uma especificidade, sendo que alguns adotam como parâmetro o Relatório Brundtland e outros são definidos de acordo com as interpretações do método do autor (SANCHES, 2015).

Para Nunes e Martins (2019), o melhor sistema de indicadores a ser utilizado deve ser aquele que está apto a avaliar os objetivos específicos da pesquisa. Nessa visão, dentre os diversos sistemas existentes para aferir a sustentabilidade, este estudo utilizou um levantamento a partir de Sanches (2015) e Lacerda, Lima e Martins (2019), com ferramentas específicas de análise de práticas sustentáveis no turismo (Quadro 3).

Quadro 3 – Sistemas de indicadores de sustentabilidade turística e suas características

Sistemas de indicadores	Características	Autor
Barômetro da Sustentabilidade do Turismo (BST) ( <i>Barometer of Tourism Sustainability</i> )	Ferramenta que busca fornecer uma forma de organizar e mensurar os indicadores, permitindo um reflexo real da região. Divide os dados em uma escala de vários níveis, analisando se a atividade turística é sustentável.	Ko (2005)
<i>Core Set Indicators of Sustainable Tourism da Eurostat</i>	Pode ser utilizado para descrever as relações entre causas e consequências dos problemas ambientais, considerando as atividades humanas, as pressões que as indústrias e os transportes causam ao meio ambiente, os impactos que essas atividades causam na saúde humana.	Cordeiro, Leite e Partidário (2010)
<i>Destination Scorecard – National Geographic Traveler</i>	Busca avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos com base em seis critérios: 1 - qualidade ambiental e ecológica do destino; 2 - integridade social e cultural; 3 - condições do patrimônio construído (arqueológico, histórico e estruturas existentes); 4 - atratividade estética (tanto do patrimônio natural como do construído); 5 - qualidade da gestão turística (benefícios para a população local; informação aos turistas sobre o local e o seu papel nesse destino); 6 - perspectiva futura para o destino em termos de sustentabilidade, levando em consideração as práticas dominantes.	Partidário (2004)
Indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos da OMT	Analisam aspectos como: bem-estar das comunidades receptoras; aspectos culturais; participação da comunidade no desenvolvimento do turismo; satisfação do turista; saúde e segurança; benefícios econômicos oriundos do turismo.	UNWTO (2004)
Pegada Ecológica do Turismo ( <i>Ecological Footprint Method</i> )	Ferramenta desenvolvida para medir a sustentabilidade ecológica de um determinado sistema a partir da contabilização dos fluxos de matéria e energia existentes numa determinada economia.	Wackernagel e Rees (1996).
<i>Pressure-State Response</i> (Pressão, Estado e Resposta) – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico	Identificar a pressão do turismo no meio ambiente, o estado no qual se encontra a resposta que as políticas públicas estão dando aos impactos. Esse sistema avalia apenas os impactos causados pela atividade turística no meio ambiente, tendo ênfase na dimensão ambiental.	OECD (1987)
Indicadores de desenvolvimento sustentável do turismo	Avaliar a situação do desenvolvimento sustentável do turismo. O sistema contempla vários indicadores dispostos nas seguintes dimensões: econômica, ambiental, social e cultural.	UNWTO (2005)

Fonte: elaboração do autor com base em Sanches (2015) e Lacerda, Lima e Martins (2019).

Com base no Quadro 3, observa-se que cada sistema possui características diferentes, sendo que alguns buscam observar critérios ambientais, sociais e econômicos, já outros analisam diferentes pontos, com alterações consideráveis nos processos de avaliação do desenvolvimento; e cada um possui uma metodologia de aplicação que deve ser adequada à realidade da região a ser pesquisada.

Nessa dimensão, buscando adequar a melhor ferramenta ao desenvolvimento dos objetivos da pesquisa, toma-se como referência metodológica o BST proposto por Ko (2005), o qual apresenta potencial de aplicação no contexto empírico que é a RTVO e que será detalhado na próxima seção deste capítulo.

#### 2.4.1 Barômetro da Sustentabilidade do Turismo

O BST proposto por Ko (2005) apresenta-se como uma ferramenta capaz de mensurar os indicadores da sustentabilidade, a fim de fornecer informações para a tomada de decisões dos empreendimentos. No Quadro 4, apresentam-se algumas pesquisas que o utilizaram, sendo selecionadas aquelas com maior similaridade com a proposta desta dissertação.

Quadro 4 – Estudos que utilizaram o BST

<b>Autor</b>	<b>Estudo</b>	<b>Objetivo</b>
Xavier e Picoli (2020)	Métricas de indicadores de sustentabilidade para cidades históricas turísticas	Examinar criticamente algumas das principais metodologias de avaliação da sustentabilidade da atividade turística aplicáveis às cidades históricas turísticas de Minas Gerais.
Estêvão <i>et al.</i> (2019)	<i>A socio-technical approach to the assessment of sustainable tourism: adding value with a comprehensive process-oriented framework</i>	Criar um sistema de avaliação para o turismo sustentável, combinando o mapeamento cognitivo e integral, fornecendo uma base racional e transparente para a seleção e ponderação dos critérios de avaliação.
Sanches e Schmidt (2016)	Indicadores de sustentabilidade ambiental: uma análise das práticas sustentáveis em empreendimentos de turismo rural	Analisar as práticas de sustentabilidade ambiental utilizadas pelos empreendimentos de um roteiro de turismo rural localizado na Região Oeste do Paraná, à guisa do BST.
Pjerotic <i>et al.</i> (2017)	<i>Sustainable tourism development in the rural areas</i>	Avaliar as conexões entre a agricultura e o turismo, melhorando o desenvolvimento sustentável tanto no turismo como nas comunidades rurais e nos setores agrícolas.
Cumo <i>et al.</i> (2015)	<i>Technologies and strategies to design sustainable tourist accommodations in areas of high environmental value not connected to the electricity grid</i>	Avaliar uma abordagem para projetar acomodações turísticas sustentáveis em áreas caracterizadas por alto valor ambiental (por exemplo, áreas naturais protegidas), minimizando os impactos relacionados ao ambiente circundante e sensibilizando os usuários para a preservação e conservação dos recursos naturais.

Fonte: elaboração do autor (2021).

Segundo Ko (2001), um modelo de avaliação do desenvolvimento sustentável no turismo deve fornecer uma forma sistêmica de organizar, combinar e medir indicadores para

que os formuladores de políticas ou empreendedores possam tirar conclusões, a fim de identificar se os empreendimentos são ambientalmente sustentáveis.

Na visão de Ko (2005), na constituição do BST, não foram adotadas as definições do Relatório Brundtland e também não foi levada em consideração a dimensão dos aspectos econômicos, pois, na sua perspectiva, esses já estariam indiretamente representados na qualidade de vida das pessoas. Desse modo, o BST inclui apenas os componentes do ecossistema e da qualidade de vida das pessoas, por entender que esses são mais importantes para analisar as práticas sustentáveis presentes nos empreendimentos turísticos, uma vez que somente a manutenção do capital natural irá, por si só, garantir o futuro das próximas gerações (KO, 2005). É nesse sentido que, tendo em vista a sua potencialidade para avaliar tais dimensões, Ko (2001, 2005) recomenda o BST como a melhor opção para avaliar a sustentabilidade de destinos turísticos.

A ferramenta proposta por Ko segue a metodologia do Barômetro da Sustentabilidade (BS) proposto por Prescott-Allen em 1942, o qual é consequência do trabalho conjunto entre *The World Conservation Union (IUCN)* e *International Development Research Centre (IDRC)*, com a participação de diversos cientistas de vários países, os quais trabalharam em conjunto no desenvolvimento de uma metodologia para definir as questões-chave que desenvolvem o conceito de sustentabilidade e possibilitar sua avaliação e comparação, tendo como base a avaliação de duas dimensões: o bem-estar humano e o bem-estar dos ecossistemas, em conjunto. Tal adaptação parte da premissa de que os destinos turísticos são essencialmente espaços geográficos compostos por sistemas humanos e ecossistemas, e estes são diretamente influenciados pelas atividades turísticas (KO, 2005). O BST fornece a imagem do sistema humano e ambiental da área de estudo a partir de indicadores, que devem ser selecionados de acordo com os aspectos observados no sistema (KO, 2005). O BS não dedica atenção especial às atividades turísticas, então, foi decidido adotar o sistema proposto por Ko (2005), o qual será adaptado em consonância às PAS.

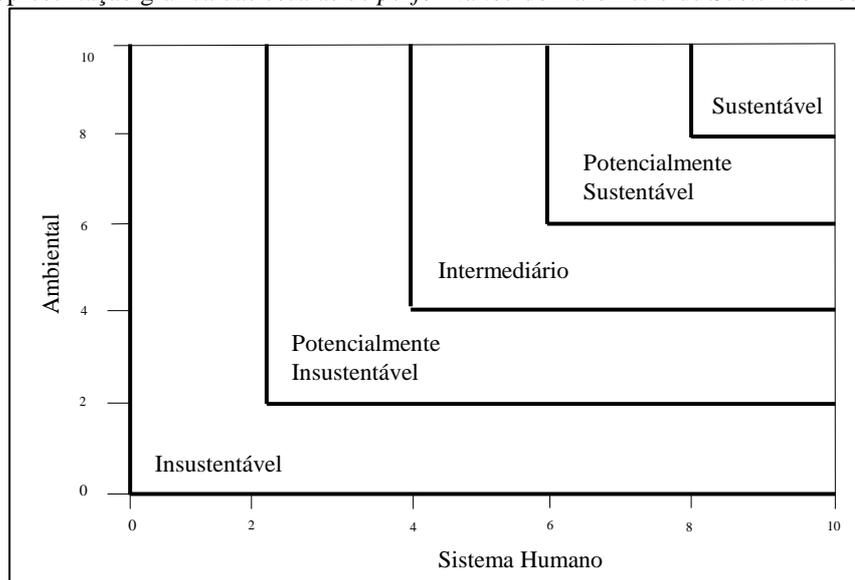
Como mostra a Tabela 3, todos os indicadores selecionados são classificados e convertidos em um determinado nível, que é dividido em diversos indicadores de (in)sustentabilidade.

Tabela 3 – Escalas de *performance* do BST

Faixa (em %)	Escala	Definição
1 – 20	Insustentável	Inaceitável
21 – 40	Potencialmente insustentável	Indesejável
41 – 60	Intermediário	<i>Performance</i> neutra
61 – 80	Potencialmente sustentável	Aceitável, objetivo quase alcançado
81 – 100	Sustentável	Desejável, objetivo completamente alcançado

Fonte: Ko (2005).

Após a classificação, é realizada uma média aritmética dos valores, que são colocados em eixos, de forma a serem demonstrados graficamente, facilitando sua interpretação (Figura 5).

Figura 5 – Representação gráfica das escalas de *performance* do Barômetro de Sustentabilidade do Turismo

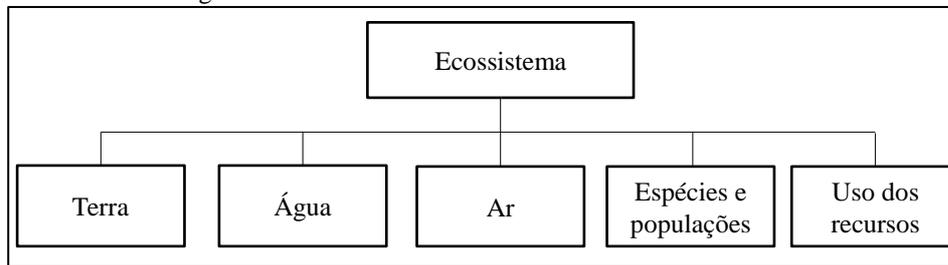
Fonte: adaptado de Ko (2001).

De acordo com Mousinho (2001), a forma de agregação dos indicadores é estabelecida por meio da escolha do sistema e das metas que a pesquisa se propõe a seguir. O teórico afirma que a metodologia deve avaliar os níveis do ecossistema e do bem-estar social, e, a partir disso, pode-se definir as dimensões, os tópicos, os subtópicos e, por último, os indicadores para mensurar o desempenho (MOUSINHO, 2001). Também, é importante haver uma interação entre os indicadores, em razão de que um indicador isolado não é capaz de refletir a realidade da sustentabilidade (PRESCOTT-ALLEN, 2001). Para fins de análise empírica, esta pesquisa utilizou somente o ecossistema, visto que o objetivo do estudo está na análise das PAS desenvolvidas nos empreendimentos.

Ressalta-se que, para fins de pesquisa, será utilizado somente o ecossistema da dimensão ambiental, seguindo a finalidade do estudo. Nesse sentido, Mousinho (2001) afirma que o

ecossistema deve compor uma estrutura comum (Figura 6).

Figura 6 – Estrutura da dimensão do ecossistema do BST



Fonte: elaboração do autor com base em Mousinho (2001).

Conforme a Figura 6, o ecossistema é composto por cinco indicadores, que consistem em:

- a) terra: cultivo e outros ecossistemas, incluindo modificação, degradação, conversão, diversidade e qualidade das áreas de floresta;
- b) água: diversidade e qualidade das águas e ecossistemas, incluindo modificação, poluição e esgotamento;
- c) ar: qualidade do ar e condições da atmosfera global;
- d) espécies e populações: diversidade genética, espécies selvagens e população;
- e) uso de recursos: geração de dejetos, reciclagem, energia e pressão da agricultura.

O BST não determina quais indicadores são os mais adequados para cada pesquisa, em virtude de que as dimensões e os métodos de coleta de dados selecionados podem variar de um destino para outro, devendo ser ajustados de acordo com as condições específicas de cada região (KO, 2001).

Os indicadores selecionados (Figura 7) que emergiram da revisão de literatura apresentam potencial para responder a questão de pesquisa e atender os objetivos delimitados nesta dissertação, visto que diversos autores trabalharam esses assuntos e descreveram sua relevância (Quadro 2).

Figura 7 – Indicadores de PAS



Fonte: elaboração do autor (2021).

A seguir, será retratada a *performance* dos indicadores do BST, verificando de que forma eles contribuem para o desenvolvimento de PAS.

## 2.5 Performance dos indicadores do BST

No que se refere às PAS, a *performance* pode ser analisada a partir de alguns indicadores, como: consumo e qualidade da água, consumo de energia elétrica, tratamento de esgoto, reciclagem, preservação de áreas naturais, iniciativas de educação ambiental, melhoria da qualidade do ar, certificações e gestão ambiental (GELLER *et al.*, 2004; BLANCAS *et al.*, 2010; GOMES, 2011; BARBIERI, 2013; DALE, 2013; ALJARADIN; PERSSON; SOOD, 2015; BONG *et al.*, 2017; ABU HAJAR *et al.*, 2020).

A utilização dessas práticas em empreendimentos turísticos auxilia no alinhamento com os Objetivos para Desenvolvimento Sustentável (ODS), o que colabora para o seu desenvolvimento e a sua *performance* em relação aos turistas que procuram empreendimentos com essa consciência ambiental (YUSOF; RAHMAN; IRANMANESH, 2015; HELLMMEISTER; RICHINS, 2019).

No âmbito do turismo, pode-se avaliar a *performance* na dimensão da sustentabilidade ambiental como: consumo de energia; consumo e qualidade da água; tratamento de esgoto; áreas naturais preservadas; capacidade administrativa de gestão ambiental (BELLEN, 2007;

DLOUHÁ *et al.*, 2013; SILVA; CÂNDIDO, 2016). Avaliar a *performance* é um dos aspectos mais importantes e desafiadores para as organizações obterem sucesso (HSU; HSIEH; YUAN, 2013).

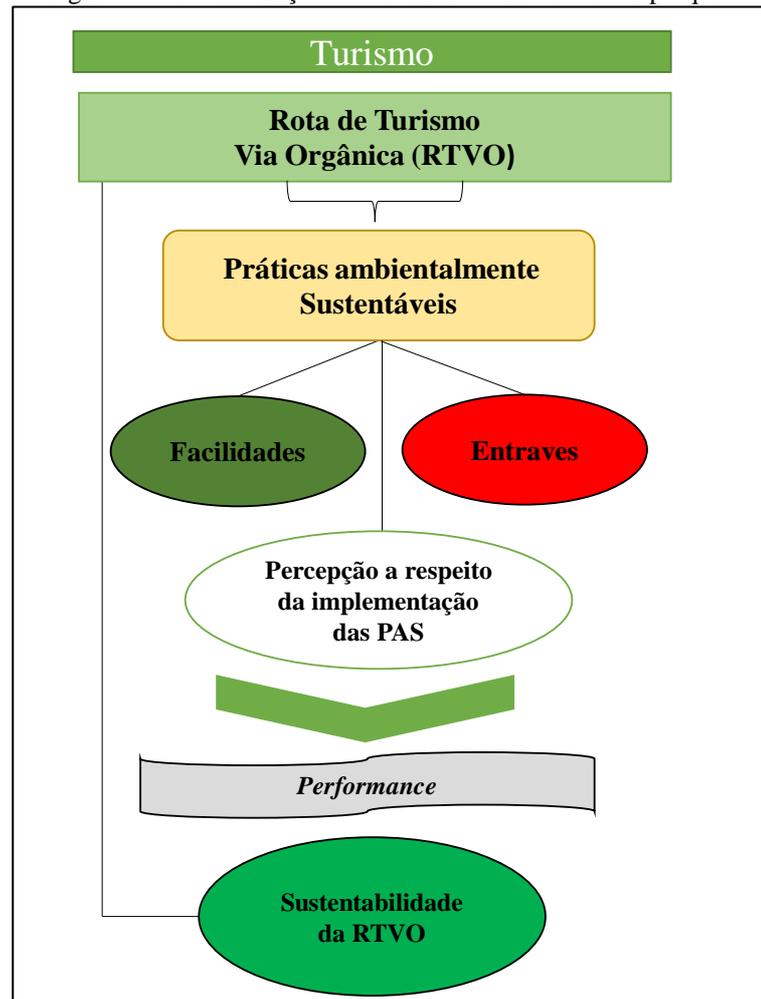
A adoção de PAS também auxilia na diminuição dos impactos negativos provindos do turismo contra o meio ambiente, desempenhando uma melhor *performance* (RUSCHMANN, 1997; BARBIERI, 2011). Desse modo, pela análise das práticas que são desempenhadas nos empreendimentos, é possível avaliar sua *performance* e ponderar se ela contribui com a preservação do meio ambiente (BAI; SARKIS, 2010). Sabe-se que as PAS ajudam os empreendimentos turísticos a desenvolverem uma melhor *performance* com relação ao meio ambiente (HELLMEISTER; RICHINS, 2019), pois, analisando a *performance*, pode-se verificar o que pode ser melhorado e alinhado.

Na próxima seção, será explanada a sistematização dos elementos de pesquisa desta dissertação.

## **2.6 Sistematização dos elementos conceituais da pesquisa**

Considerando o objetivo orientador da pesquisa, de analisar as práticas ambientalmente sustentáveis nos empreendimentos turísticos que integram a RTVO e a forma que elas contribuem para o desenvolvimento do turismo, apresenta-se uma revisão da literatura, a fim de dar suporte para a construção do instrumento de coleta de dados e para a análise e interpretação dos dados que serão coletados. Por conseguinte, apresenta-se uma sistematização do conteúdo (Figura 8), que buscou seguir a sequência dos objetivos específicos propostos pelo estudo, bem como das etapas do instrumento de coleta de dados.

Figura 8 – Sistematização dos elementos conceituais da pesquisa



Fonte: elaboração do autor (2021).

Para o melhor entendimento da sistematização proposta, ela é dividida em algumas etapas principais. Na primeira etapa, abordam-se o setor do turismo e a constituição de rotas; etapa corresponde ao primeiro objetivo específico, no qual a intenção é caracterizar os empreendimentos turísticos da RTVO (BENI, 1998; TELFER, 2000; BATHKE, 2002; DENG; KING; BAUER, 2002; SCOTT; COOPER; BAGGIO, 2008; PADILHA, 2009; MAHER; VAUGEOIS; MCDONALD, 2010; DENSTADLI; JACOBSEN, 2011; RAMEH; SANTOS, 2011; ANDERSON, 2013; LACOSTE; NAVARRETE, 2014; LANE; KASTENHOLZ, 2015; KASTENHOLZ *et al.*, 2017).

Na etapa subsequente, são mapeadas as PAS, as facilidades e os entraves a respeito de sua implementação nos empreendimentos turísticos e a percepção de sua adoção. Esta etapa corresponde ao segundo, terceiro e quarto objetivos específicos, em que a intenção é identificar as PAS desenvolvidas nos empreendimentos turísticos, com as facilidades e os entraves de sua implementação, verificando a percepção dos gestores a respeito da implementação de PAS

(HAMMOND *et al.*, 1995; FILHO *et al.*, 2002; ALFÖLDI *et al.*, 2002; KRONEMBERGER, 2003; GELLER *et al.*, 2004; GRAYMORE, 2005; BENGTSSON; AHNSTROM; WEIBULL, 2005; TRENTIN; SAN SOLO; GRUBER, 2006; VAN BELLEN, 2006; MARTINS; CÂNDIDO, 2008; TROSCHINETZ; MIHELICIC, 2009; MARTINEZ *et al.*, 2009; BLANCAS *et al.*, 2010; ZENTNER *et al.*, 2011; TORTELLA; TIRADO, 2011; NASCIMENTO *et al.*, 2012; GATTINGER *et al.*, 2012; LYNCH; HALBERG; BHATTA, 2012; DE PONTI; RIJK; VAN ITTERSUM, 2012; KENNEDY *et al.*, 2013; DALE, 2013; DE MAJOROVIC; MIGLIANO, 2013; YUSOF; RAHMAN; IRANMANESH, 2015; DEDINEC *et al.*, 2015; SANCHES, 2015; CROWDER; REGANOLD, 2015; GARCIA *et al.*, 2016; PROVOST; PEDNEAULT, 2016; IANNONE *et al.*, 2016; REGANOLD; WACHTER, 2016; HALBERG *et al.*, 2016; BONG *et al.*, 2017; WAN; SHEN; CHOI, 2017; SACCHELLI *et al.*, 2017; SCHMITT *et al.*, 2017; BRANTSÆTER *et al.*, 2017; AZAM; MAHMUDUL ALAM; HAROON HAFEEZ, 2018; MARTINS *et al.*, 2018; BAI *et al.*, 2018; NUNES; MARTINS, 2019; LACERDA; LIMA; MARTINS, 2019; HELLMEISTER; RICHINS, 2019; FERREIRA; SILVA; MADEIRA, 2019; LAZAROIU *et al.* 2019; ABU HAJAR *et al.*, 2020; DYATLOV *et al.*, 2020).

Posteriormente, citam-se os autores que discorrem sobre a *performance* a respeito da implementação de PAS nos empreendimentos turísticos. Esta etapa corresponde ao quarto objetivo específico, mas especificamente sobre a *performance* a respeito da implementação das PAS na RTVO (RUSCHMANN, 1997; GELLER *et al.*, 2004; BELLEN, 2007; BLANCAS *et al.*, 2010; BARBIERI, 2011, 2013; BAI; SARKIS, 2010; DLOUHÁ *et al.*, 2013; HSU; HSIEH; YUAN, 2013; DALE, 2013; ALJARADIN; PERSSON; SOOD, 2015; YUSOF; RAHMAN; IRANMANESH, 2015; SILVA; CÂNDIDO, 2016; BONG *et al.*, 2017; HELLMEISTER; RICHINS, 2019; ABU HAJAR *et al.*, 2020).

Por fim, cita-se a sustentabilidade de acordo com o BST. Esta etapa corresponde ao quinto objetivo específico desta dissertação, o qual busca analisar se os empreendimentos pesquisados são ambientalmente sustentáveis à guisa do BST (PRESCOTT-ALLEN, 1942; MOUSINHO, 2001; KO, 2001, 2005; CUMO *et al.*, 2015; SANCHES; SCHMIDT, 2016; PJEROTIC *et al.*, 2017; ESTÊVÃO *et al.*, 2019; XAVIER; PICOLI, 2020).

Portanto, a sistematização do conteúdo abordado na revisão da literatura, que busca estar diretamente ligada aos objetivos específicos e às etapas do instrumento de coleta de dados, norteia este estudo, no sentido de esquematizar as temáticas propostas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, serão apresentados os procedimentos metodológicos que conduzem a realização desta pesquisa, que tem como objetivo geral analisar as práticas ambientalmente sustentáveis desenvolvidas nos empreendimentos turísticos que integram a Rota de Turismo Via Orgânica, bem como se as mesmas tornam a Rota ambientalmente sustentável. A seguir, são descritos o tipo da pesquisa, as técnicas que foram utilizadas para a coleta de dados, os procedimentos e as categorias de análise dos dados da pesquisa.

#### 3.1 Classificação e delineamento da pesquisa

Considerando os objetivos já expostos na introdução, a pesquisa caracteriza-se por uma abordagem dupla: qualitativa, tendo em vista que a “pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização” (MINAYO, 2001, p. 316); e também quantitativa, que, por sua vez, está centrada na objetividade, é influenciada pelo positivismo e considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros (FONSECA, 2002). Desse modo, tanto a pesquisa quantitativa quanto a qualitativa apresentam diferenças com pontos fracos e fortes (POLIT; BECK; HUNGLER, 2004). Contudo, os elementos fortes de uma complementam as fraquezas da outra, o que é fundamental para sua maior riqueza (GIL, 2007).

Trata-se de uma pesquisa descritiva, seguindo os parâmetros propostos por Gil (1999), uma vez que se buscou identificar quais são as PAS implementadas/utilizadas em empreendimentos (por atores) que integram a RTVO, bem como o nível de sustentabilidade que a rota desenvolve e se é ambientalmente sustentável, seguindo o BST proposto por Ko (2001, 2005). Também se classifica como descritiva/exploratória, por proporcionar maior familiaridade com o tema, visto que se busca compreender um fenômeno pertinente para o campo do turismo, visto que não foi encontrado nenhum trabalho a respeito de PAS na RTVO. Os estudos exploratórios justificam-se pelo desconhecimento acerca de uma questão de pesquisa levantada pelo pesquisador, e seu objetivo reside, essencialmente, no conhecimento do tema ou problema de pesquisa (MATTAR, 1994; ROESCH, 1996).

Logo, foram pesquisados oito empreendimentos, visto que um não aceitou participar da pesquisa. Todos foram convidados a participar do estudo a fim de compreender quais eram as PAS desenvolvidas por cada um. A compreensão surgiu a partir da análise dos dados obtidos

dos entrevistados e da experiência do entrevistador durante a coleta dos dados, que foi presencialmente nos empreendimentos cujos entrevistados não eram dos grupos de risco para a Covid-19 e por meio do Google Meet para os pertencentes aos grupos de risco.

### 3.2 Objeto de estudo e sujeitos

Para a realização da pesquisa, selecionou-se a RTVO (Figura 9) em virtude de ser a pioneira em explorar como atrativo a produção de produtos orgânicos certificados no Brasil. A produção orgânica se apresenta como um elemento de sustentabilidade ambiental, uma vez que não há o uso de agrotóxicos, alcançando-se um melhor manejo com os recursos naturais e um melhor cuidado com o meio ambiente (GLIESSMAN *et al.*, 2007).

Figura 9 – Logotipo da RTVO



Fonte: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura de Garibaldi (2020).

Nesse sentido, também justifica a opção pela RTVO o fato de que Garibaldi está localizada na Serra Gaúcha e é um grande berço turístico em vista das vinícolas localizadas na região. A RTVO, fundada em 2016, é a primeira rota brasileira de produtos orgânicos certificados, colaborando com a preservação ambiental pelo cultivo de alimentos orgânicos.

Para realizar o estudo proposto, estabeleceu-se contato telefônico com a presidente da rota, a fim de identificar os sujeitos da pesquisa. Depois disso, foi enviado um e-mail para os possíveis entrevistados, explicando a pesquisa e seus objetivos, para verificar se tinham ou não interesse em participar. Após o retorno dos e-mails, um não aceitou participar, restando oito empreendimentos (Quadro 5). A negativa em participar da pesquisa foi justificada pela falta de tempo do proprietário para agendar entrevista e pela falta de interesse em participar de pesquisas acadêmicas.

Quadro 5 – Sujeitos da pesquisa

<b>EMPREENDIMENTOS</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>COLETA DOS DADOS</b>
Cooperativa Vinícola Garibaldi	Supervisor Turismo e Varejo	Presencial
Davida Orgânicos	Gerente Administrativo	<i>On-line</i>
Família Boroto	Administrador	Presencial
Econatura	Sócia Administrativa	Presencial
Orgânicos Mariani	Administradora	<i>On-line</i>
Sabor Ecológico	Sócia Administradora	<i>On-line</i>
Sítio do Céu	Sócio Administrador	<i>On-line</i>
Sítio Crescer	Sócia Administradora	<i>On-line</i>

Fonte: elaboração do autor (2021).

Os sujeitos que foram entrevistados eram os proprietários ou responsáveis pelos empreendimentos selecionados e deveriam se enquadrar nos seguintes critérios:

- a) o proprietário do empreendimento ser membro da RTVO;
- b) o proprietário ser o gestor do empreendimento ou responsável pelo setor de turismo;
- c) o empreendimento possuir produção ou venda de produtos orgânicos;
- d) o empreendimento possuir certificação orgânica.

O fator determinante para tal escolha foi a necessidade de obter informações fidedignas acerca do início das atividades e, sobretudo, das PAS presentes nos empreendimentos.

### **3.3 Construção do instrumento de coleta de dados**

O questionário para coleta dos dados da pesquisa foi estabelecido em consonância com os indicadores selecionados, sendo aplicado aos empreendedores da RTVO *in loco* ou por intermédio da plataforma Google Meet.

#### **3.3.1 Práticas ambientalmente sustentáveis**

Após a revisão de literatura, foram evidenciadas as principais PAS que são desenvolvidas em empreendimentos (Quadro 2). Desse modo, foi possível averiguar com os gestores dos empreendimentos turísticos da RTVO quais eram as atividades que estavam sendo desenvolvidas em seus negócios.

#### **3.3.2 Seleção dos indicadores para o BST**

De acordo com Ko (2005), os estudos voltados à sustentabilidade devem ser baseados

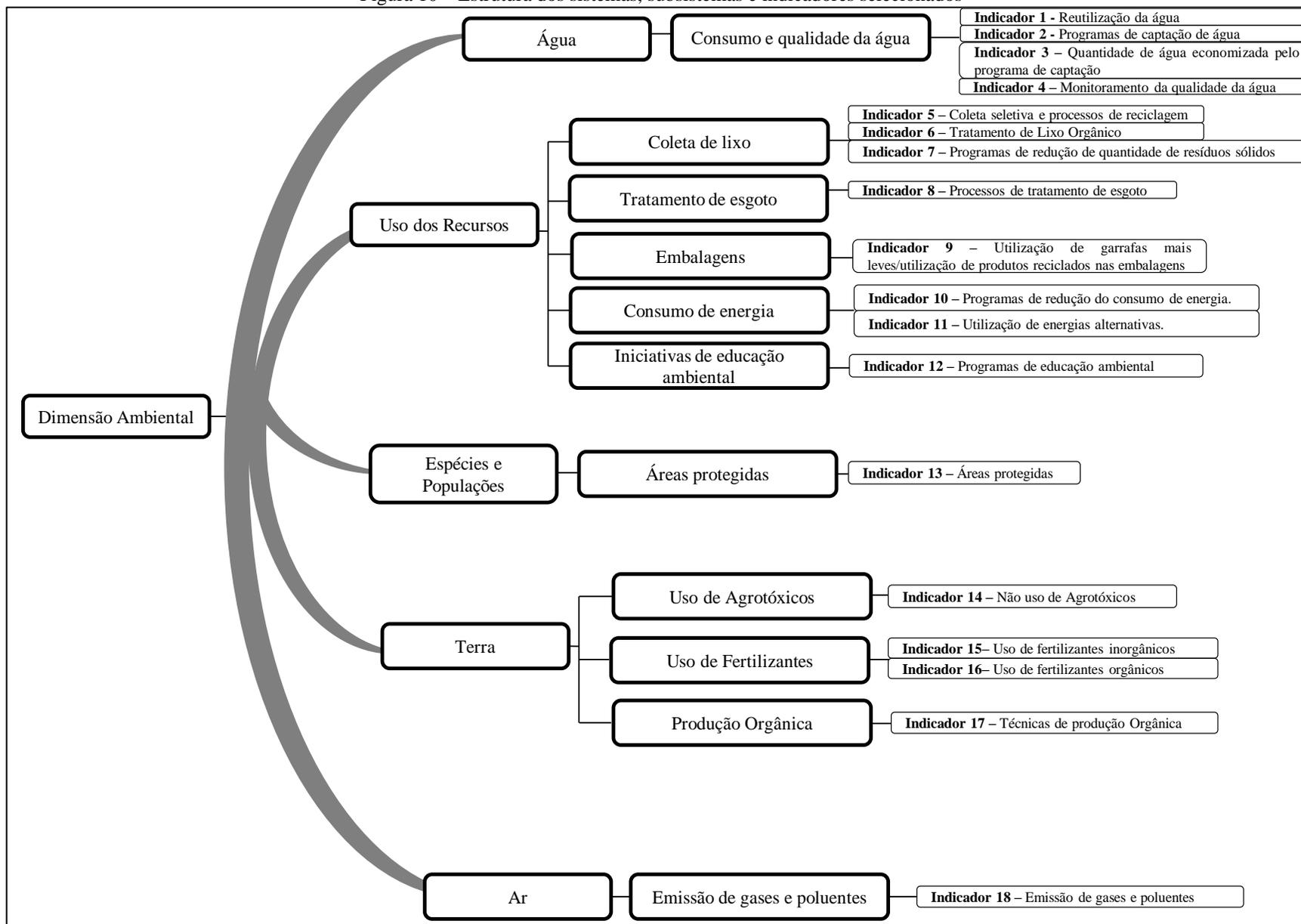
em sistemas e indicadores que se adaptem à especificidade da região investigada. Para tanto, os sistemas selecionados para confecção do instrumento de pesquisa deste estudo foram determinados conforme o BST (Figura 7), em que, a partir da análise da dimensão ambiental, empregou-se o uso dos seguintes sistemas: terra, água, ar, espécies e populações e uso de recursos.

Destaca-se que esta pesquisa selecionou apenas uma das dimensões apresentadas no modelo original de Ko (2001, 2005), que é o ecossistema, conceituado por dimensão ambiental, ou seja, o sistema humano não será analisado neste estudo.

No que tange à seleção dos subsistemas e dos indicadores, vale mencionar que o BST necessita que estes sejam ajustados e escolhidos de acordo com a realidade do estudo aplicado. Assim, a definição dos subsistemas e indicadores para compor o BST foi realizada seguindo Hanai (2009) (Quadro 4) e por meio da revisão de literatura desenvolvida neste estudo, a fim de aprimorar com a realidade da RTVO.

Posteriormente, os cinco sistemas foram ramificados em onze subsistemas, dos quais se estabeleceu dezoito indicadores de avaliação para a sustentabilidade ambiental dos destinos turísticos da RTVO. Nesse sentido, a Figura 10 demonstra a estrutura definida em conformidade com cada sistema, subsistema e indicadores escolhidos.

Figura 10 – Estrutura dos sistemas, subsistemas e indicadores selecionados



Fonte: elaboração do autor (2021).

A adaptação dos indicadores de desenvolvimento sustentável com base na revisão de literatura permitiu a seleção de 18 indicadores de dimensão ambiental, a serem aplicados na coleta de dados da pesquisa, a partir do que se confeccionou o questionário, disposto no Apêndice A. Assim, o Quadro 6 apresenta a disposição e identificação das questões que compõem o instrumento de pesquisa estruturado, bem como a assimilação de quais objetivos foram atendidos com a aplicação de cada uma.

Quadro 6 – Identificação das questões do instrumento e objetivos relacionados

Tema investigado	Objetivos atendidos	Questões
Caracterização dos empreendimentos	Objetivo A	1 a 34
Práticas ambientais na rota de turismo	Objetivo B	35 a 42
Principais entraves e facilidades na implantação das PAS	Objetivo C	43 e 44
<i>Performance</i> na adoção de PAS	Objetivo C	45 a 50
Programas de redução de consumo, desperdício e reúso de água	Objetivo D	51 a 53
Captação de água e quantidade economizada		54 a 57
Monitoramento da qualidade da água		58 a 60
Coleta seletiva de resíduos sólidos e processos de reciclagem		61 a 63
Tratamento de lixo orgânico		64 a 66
Programas de redução da quantidade de resíduos sólidos		67 a 69
Processos de tratamento de esgotos		70 a 72
Embalagens		73 a 76
Programas de redução de consumo de energia e utilização de energias alternativas		77 a 82
Programas orientados de interpretação e educação ambiental		83 a 85
Áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação		86 e 87
Uso de agrotóxicos		88 e 89
Uso de fertilizantes inorgânicos		90 e 91
Uso de fertilizantes orgânicos		92 e 93
Produção orgânica		94 a 97
Emissão de gases e poluentes		98 a 102

Fonte: elaboração do autor (2021).

Ao total, 102 questões foram utilizadas no instrumento de coleta de dados, sendo que as questões 1 a 50 foram utilizadas para atender os objetivos A, B, e C deste estudo; por sua vez, as questões 51 a 102 atenderam as demandas do objetivo D, abrangendo os 18 indicadores selecionados. Destaca-se que cada indicador utiliza mais de uma questão, contudo, somente uma é utilizada para mensuração do modelo BST, enquanto as demais apenas complementam o estudo a partir de uma análise descritiva.

### 3.4 Coleta de dados

Para alcançar os objetivos da pesquisa, foi realizada coleta de dados primários e

secundários. De acordo com Diehl e Tatim (2004), as técnicas de coleta de dados de fontes primárias estão relacionadas com entrevistas, observações, questionários e formulários, já as fontes secundárias estão relacionadas com dados existentes em arquivos, índices, relatórios e fontes bibliográficas.

### **3.5 Dados Primários**

A coleta de dados primários foi realizada no mês de novembro de 2020, por intermédio da plataforma Google Meet para pertencentes aos grupos de risco para a Covid-19 e presencialmente para o restante. Foi utilizada a técnica de entrevistas com um roteiro estruturado, com perguntas abertas (perguntas qualitativas) e fechadas (quantitativas) elaboradas pelo autor com base na revisão de literatura (Apêndice A). Inicialmente, foi realizado um teste piloto de forma *on-line*, via plataforma Google Meet, com um dos empreendimentos pertencentes à RTVO, a fim de testar e aprimorar o instrumento de pesquisa.

Conforme Lakatos e Marconi (2010), o pesquisador pode estruturar a pesquisa seguindo um roteiro estabelecido previamente com perguntas predeterminadas. Os autores apresentam que, ao se utilizar das entrevistas estruturadas, pode-se entender que a técnica permite ao pesquisador a liberdade de poder ampliar seu conhecimento de forma adequada e possibilitar a exploração de várias questões.

Então, o pesquisador entrou em contato com os entrevistados por telefone ou via e-mail para agendar o dia e o horário de cada entrevista. No dia das entrevistas, foi solicitada a autorização de cada entrevistado para usar as informações obtidas na pesquisa, requerendo também permissão para as gravar. Nos encontros presenciais, houve a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, enquanto nas entrevistas *on-line*, o termo foi apenas lido pelos sujeitos, que aceitaram participar mediante fala e gravação.

### **3.6 Dados Secundários**

Com relação aos dados secundários, foram usadas as seguintes fontes: *sites* oficiais dos órgãos públicos, especialmente do Ministério do Turismo, livros e artigos científicos acessados a partir das bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, de modo que os artigos não indexados nessas bases foram excluídos.

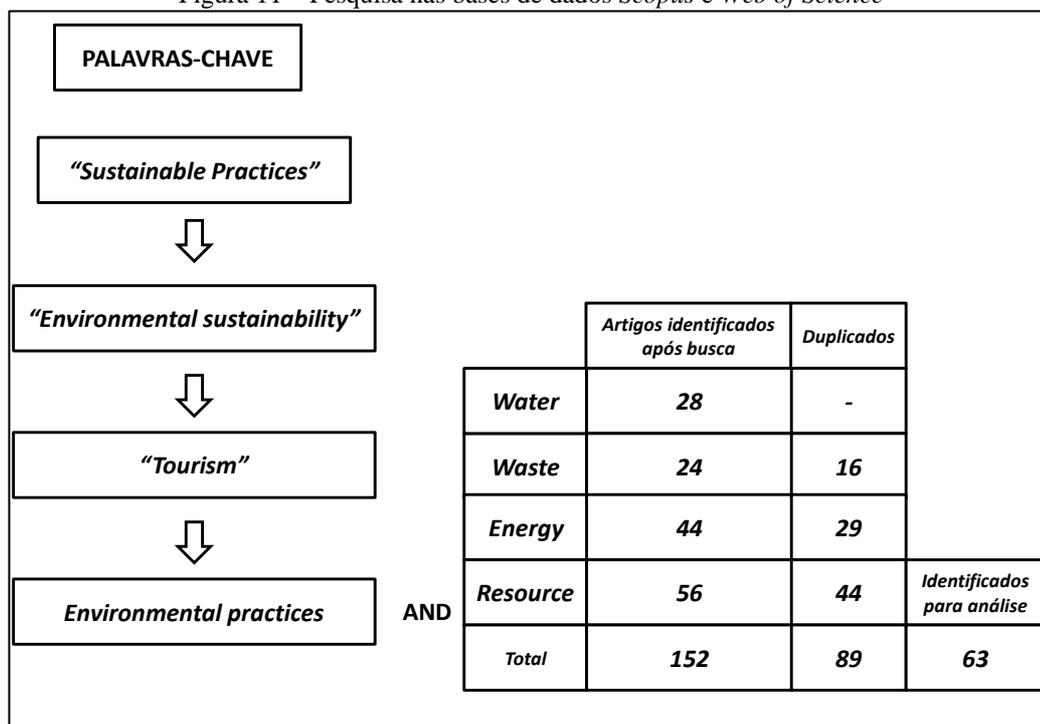
A pesquisa nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* foi realizada em abril de 2020, utilizando as seguintes palavras-chave: “*sustainable practices*”, “*environmental sustainability*” e

“*tourism*”, relacionando-se quatro palavras-chave indicadas pelos autores Stipanuk (2002) e Sloan *et al.* (2009), como setores pertencentes às PAS no turismo: *environmental practices AND energy*; *environmental practices AND water*; *environmental practices AND waste*; *environmental practices AND resource*. Foram selecionados estudos dos últimos cinco anos de publicação, sendo retornados 152 artigos referentes à temática, porém, 89 estavam duplicados entre os quatro setores, 16 não foram considerados relevantes após a leitura do título e do resumo, 7 não estavam relacionados com o turismo, 7 não estavam disponíveis para *download*. Logo, foram selecionados 63 artigos para esta pesquisa.

Ao vincular a palavra-chave *route*, foram encontrados *papers* referentes somente a empreendimentos individuais. Assim, não foi encontrado nenhum estudo a respeito de PAS e pesquisas de questões de sustentabilidade na RTVO. Quanto a essa técnica de busca de publicações, no capítulo dos procedimentos metodológicos, ela será mais bem detalhada. Devido a tais ponderações, a pesquisa apresenta significativa contribuição, uma vez que as informações obtidas ampliam o debate em torno da adoção de PAS em empreendimentos turísticos que se encontram organizados em rotas.

Na Figura 11, apresenta-se o processo de seleção dos documentos para fazer parte do referencial teórico desta pesquisa.

Figura 11 – Pesquisa nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*

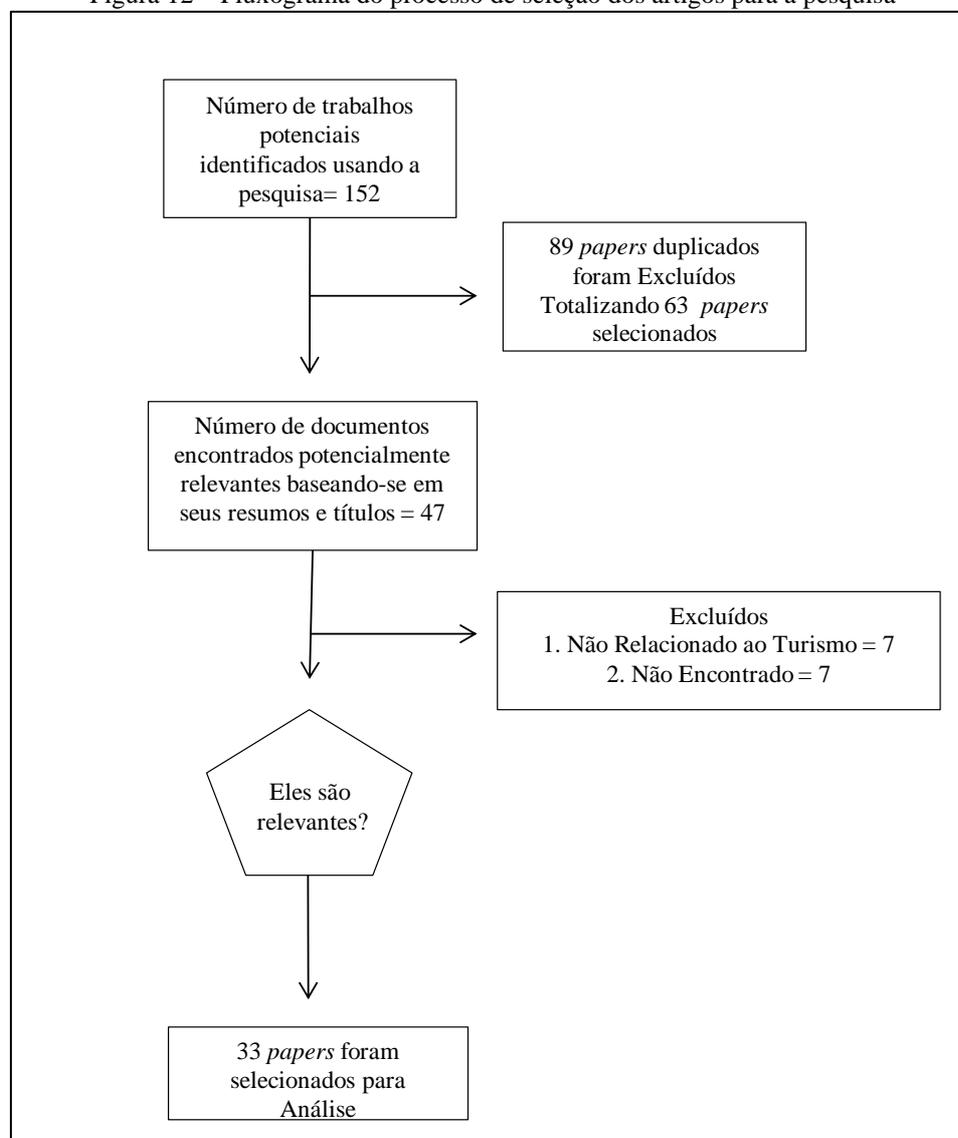


Fonte: elaboração do autor (2020).

Da mesma forma, artigos que não apresentaram os termos *sustainable practices*, *environmental sustainability* e *tourism*, bem como as palavras-chaves dos setores *environmental practices AND energy*, *environmental practices AND water*, *environmental practices AND waste*, e *environmental practices AND resource*, também não foram selecionados, assim como artigos com mais de cinco anos de publicação. Apesar disso, os critérios utilizados e as bases de dados bibliográficas pesquisadas ofereceram uma avaliação robusta do estado da arte no que diz respeito à aplicação das PAS no setor de turismo.

A Figura 12 retrata o processo de seleção dos artigos para fazerem parte do referencial teórico da pesquisa.

Figura 12 – Fluxograma do processo de seleção dos artigos para a pesquisa



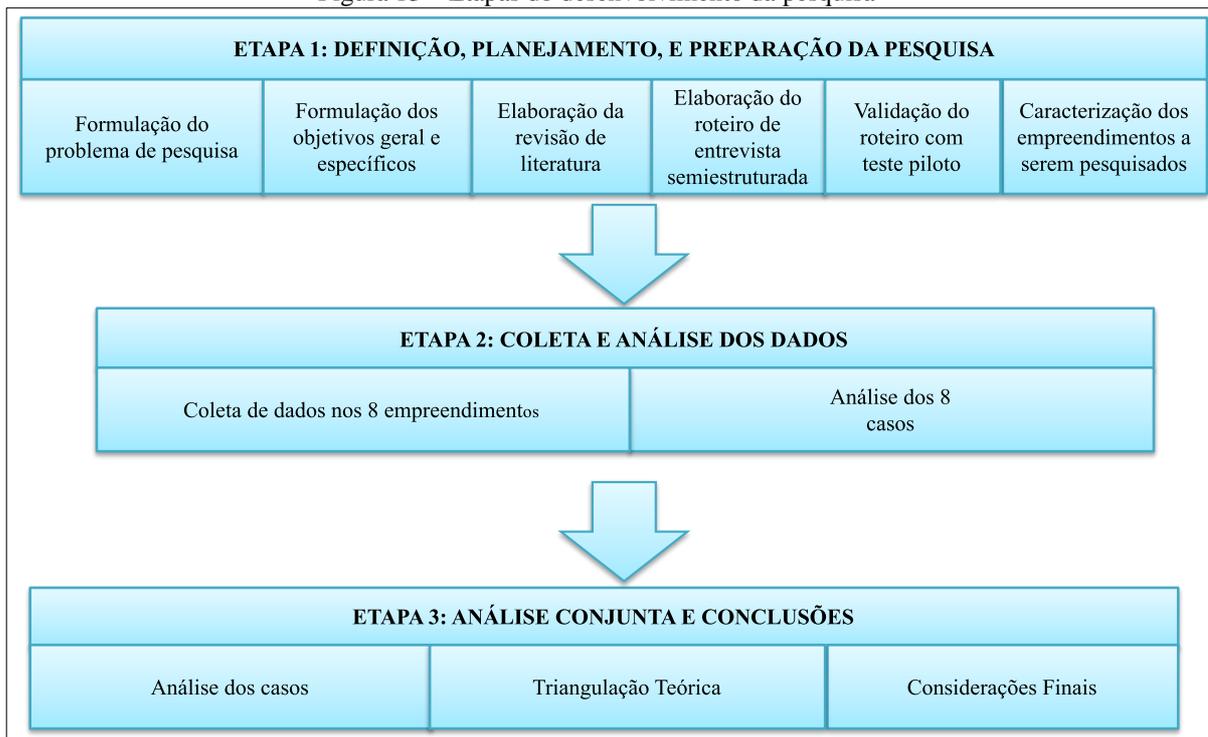
Fonte: elaboração do autor (2020).

Os trabalhos potenciais identificados utilizando as palavras-chaves foram 152, porém,

havia 89 *papers* duplicados entre os quatro setores e as duas bases de dados. Desse modo, restaram 63 *papers*, cujos títulos e resumos foram avaliados, sendo selecionados 47 para análise. Após selecioná-los, foi verificado que sete dos artigos não estavam ligados à temática do turismo e sete não foram encontrados para *download*. Assim, 33 *papers* foram selecionados para análise final.

A Figura 13 apresenta as etapas seguidas nesta pesquisa, com base em Yin (2010).

Figura 13 – Etapas do desenvolvimento da pesquisa



Fonte: adaptado de Yin (2010).

As etapas desta pesquisa são explicadas, com base em Yin (2010), da seguinte forma:

- a) **etapa 1: definição, planejamento e preparação da pesquisa** – delimitou-se a questão de pesquisa, gerando a formulação dos objetivos geral e específicos; em seguida, realizou-se a revisão da literatura, buscando elementos teóricos que sustentassem os objetivos propostos;
- b) **etapa 2: coleta e análise dos dados** – caracterizaram-se os empreendimentos nos quais foi aplicado o questionário, a fim de analisar os objetivos geral e específicos propostos na pesquisa;
- c) **etapa 3: análise conjunta e conclusão** – analisaram-se os oito empreendimentos pertencentes à RTVO, a fim de concluir as análises propostas na pesquisa.

Foi realizada uma análise conjunta dos empreendimentos, bem como a triangulação dos dados de acordo com a revisão de literatura. A triangulação teórica diz respeito à utilização de

diferentes perspectivas ou abordagens teóricas para analisar os mesmos dados e relaciona-se com a validade interna de uma investigação, ou seja, comparar os dados obtidos na entrevista com a literatura a respeito do tema investigado (GIBBERT; RUIGROK; WICKI, 2008; YIN, 2010).

### 3.7 Técnica de análise dos dados

No que se refere à técnica de análise dos dados coletados a partir das entrevistas para contextualizar os empreendimentos, verificar as PAS desenvolvidas, os entraves, as facilidades e a *performance*, a proposta escolhida foi a de Bardin (2009). Para a autora, há de se considerar que a análise de conteúdo, percebida enquanto método, pode se tornar um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Ela observa que isso possibilita a utilização de procedimentos sistemáticos e também de objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, concluindo que existem diferentes fases para a afirmação da análise, tais como:

a) **pré-análise**: objetiva a sistematização para que o analista possa conduzir as operações sucessivas de análise; em um plano inicial, a missão desta primeira fase é, além da escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação de hipóteses, a fim de elaborar indicadores para a interpretação final;

b) **exploração do material**: momento em que o material é explorado, ou seja, consiste nas operações de codificação, classificação e categorização dos dados com base nas regras antecipadamente formuladas;

c) **tratamento dos resultados e interpretações**: momento da transformação dos resultados e das informações fornecidas pela análise a partir de quadros de referência.

No que se refere a verificar se a RTVO é ambientalmente sustentável, foi feita a mensuração dos dados coletados por um instrumento, em que foram utilizadas matrizes de parâmetro para cada indicador, que foram estabelecidas em uma escala, que projeta desde o cenário ideal até o cenário menos favorável para os respectivos critérios. Para tanto, foram utilizados indicadores pré-estabelecidos por Hanai (2009), bem como elaborados com base na revisão de literatura deste estudo. A média dos oito empreendimentos gera numa pontuação final que indica o resultado obtido em cada um dos indicadores selecionados.

A Tabela 4 demonstra as escalas de *performance* e os respectivos pesos atribuídos a elas, que foram utilizadas em cada um dos 17 indicadores.

Tabela 4 – Escalas de *performance* e pesos

<b>Escala</b>	<b>Peso</b>
Insustentável	1
Potencialmente insustentável	2
Intermediário	3
Potencialmente sustentável	4
Sustentável	5

Fonte: elaboração do autor com base em Ko (2005) e Sanches (2015).

Foi calculada uma média entre as porcentagens que os entrevistados mensurarão para cada indicador, quando determinado indicador não se aplicar, esse empreendimento não entrará no cálculo da média; também ficou definido que o valor para definição da média será o maior valor da porcentagem estimada pelos entrevistados, 20%, 40%, 60%, 80% e 100%, exceto 0%. Ambas as porcentagens servirão para mensurar as escalas de *performance* do BST.

A partir da elaboração das escalas e da atribuição do peso para cada uma, bem como da elaboração de formas de mensuração, foi possível a adequação de todos os indicadores dentro dessas escalas, conforme apresentado na Tabela 5.

Tabela 5 – Forma de mensuração e escalas de *performance* estabelecidas para cada indicador

Indicador	Forma de mensuração	Escala de <i>performance</i>				
		Insustentável	Potencialmente insustentável	Intermediário	Potencialmente sustentável	Sustentável
		Peso 1	Peso 2	Peso 3	Peso 4	Peso 5
<b>IS 1</b>	De toda a água utilizada na industrialização, quanto % é reutilizado	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 2</b>	Da água captada da chuva, quanto equivale ao total de toda a água utilizada no empreendimento	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 3</b>	Qual é a quantidade de água economizada pela reutilização e captação da água (% do total gasto no mês)	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 4</b>	Com que frequência esses testes foram/são realizados	Nunca	De 11 a 20 anos atrás	De 6 a 10 anos atrás	De 1 a 5 anos atrás	São realizados periodicamente
<b>IS 5</b>	Do total de lixo gerado, quanto % é reciclado	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 6</b>	Do total do lixo orgânico gerado, quanto % é utilizado em unidades de compostagem ou para alimentação de animais	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 7</b>	Existência de programa de redução de resíduos sólidos no empreendimento	Nunca	De 11 a 20 anos atrás	De 6 a 10 anos atrás	De 1 a 5 anos atrás	São realizados periodicamente
<b>IS 8</b>	Do total gerado de esgoto, quanto % passa por um processo de coleta	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 9</b>	Qual a % de materiais reciclados ou recicláveis nas embalagens dos produtos	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 10</b>	Do total de energia elétrica utilizada no empreendimento, quanto % provém de energia sustentável	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 11</b>	Do total de lâmpadas no empreendimento, quantas são de LED ou econômicas	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 12</b>	O empreendimento teve algum programa de educação ambiental ao longo do tempo	Nunca	De 11 a 20 anos atrás	De 6 a 10 anos atrás	De 1 a 5 anos atrás	São realizados periodicamente

<b>IS 13</b>	% de áreas da propriedade que correspondem à reserva legal	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 14</b>	% de agrotóxicos utilizados na produção (Kg/Ha)	7 ou mais	3,5 a 6,9	2,6 a 3,4	1,3 a 2,5	1 a 1,2
<b>IS 15</b>	% de fertilizantes inorgânicos utilizados na produção	81% a 100%	61% a 80%	41% a 60%	21% a 40%	0% a 20%
<b>IS 16</b>	% de fertilizantes orgânicos utilizados na produção	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 17</b>	Do total da produção, quanto % provém do cultivo de orgânicos	0% a 20%	21% a 40%	41% a 60%	61% a 80%	81% a 100%
<b>IS 18</b>	Frequência da realização de queimadas ou incêndios	São realizados periodicamente	De 1 a 5 anos atrás	De 6 a 10 anos atrás	De 11 a 20 anos atrás	Nunca

Fonte: elaboração do autor com base em Sanches (2015).

Ao final, para a construção do gráfico de barras, para mensuração do nível de sustentabilidade dos empreendimentos, utiliza-se o *software* Microsoft Excel™, que tem como medidas as escalas obtidas pelas respostas dos questionários. Os dados e os resultados obtidos nas entrevistas realizadas, confrontados com a teoria revisitada, são apresentados no capítulo seguinte.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, inicialmente, serão caracterizados os empreendimentos e os entrevistados, objetos de estudo desta dissertação. Na sequência, serão analisados os dados coletados nas entrevistas realizadas com cada representante dos empreendimentos, com base no roteiro de entrevista exposto no Apêndice A.

### 4.1 Pioneirismo na certificação de orgânicos em rota turística

A RTVO localiza-se no município de Garibaldi, na Serra Gaúcha, no estado do Rio Grande do Sul, a 110 quilômetros da capital, Porto Alegre. O município conta com uma população de 35.440 habitantes, pertence à Primeira Colônia da Imigração Italiana e integra a Região Turística Uva e Vinho e o Vale dos Vinhedos, sendo reconhecido como a “Capital Brasileira do Espumante”, devido ao pioneirismo e à qualidade de seus vinhos e espumantes (SCHERER *et al.*, 2017) (Figura 14).

Figura 14 – Ilustração da localização do estado do Rio Grande do Sul e, em destaque, o município de Garibaldi



Fonte: Prefeitura Municipal de Garibaldi (2020).

Com o propósito de diversificar ainda mais a oferta do turismo e da gastronomia, o município de Garibaldi desenvolveu a RTVO, lançada em outubro de 2016, com uma

proposta focada no turismo voltado para gastronomia, cultura e sustentabilidade. O projeto foi desenvolvido a partir de uma iniciativa conjunta entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae/RS) e a Secretaria Municipal de Turismo de Garibaldi, com o objetivo de criar um destino turístico específico de espaços que cultivem ou revendam produtos orgânicos certificados.

Em reuniões realizadas no município, ficou acordado que os membros deveriam possuir empreendimentos localizados nos limites de Garibaldi e serem certificados como produtores orgânicos pelos órgãos responsáveis (PADILHA; DE SÁ; RODRIGUES, 2018). Na rota, o turista encontra paisagens, resgate de antigas formas de cultivo aprimoradas pelas novas tecnologias e pela preocupação com a sustentabilidade, contato direto com a simplicidade e a experiência de quem produz e prepara o alimento (SCHERER *et al.*, 2017).

Na próxima seção, serão caracterizados os empreendimentos turísticos da RTVO pesquisados nesta dissertação.

#### *4.1.1 Caracterização dos empreendimentos e dos pesquisados*

O município de Garibaldi recebe um número expressivo de turistas e conta com sete rotas que oferecem atrativos culturais, gastronômicos, rurais, religiosos, de compras e ligados ao mundo do vinho, integrando a Região Turística Uva e Vinho. Nesse contexto, a RTVO constitui-se em mais uma opção de atividade turística para a região.

Atualmente, a RTVO abarca nove empreendimentos que se destinam a produção, industrialização e comercialização de orgânicos, bem como a hospedagem e visitas guiadas. Desses, oito participaram desta pesquisa (Quadro 7).

Quadro 7 – Caracterização dos empreendimentos da RTVO

<b>Empreendimento</b>	<b>Cargo/ informante</b>	<b>Produtos e serviços</b>	<b>Ano de início da atividade agropecuária</b>	<b>Ano de início da atividade turística</b>	<b>Constituição jurídica</b>	<b>Localização</b>
<b>Sítio Crescer</b>	Sócia Administrativa	Hortaliças <i>in natura</i> como alface, couve e temperos, com o colhe e pague; serviços de hospedagem; industrialização de geleias e mel.	2009	2016	Pessoa Jurídica	Rural
<b>Família Mariani</b>	Administradora	Vinhos orgânicos, sucos, molhos de tomates e geleias; produção de frutas <i>in natura</i> como uva, laranja e bergamota; passeios na propriedade e piqueniques.	1998	1998	Pessoa Jurídica	Rural
<b>Davida Orgânicos</b>	Gerente Administrativo	Produção de pizzas salgadas integrais, pudim de chia, pratos de saladas orgânicas que são oferecidas no local; suplementos e produtos a granel, venda de hortifrúti, farinhas e açúcares orgânicos.	N/A*	2016	Pessoa Jurídica	Urbano
<b>Sabor Ecológico</b>	Sócia Proprietária	Venda de produtos orgânicos, sem glúten, sem lactose, hortifrúti certificados, sucos, geleias, molhos, pães, biscoitos, conservas, grãos, cereais da linha orgânica.	N/A	2009	Pessoa Jurídica	Urbano
<b>Vinícola Garibaldi</b>	Somelier e Supervisor de turismo e varejo	Na linha de orgânicos, a cooperativa possui dois produtos, linha orgânica intitulada <i>Da Casa</i> , com suco e vinho; e a linha biodinâmica intitulada <i>Astral</i> , um espumante e um suco; são oferecidos serviços como visita guiada e degustação.	N/A	1994	Pessoa Jurídica	Urbano
<b>Econatura</b>	Sócia Administrativa	Linhas de sucos orgânicos: uva, laranja, maçã, tangerina, sucos mistos de tangerina com maçã, laranja com maçã; vinagres de maçã, vinho tinto, balsâmico, balsâmico envelhecido; farinha de semente de uva, de casca de uva, de maçã e óleo de semente de uva; visita guiada para conhecer o processo produtivo.	N/A	2018	Pessoa Jurídica	Rural
<b>Família Boroto</b>	Administrador	Espumantes, vinhos, sucos, frios, copa, salame, queijo; tudo produzido de forma orgânica; degustações e visitas guiadas no empreendimento.	1998	2013	Pessoa Física	Rural
<b>Sítio do Céu</b>	Sócio Proprietário	Produção de tomate e outras frutas variadas, como laranja de umbigo, laranja do céu, lima de penca, goiaba e nozes; visita guiada para ter contato com a natureza.	2013	2018	Pessoa Física	Rural

Fonte: elaboração do autor, 2021.

\*N/A: não se aplica.

Por intermédio do Quadro 7, pode-se verificar que cinco empreendimentos se localizam no meio rural e três na zona urbana; seis são pessoas jurídicas e dois são microempreendedores. De acordo com os entrevistados, a RTVO tornou-se um importante elo de ligação entre os empreendimentos e os turistas, uma vez que a procura por alimentos orgânicos aumentou consideravelmente nos últimos 5 anos.

O Sítio Crescer está localizado a menos de cinco quilômetros do centro de Garibaldi e cultiva hortaliças, temperos e frutas, a partir da produção orgânica. Na propriedade localiza-se um hostel (hospedagem compartilhada), estruturado a partir de uma construção sustentável; os materiais que configuram o telhado são feitos de embalagens tetrapac reutilizadas. Além dos quartos compartilhados, existe a possibilidade de hospedagem em quartos individuais. São oferecidos também espaços para a realização de eventos, açudes para banho e pesca, sitiotur (visita guiada na propriedade, onde os visitantes conhecem a propriedade de trator). No empreendimento existem jardins e todos os espaços são utilizados para trabalhos de educação ambiental, espaços para espiritualidade e também recebe retiros mediante agendamento.

A Orgânicos Mariani, é outra propriedade integrante da RTVO, onde a mesma é gerenciada pela família que se dedica à produção orgânica desde 1998, onde cultiva diferentes variedades de frutas. O empreendimento produz vinhos, sucos, geleias e molhos, todos provenientes do método de produção orgânico certificado. Como atrativo turístico, o visitante pode realizar passeio de trator, com vista panorâmica, colher frutos e temperos, de acordo com a sazonalidade, no local são comercializados também produtos orgânicos produzidos pelo empreendimento.

A loja Davida Orgânicos oferece, de forma exclusiva, conforme informações dos proprietários, lanches e almoços com opções de alimentos de produções orgânicas. Dispõe de um espaço para cursos e oficinas culinárias, com o objetivo de educar e promover a saúde. Neste mesmo local, também há um comércio especializado em alimentos naturais e orgânicos de venda direta ao consumidor.

Nesta mesma linha há a loja Sabor Ecológico, a qual é administrada e pertence a um agricultor e uma nutricionista. O comércio de alimentos é especializado em produtos naturais e orgânicos e tem como objetivo transmitir a impressão e a credibilidade de ofertar alimentos orgânicos e frescos, em meio ao espaço urbano, no centro da cidade. Nesta loja são comercializados hortaliças, legumes, frutas, sucos, geleias, molhos, chás, açúcar, café, farinhas, grãos, sendo eles todos cultivados a partir de processos e métodos de produção orgânica certificada. Além destes produtos naturais, os proprietários

comercializam produtos para dietas restritivas, como linhas de produtos naturais, sem glúten, sem lactose, dietéticos e fitoterápicos.

Pertencente também a RTVO a Cooperativa Vinícola Garibaldi é uma sociedade de produtores, que não têm apelo ao orgânico, mas sim à vitivinícola, tendo um nicho de mercado a produção orgânica. Atualmente, composta por 400 famílias associadas, encontra-se no centro de Garibaldi. Somando os espaços de produção, são cultivados 1000 hectares de vinhedos. A Cooperativa, desta maneira, desponta na produção orgânica e biodinâmica com certificação internacional, sendo pioneira no Brasil.

Outro empreendimento pertencente a rota é a Econatura, construída predominantemente com materiais de reuso, tanto a estrutura física quanto os maquinários utilizados para extração dos produtos, a partir da uva, busca trabalhar de maneira que se minimizem o impacto ambiental. A propriedade possui, além da indústria, um espaço denominado espaço “Ecopipa”, que é utilizado como área para degustação dos produtos comercializados em lojas e supermercados de todo o Brasil. A fábrica produz suco de uva, vinagres de vinho tinto, balsâmico e balsâmico envelhecido, vinagre de maçã e óleo de semente de uva, farinha da semente e da casca de uva, todos orgânicos. Em Garibaldi, os produtos podem ser adquiridos nas lojas Sabor Ecológico e Davida Orgânicos.

Outro empreendimento localizado no meio rural de Garibaldi é o da Família Boroto, o qual, dedica-se à elaboração de espumantes e vinhos orgânicos. Na propriedade pode ser realizado um passeio em meio aos parreirais e, após, usufruída uma degustação dos produtos, harmonizados com tábua de frios, chamada de *meredin perlage*. Outra possibilidade de atividade, que poderá ser realizada pelo visitante, é a apresentação dos processos de produção do espumante. O proprietário afirma que, além das atrações no local, os turistas poderão realizar passeios às grutas e a capitéis próximos da propriedade, repletos de histórias.

O Sítio do Celo oferece o apreço de uma paisagem silvestre; o local possui diversas plantas nativas e frutas exóticas. Também são cultivadas frutas da época, que podem ser degustadas e adquiridas pelos visitantes. O empreendimento oferece uma degustação do caldo de cana (guarapa) feito na hora. O intuito deste local é poder proporcionar momentos de tranquilidade, a partir da paisagem e calmaria ou realizar uma inspiradora trilha com um caminho meditativo até um riacho.

É importante salientar que a região possui uma boa infraestrutura local para atender os visitantes, como estradas de acesso em boas condições, em sua maior parte com calçamento de paralelepípedos ou asfalto. Os empreendimentos, exceto um, contam com internet de fibra ótica de boa qualidade e a energia oferecida, segundo os entrevistados, também é de boa qualidade.

Outro fator relevante que deve ser respeitado é que nem todos os empreendimentos iniciaram suas atividades turísticas com a RTVO, alguns já desenvolviam atividades voltadas ao turismo de forma individual e outros apenas produziam produtos de forma orgânica, sem visualizar no turismo um nicho de mercado. As atividades relacionadas ao turismo iniciaram em diferentes datas para cada propriedade, entre os anos de 1994 e 2018.

Todos os empreendimentos turísticos ressaltaram que obtiveram apoio do poder público municipal e do Sebrae para ingressar na atividade turística e na RTVO. Vale ressaltar que alguns empreendimentos já participavam de outras rotas de turismo da região, portanto, possuíam experiência com a atividade de turismo. Do total de proprietários ou representantes de empreendimentos entrevistados, seis deles participam da rota desde sua fundação, enquanto dois deles ingressaram após a sua formalização.

Há apenas um empreendimento que se dedica exclusivamente ao varejo, enquanto o restante oferece algum outro tipo de atividade, como passeio pelo empreendimento, piquenique, degustação, alimentação, etc. Apenas um empreendimento oferece estadia na forma de hostel, em que os hóspedes são responsáveis pela alimentação, com cozinha coletiva, e não há serviço de quarto, a fim de ser uma estadia com valor mais acessível.

Observa-se que apenas quatro empreendimentos possuem atividades agropecuárias em seu meio, dentre elas, destacam-se o cultivo de alimentos orgânicos e a criação de animais de forma orgânica. Para receber o selo de certificação, há rígidas vistorias e a propriedade deve ser 100% orgânica.

Em relação às atividades agropecuárias, dois empreendimentos iniciaram suas atividades no ano de 1998, um em 2009 e outro em 2013, dois por sucessão familiar e dois por aquisição. No que se refere à mão de obra nos empreendimentos, os entrevistados destacaram que seis deles trabalham apenas com a família e dois possuem empregados.

No que se refere à escolaridade, sete entrevistados cursaram ensino superior completo e um, incompleto. Nessa dimensão, os entrevistados mencionaram que seus avós e pais não tiveram a oportunidade, assim como eles, de estudar e retornar para os empreendimentos e aplicar o conhecimento adquirido.

O público frequentador da RTVO é bastante variado. Os entrevistados ressaltaram que, em função de se tratar de uma rota e não de um roteiro, os turistas não visitam todos os empreendimentos, e sim os que mais lhes interessam. No Quadro 8, é possível verificar a origem do público frequentador e a taxa média de turistas por ano de cada empreendimento da RTVO.

Quadro 8 – Taxa média e origem dos turistas da RTVO

<b>Empreendimento</b>	<b>Taxa média de turistas/ano</b>	<b>Origem dos turistas</b>
<b>Sítio Crescer</b>	1800	Região metropolitana de Porto Alegre.
<b>Família Mariani</b>	3000	Algum fluxo do estado do Rio Grande do Sul, mas na maioria são pessoas oriundas dos estados de São Paulo e Santa Catarina; algumas vêm de outros países, como: Emirados Árabes, Uruguai e Itália.
<b>Davida Orgânicos</b>	250	Fluxo de pessoas oriundas de Porto Alegre e também dos estados de Paraná e Santa Catarina.
<b>Sabor Ecológico</b>	250	Região Sul do Brasil.
<b>Vinícola Garibaldi</b>	150.000	Rio Grande do Sul 70%; 15% São Paulo; 12% diversos estados; 3% turistas internacionais.
<b>Econatura</b>	300	Visitas técnicas de universidades de todo o estado do RS, como de Porto Alegre e Caxias do Sul, e também de escolas de Garibaldi.
<b>Família Boroto</b>	2500	Do estado do RS e da região de Porto Alegre; de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Pernambuco e Bahia.
<b>Sítio do Celo</b>	N/A	Pessoas pertencentes à RTVO e praticamente ninguém além disso.

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, 2021.

Pode-se verificar que o “Sítio do Celo” ainda não está recebendo turistas, visto que está se adaptando com a infraestrutura adequada para tal, uma vez que está fazendo instalações para receber os turistas e o entrevistado justifica que há pouca mão de obra disponível para adequação do empreendimento. Ficou evidenciado que os empreendimentos recebem turistas de diversos estados do Brasil, bem como turistas internacionais. Também, os entrevistados mencionaram que grande parte do público frequentador são pessoas veganas e preocupadas com a qualidade de vida.

Por meio das entrevistas, foi possível verificar que alguns empreendimentos já recebem um número expressivo de turistas durante o ano. Os entrevistados relataram que a média de turistas que descreveram foi do ano de 2019, visto que, no ano de 2020, o turismo foi amplamente prejudicado pela pandemia da Covid-19.

Ficou evidenciado que as visitas aos empreendimentos sofreram maior impacto durante os meses de março a agosto de 2020, devido à pandemia do novo coronavírus. Em setembro, o turismo retornou seguindo protocolos rígidos de cuidado com a saúde

dos turistas. Segundo os entrevistados, pôde-se observar que o turismo “pós-pandemia” começou a ser mais regional, visto que os visitantes são do próprio estado e da região em que os empreendimentos estão situados. Essa afirmação parece estar alinhada com o estudo de Han *et al.* (2020), que avaliou os impactos e as tendências pós-pandemia no turismo. A tendência é que os turistas busquem por regiões próximas, que permitam viagens de carro, com atividades de lazer em ambientes abertos e contato com a natureza.

Foi possível verificar que os empreendimentos turísticos pesquisados recebem um público diversificado e de acordo com a sua capacidade de oferta de produtos e serviços. Ficou evidenciado que a pandemia do novo coronavírus impactou de forma significativa o fluxo de turistas nos empreendimentos, mas, aos poucos, o fluxo está sendo retomado, seguindo protocolos de segurança sanitária.

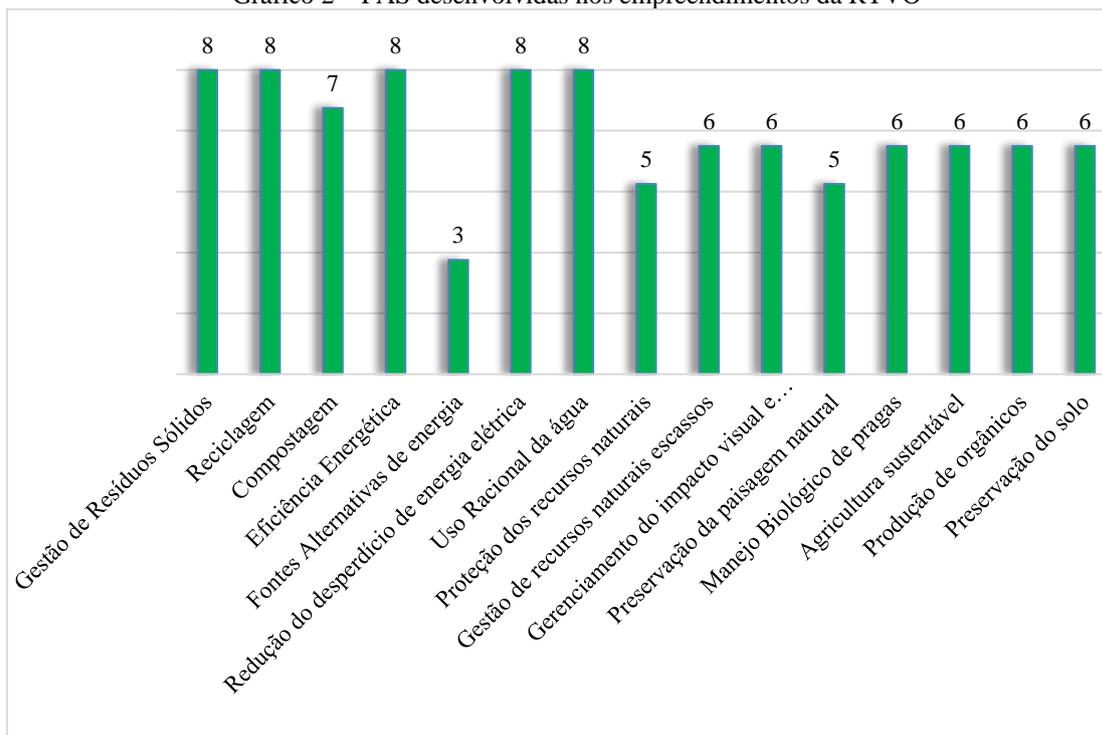
Na próxima seção, serão detalhadas as PAS desenvolvidas nos empreendimentos turísticos da RTVO pesquisados.

#### **4.2 Práticas ambientalmente sustentáveis na RTVO**

Os empreendimentos da RTVO buscam, desde a sua formação, o cuidado com a preservação do meio ambiente, por intermédio da certificação orgânica. Seus representantes descrevem que seus empreendimentos estão sempre preocupados com as questões ambientais, e os turistas que visitam a rota valorizam essas questões.

Nesta etapa da coleta de dados, questionaram-se os entrevistados sobre assuntos ligados às PAS, a fim de responder o segundo objetivo específico: identificar as PAS adotadas pelos empreendimentos da RTVO (Gráfico 2).

Gráfico 2 – PAS desenvolvidas nos empreendimentos da RTVO



Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, 2021.

As principais PAS desenvolvidas nos empreendimentos da RTVO são: gestão de resíduos sólidos; reciclagem; eficiência energética; redução do desperdício de energia elétrica; e uso racional da água. É possível verificar que as práticas que são desenvolvidas em sua totalidade não necessitam de alto custo de investimento e são de fácil implementação. Isso vai ao encontro dos resultados observados pelo estudo de Bakos *et al.* (2020).

Dos oito empreendimentos pesquisados, sete destinam os resíduos orgânicos para fins de compostagem. Eles responderam que utilizam os restos de alimentos na prática de compostagem com a finalidade de adubação e melhoria na matéria orgânica do solo. Isso está alinhado com o estudo de Abu Hajar *et al.* (2020), que retrata que a adubação orgânica proveniente de compostagem auxilia na nutrição do solo de maneira orgânica.

Durante as entrevistas, seis participantes relataram que desenvolvem a gestão de recursos naturais escassos, como diminuição do uso de água, preservação do solo e preservação dos *habitats* de espécies silvestres. Isso corrobora o retratado por Silva e Mattos (2020), de que a preservação dos recursos naturais escassos é fator determinante para sua renovação.

Todos os entrevistados relataram que procuram fazer um melhor gerenciamento do impacto visual e da infraestrutura, evitando obras de grande porte que possam degradar

o meio ambiente. Eles desenvolvem a agricultura sustentável e a produção orgânica, bem como o manejo biológico de pragas, o qual evita a utilização de agroquímicos e desenvolve a preservação do solo com a adubação verde e orgânica. Igualmente, cinco pesquisados relataram que promovem a proteção dos recursos naturais com a preservação de nascentes de água e procuram manter áreas nativas em seus empreendimentos, procurando preservar a paisagem natural e evitando obras de grande porte que possam intervir na paisagem natural.

A implementação de fontes alternativas de energia é a prática menos desenvolvida na RTVO, visto que apenas três empreendimentos possuem mecanismos de produção de energia renovável. Os entrevistados retrataram como justificativa o alto custo financeiro para sua instalação. O estudo de Kallmuenzer *et al.* (2017) também retrata que muitos empreendimentos resistem em adotar algumas PAS devido ao seu alto custo de implementação.

### 4.3 Percepção dos pesquisados em relação às PAS

Nos últimos anos, o conceito de sustentabilidade vem ganhando maior visibilidade (BOLIS; MORIOKA; SZNELWAR, 2014), e as PAS surgem como uma forma de preservação do meio ambiente (SKIBINS; POWELL; HALLO, 2013). Desse modo, buscou-se evidenciar qual era a percepção dos gestores pertencentes à RTVO em relação às PAS (Quadro 9).

Quadro 9 – Percepção dos gestores do turismo em relação às PAS

<b>Empreendimento</b>	<b>Percepção</b>
<b>Sítio Crescer</b>	<i>A adoção de práticas sustentáveis, agrega valor por ser orgânico, produzir sem agrotóxico tem toda consciência ecológica. [...] Preservação dos recursos naturais é algo que vem crescendo, desse modo temos que se adequar ao mercado e investir nisso.</i>
<b>Família Mariani</b>	<i>Olha a gente já investe bastante com esse olhar voltado a sustentabilidade, os resíduos da uva já são todos destinados, as sementes são encaminhadas para óleo de semente, os cachos para produção de cogumelos. A gente sempre vai se adequando, o consumidor orgânico é bem consciente disso e não se importa em pagar mais pelo serviço oferecido tendo essa consciência.</i>
<b>Davida Orgânicos</b>	<i>A questão da sustentabilidade está no empreendimento desde a sua criação com a comercialização de produtos de origem orgânica. [...] A gente procura sempre estimular que o pessoal traga as próprias embalagens, e que comprem produtos a granel diminuindo assim a quantidade de embalagens</i>
<b>Sabor Ecológico</b>	<i>A sustentabilidade é algo que deve ser levado em conta cada dia mais, uma vez que, devemos nos preocupar com as questões ambientais e as gerações futuras, o que vamos deixar para eles. [...] Assim penso que a cada dia devemos investir mais nessas questões e nesse cuidado com o meio ambiente.</i>

<b>Vinícola Garibaldi</b>	<i>Temos como prioridade manter a sustentabilidade do negócio, e a cada dia, investir mais nessas questões, visto que é algo necessário a preocupação com o cuidado do meio ambiente.</i>
<b>Econatura</b>	<i>Pra nós é bem importante essa questão ambiental, é um dos nossos pilares, estamos projetando novos espaços para recepção de turistas, tudo isso pra gente levar em conta a sustentabilidade, vamos construir um novo espaço e vamos construir ou de container, ou tijolos ecológicos ou material sustentável, tudo isso é bem pensado e levamos em conta, e então esse ano instalamos energia solar, a gente faz a coleta da água da chuva, praticamente tudo que a gente faz, principalmente de construções a gente busca essas formas de ser mais ecológicas possíveis, isso acaba sendo um atrativo.</i>
<b>Família Boroto</b>	<i>Bem eu acho que assim, sempre tem o que melhorar com a questões da sustentabilidade, mas minha propriedade já é orgânica há sete anos a gente já respeita isso, sempre tem que melhorar, então a parte da vinícola precisamos de alguns cuidados maiores, partir para a biodinâmica estamos estudando, mas é um caminho, não é algo que nasce pronto</i>
<b>Sítio do Celo</b>	<i>Devemos preservar o meio ambiente através das práticas ambientalmente sustentáveis, uma vez que, temos que trabalhar para conservar o ambiente limpo, puro sem agredir a natureza [...]</i>

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, 2021.

De acordo com os relatos elencados no Quadro 9, verifica-se que os entrevistados da RTVO, em sua totalidade, percebem que a adoção de PAS tem grande importância, uma vez que diminui gastos e permite desenvolver produtos orgânicos sem agrotóxicos, os quais muitas vezes são nocivos à saúde humana e animal. Percebe-se, também, que a sustentabilidade é algo que deve ser levado em consideração, visto que a RTVO tem produtos orgânicos certificados, e os turistas vão visitá-la pensando nesse diferencial. Hellmeister e Richins (2019) argumentam, em seu estudo, que os turistas preocupados com questões ambientais já visitam os empreendimentos com um olhar de cuidado com o meio ambiente e preocupação com sua saúde.

Os gestores dos empreendimentos relataram que estão em constante busca por adequações na infraestrutura, com um olhar mais sustentável e preocupado com as questões ambientais. Relataram também que a adoção de PAS agrega valor aos produtos e serviços oferecidos nos empreendimentos, pois os turistas com essa preocupação ambiental estão dispostos a pagar mais por um serviço com consciência ambiental.

Na próxima sessão, apresentam-se as principais facilidades, os entraves e a *performance* a respeito da adoção de PAS.

#### **4.4 Facilidades, entraves e *performance* das PAS**

Dentre as facilidades da adoção de PAS, destacam-se a diminuição de gastos, a diminuição de desperdícios e a otimização no uso dos recursos (SILVA; MATTOS, 2020;

GOSSLING, 2015; HADJIKAKOU; CHENOWETH; MILLER, 2013; BLANCAS *et al.*, 2010). Porém, entraves são igualmente identificados, entre eles, os altos custos de implementação como gargalo de sua adoção e a escassez de incentivos financeiros e políticas governamentais e institucionais para apoiar a implementação (KALLMUENZER *et al.*, 2017; KHANNA; DELTAS; HARRINGTON, 2009; MASSOUD *et al.*, 2010; ZENG *et al.*, 2011).

Nesta etapa da coleta de dados, questionaram-se os entrevistados sobre facilidades, entraves e *performance* a respeito das PAS desenvolvidas na RTVO, com o intuito de atender o quarto objetivo específico. O Quadro 10 resume as percepções dos pesquisados sobre essa questão.

Quadro 10 – Percepções dos entrevistados sobre as facilidades, os entraves e a *performance* das PAS

<b>Empreendimento</b>	<b>Facilidades</b>	<b>Entraves</b>	<b>Performance</b>
<b>Sítio Crescer</b>	Diminuição do consumo de água através do sistema de aproveitamento e aquecimento da água dos hóspedes via painéis solares.	Custo alto de implantação de energia solar, custo da aquisição do sistema de aquecimento da água pela lareira, demora no retorno dos investimentos, poucos incentivos e linhas de crédito.	Diminuição de custos com energia elétrica através da energia solar, diminuição do desperdício de resíduos, aumento na qualidade de vida.
<b>Família Mariani</b>	Economia de água e energia elétrica, redução de desperdícios de embalagens, oferecimento de louça que possa ser reutilizada nos piqueniques.	Falta de dinheiro, capital de giro e mão de obra.	Aumento na qualidade de vida, preservação do meio ambiente, percepção de um empreendimento mais evoluído.
<b>Davida Orgânicos</b>	Economia de água e energia elétrica, redução de desperdícios, oferecimento de sacolas retornáveis e venda a granel, evitando o desperdício de embalagens plásticas.	Em função de ser prédio, impossibilidade de reutilização da água e impossibilidade de implantação de energia solar.	Redução do valor das contas de energia elétrica e água por economia, colaboração com o meio ambiente pela venda de produtos que não o agridem.
<b>Sabor Ecológico</b>	Demanda por alimentos orgânicos, redução do desperdício de energia elétrica e água.	Dificuldade de conseguir produtos hortifrúti frescos todo dia.	Diminuição dos custos com pagamento dos serviços de abastecimento de água e de energia elétrica.
<b>Vinícola Garibaldi</b>	Aumento constante na procura por alimentos orgânicos.	Produzir orgânicos dentro de uma empresa que tem cultivo convencional, desse modo, precisa-se esterilizar tudo quando é feita a produção de orgânicos.	Diminuição de custos e desperdícios e melhor qualidade de vida.
<b>Econatura</b>	Redução de gastos desnecessários por meio de ações ligadas à sustentabilidade e à promoção da valorização do produto orgânico.	Engajamento da população na valorização da produção orgânica.	Reaproveitamento dos recursos.
<b>Família Boroto</b>	Diferenciação é a principal facilidade, bem como respeito ao meio ambiente.	Clima, legislação e mão de obra.	Ser reconhecido pela produção de alimentos orgânicos e naturais; por meio dessa diferenciação, ter uma agregação no valor dos produtos, melhor qualidade de vida e saúde.
<b>Sítio do Célo</b>	Elemento clima que favorece a produção de alimentos orgânicos em todas as estações do ano na região.	Mão de obra e dificuldade em conseguir defensivos orgânicos.	Redução de desperdícios; preservação da saúde das pessoas que estão produzindo e, conseqüentemente, consumindo os produtos; melhor qualidade de vida e respeito com o meio ambiente.

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, 2021.

Dentre as principais facilidades observadas pelos entrevistados, destacam-se a economia de água, a redução de embalagens e o aumento pela procura de alimentos orgânicos. O clima também foi elencado como uma facilidade, em razão de que favorece a produção de produtos de origem orgânica; a redução de gastos ligados à adoção de PAS e a redução de desperdícios, visto que tudo pode ser reaproveitado, seja para adubação verde ou para compostagem. Esse resultado se assemelha ao observado por Khonje, Simatele e Musavengane (2019) e por Bakos *et al.* (2020), os quais mencionam, em seus respectivos estudos, que a economia de água é uma das práticas mais fáceis de serem empregadas devido ao seu baixo custo de implementação.

Dentre os principais entraves listados pelos entrevistados, destacam-se os custos altos de implementação de fontes de energias sustentáveis e a escassez de legislação e capital de giro. Kallmuenzer *et al.* (2017) também relataram que alguns empreendimentos não adotam PAS devido ao seu alto custo de implementação, exemplo disso são as energias sustentáveis.

A mão de obra também foi retratada como um dos principais entraves, porque a produção de orgânicos nos empreendimentos turísticos de Garibaldi se dá de forma manual, por ter um maior cuidado com a produção, e isso demanda muito trabalho braçal, o que já é deficitário na região. Outro entrave elencado foi a falta de valorização da população local, já que a maioria dos consumidores da RTVO são turistas de outras cidades e estados.

A *performance* apresentou-se com diminuição de custos, aumento na qualidade de vida, percepção de um empreendimento mais evoluído, preservação constante do meio ambiente e reconhecimento pela produção de alimentos orgânicos. Os estudos de Ruschmann (1997) e Barbieri (2011) verificaram resultados semelhantes, pois destacaram que empreendimentos preocupados com as questões ambientais colaboram com a preservação do meio ambiente, diminuindo os impactos provenientes do turismo de massa, uma vez que mesmo os mínimos cuidados com o meio ambiente já estão colaborando com sua preservação.

Os entrevistados retratam como um nível de *performance* provindo da produção de produtos de origem orgânica a preservação da saúde de quem cultiva, bem como dos consumidores desses produtos. A produção livre de agrotóxicos já é uma preocupação de boa parte dos turistas que buscam alimentos de origem orgânica, desse modo, apresenta-se como um nicho de mercado, dado que muitos consumidores necessitam de alimentos livres de agroquímicos devido a alergias ou problemas de saúde.

Na próxima seção, serão retratados os indicadores de PAS alinhados com o BST aplicado na RTVO.

#### **4.5 Indicadores de PAS de acordo com o BST**

A partir da revisão de literatura, foi possível definir 18 indicadores de PAS que poderiam ser desenvolvidas na RTVO. Esses seguiram a metodologia de análise proposta por Ko (2005), em que foi estabelecido como parâmetro de análise o valor máximo da porcentagem que o entrevistado citou durante a entrevista, exceto quando o empreendimento não possuía determinada prática, então o valor era 0%, o qual, para melhor entendimento, pode ser visualizado no Apêndice 1. Os dados obtidos na entrevista podem ser visualizados na Tabela 6.

Tabela 6 – Indicadores de PAS desenvolvidas nos empreendimentos da RTVO

<b>Indicadores (%)</b>	<b>Sítio Crescer</b>	<b>Família Mariane</b>	<b>Davida Orgânicos</b>	<b>Sabor Ecológico</b>	<b>Vinícola Garibaldi</b>	<b>Econatura</b>	<b>Família Boroto</b>	<b>Sítio do Celo</b>	<b>Média (%)</b>	<b>Desvio padrão</b>
Reutilização da água da industrialização	40	100	N/A*	N/A*	100	60	100	N/A*	80	28,28
Utilização da água da chuva	60	60	N/A*	N/A*	40	40	80	80	60	17,88
Economia de água, reutilização e captação	60	60	N/A*	N/A*	40	40	80	80	60	17,88
Monitoramento da qualidade da água	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0
Reciclagem de resíduos sólidos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0
Destino correto de resíduos orgânicos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0
Progr. redução resíduos sólidos turistas	100	100	0	100	100	0	100	100	75	48,79
Coleta de esgoto	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0
Materiais reciclados/Embalagens recicláveis	100	60	N/A*	N/A*	100	100	80	100	76,66	17,88
Energia sustentável	60	0	0	0	0	100	0	0	20	37,79
Lâmpadas LED ou econômicas	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0
Educação ambiental	100	100	0	100	100	100	100	0	75	48,79
Áreas protegidas	100	80	N/A*	N/A*	N/A*	60	100	100	88	19,14
Agrotóxicos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0
Fertilizantes inorgânicos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0
Fertilizantes orgânicos	100	100	100	100	100	100	100	100	100	0
Produção orgânica	100	100	N/A*	N/A*	40	100	100	100	90	26,83
Queimadas/Incêndios	100	100	N/A*	N/A*	100	100	60	100	90	17,88

Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa, 2021.

\*N/A: não se aplica.

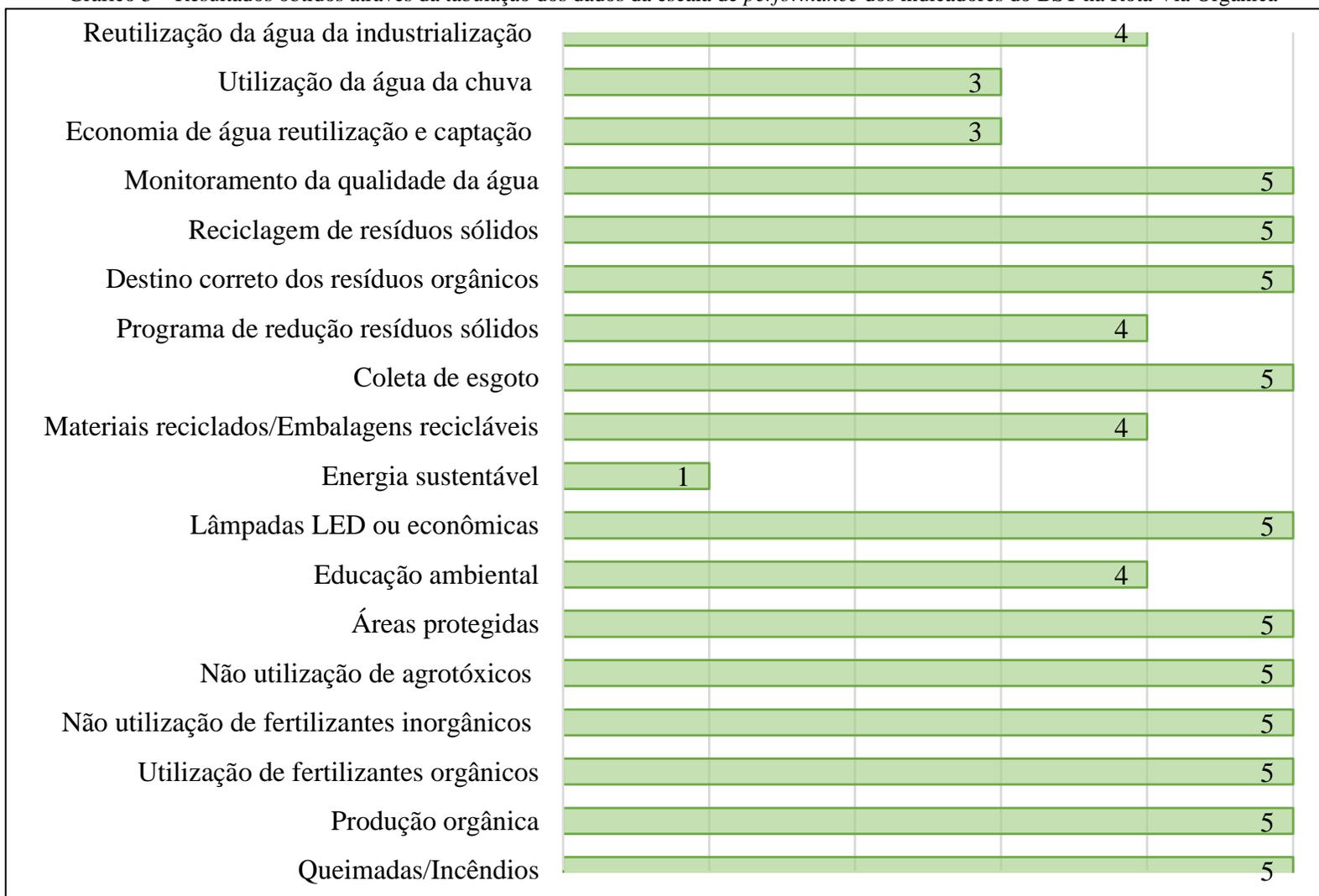
Durante as entrevistas com os representantes dos empreendimentos da RTVO, ficou evidenciado que alguns não possuíam determinados indicadores, devido à natureza da empresa. Desse modo, na Tabela 6, esses indicadores se apresentaram como “Não se aplica”. Também foi verificado o desvio padrão da porcentagem dos indicadores mencionados pelos entrevistados, a fim de verificar a dispersão do conjunto de dados. Ressalta-se que as porcentagens informadas pelos pesquisados são uma estimativa, pois eles não mantinham um controle exato.

O monitoramento da qualidade da água, a reciclagem de resíduos sólidos, o destino correto de resíduos orgânicos, a coleta de esgoto, a utilização de lâmpadas LED ou econômicas, a não utilização de agrotóxicos, a utilização de fertilizantes orgânicos e inorgânicos apresentaram uma média de 100%, o que revela que todos os empreendimentos adotam esses indicadores. Os dados apresentaram um desvio padrão de 0, o que indica que não há uma variabilidade em torno dessa média e os indicadores correspondem à realidade.

A utilização da água da chuva, a economia de água por reutilização e captação, a utilização de materiais reciclados e embalagens recicláveis e a não realização de incêndios e queimadas apresentaram uma média de 60%, com desvio padrão de 17,88 de variabilidade em torno dessas médias. As áreas protegidas corresponderam a uma média de 88%, com um desvio padrão de 19,14 em torno dessa média. Já a produção orgânica correspondeu a uma média de 90%, com um desvio padrão de 26,83 de variabilidade em torno dessa média. A reutilização da água da industrialização apresentou média de 80%, com desvio padrão de 28,28, o que indica a variabilidade em torno dessa média.

Já a energia sustentável apresentou uma média de 20%, ou seja, trata-se do indicador que é menos desenvolvido nos empreendimentos, com um desvio padrão de 37,79 de variabilidade. O programa de redução de resíduos sólidos para turistas e a prática de educação ambiental apresentaram média de 75%, com um desvio padrão de 48,79 de variabilidade em torno dessa média.

A média de cada indicador que deu origem à escala de *performance* de acordo com o BST proposto por Ko (2005) está demonstrada na Tabela 6. Já no Gráfico 3, é possível visualizar a escala de *performance*, na qual os indicadores mais perto de 5 se mostraram mais sustentáveis, enquanto os indicadores mais perto de 0 mostraram-se menos sustentáveis.

Gráfico 3 – Resultados obtidos através da tabulação dos dados da escala de *performance* dos indicadores do BST na Rota Via Orgânica

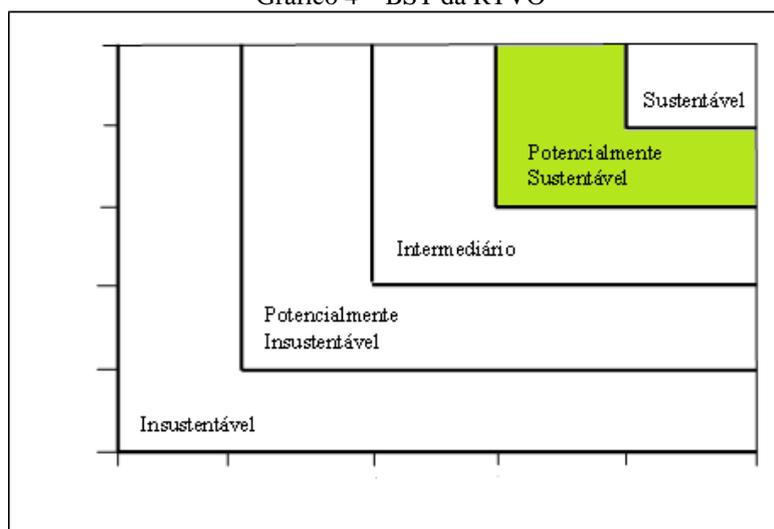
Fonte: elaboração do autor com base nos dados da pesquisa (2021).

O indicador energia sustentável, que pela média obteve peso (1), apresentou uma *performance* insustentável. Nenhum indicador obteve peso (2), o qual se apresenta como potencialmente insustentável. Os indicadores água da chuva utilizada no empreendimento e água economizada pela reutilização e captação da chuva obtiveram peso (3), apresentando uma *performance* neutra. A reutilização da água da industrialização, o programa de redução de resíduos sólidos para turistas, os materiais reciclados ou recicláveis nas embalagens dos produtos e a prática de educação ambiental obtiveram peso (4), apresentando *performance* potencialmente sustentável.

Os indicadores monitoramento da qualidade da água, reciclagem de resíduos sólidos, resíduos orgânicos utilizados na compostagem ou alimentação de animais, a coleta de esgoto, utilização de lâmpadas LED ou econômicas, áreas protegidas, não utilização de agrotóxicos, utilização de fertilizantes orgânicos e inorgânicos, produção orgânica e queimadas e incêndios obtiveram peso (5), apresentando *performance* sustentável.

Ao analisar o nível de sustentabilidade ambiental dos empreendimentos de um roteiro turístico, é fundamental a construção de uma análise acerca do panorama geral destes, de forma que se estabeleça uma imagem da situação coletiva atual desses destinos (KO, 2005). Por intermédio da média calculada entre todos os pesos de cada indicador, pode-se constatar que a RTVO é considerada uma rota de turismo potencialmente sustentável (Gráfico 4).

Gráfico 4 – BST da RTVO



Fonte: elaboração do autor (2021).

O Gráfico 4 demonstra que, na avaliação geral, os empreendimentos classificam-

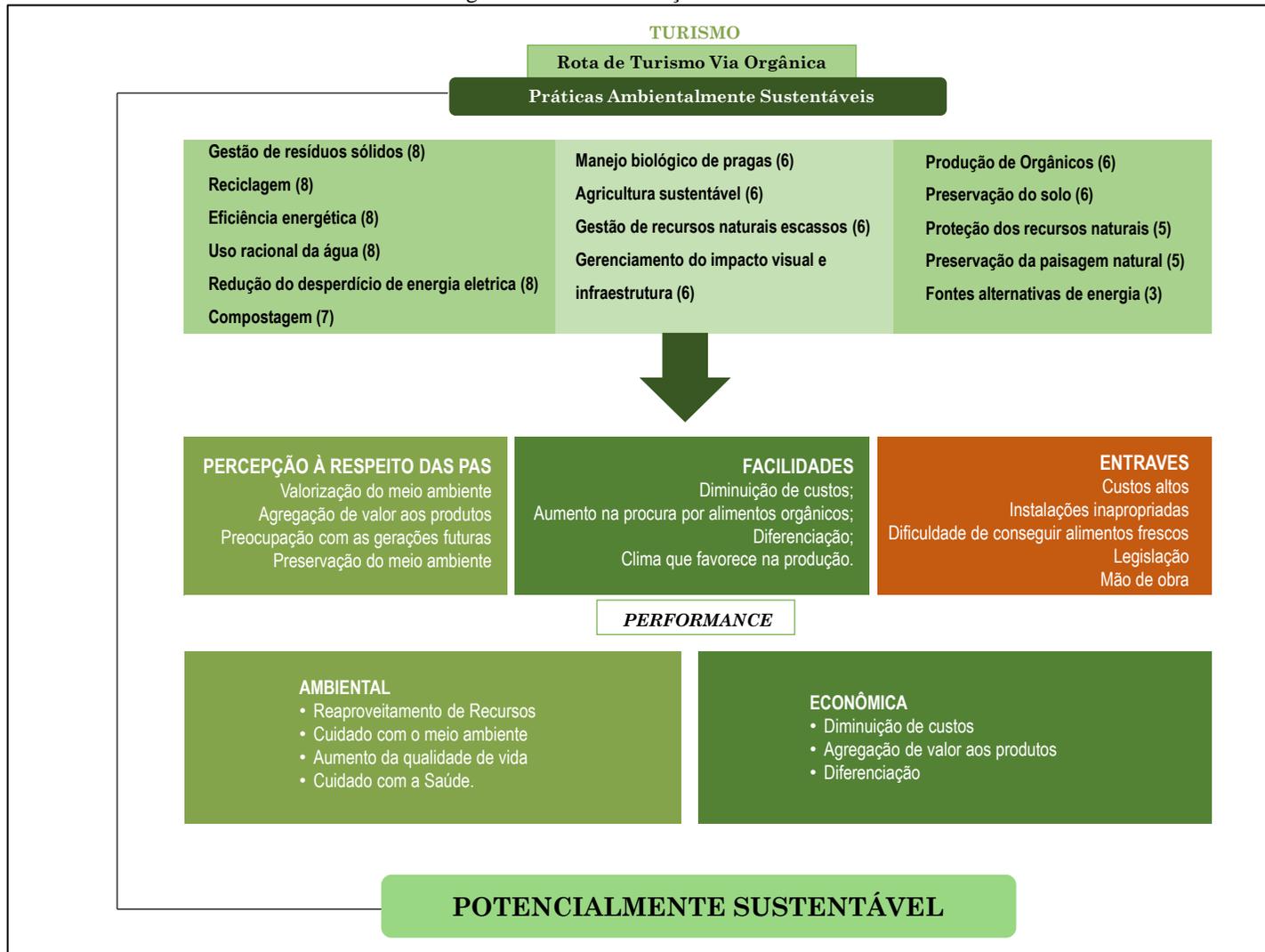
se como potencialmente sustentáveis. Esse resultado reflete o que citam alguns autores sobre a relação existente entre o turismo e a sustentabilidade, em que a atividade se torna sustentável à medida que alcança uma harmonia entre a cultura local e o meio ambiente, fundamentando-se nas práticas de conservação das características e dos recursos, preservando-os para as gerações futuras (RUSCHMANN, 1997; PIRES, 2002; KOROSSY, 2008; RICCI; SANT'ANA, 2009; CHAN *et al.*, 2014; ZU'BI *et al.*, 2015; KALLMUENZER *et al.*, 2017). Tal resultado demonstra que os empreendimentos estão a poucos passos de se tornarem completamente sustentáveis.

Na próxima seção, explana-se uma sistematização dos resultados obtidos nesta dissertação.

#### **4.6 Sistematização dos resultados da pesquisa**

Ao final da apresentação e da análise dos dados, foi possível desenvolver nova sistematização (Figura 15), porém, neste momento, baseando-se na interpretação dos dados empíricos coletados.

Figura 15 – Sistematização dos resultados



Fonte: elaboração do autor (2021).

Pela Figura 15, verifica-se que os empreendimentos da RTVO adotaram diversas PAS. Nesse sentido, os seus gestores percebem que as PAS podem promover a valorização do meio ambiente, a agregação de valor aos produtos, a preocupação com as gerações futuras e a preservação do meio ambiente.

De acordo com o BST, a RTVO se mostrou potencialmente sustentável, faltando apenas alguns indicadores para alcançar o nível sustentável. Com a adoção de PAS, os integrantes da RTVO obtêm alguns benefícios, o que possibilita maior competitividade no mercado de produtos orgânicos. Por fim, em termos de *performance*, percebe-se que a adoção de PAS auxilia no desenvolvimento ambiental e econômico dos empreendimentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação possibilitou o aprofundamento sobre temas relacionados ao fenômeno turismo, à constituição de rotas, às PAS e à agricultura orgânica. A proposta foi analisar as PAS nos empreendimentos turísticos que integram a RTVO e de que forma elas contribuem para o desenvolvimento do turismo. Assim, pôde-se perceber que os empreendimentos turísticos da RTVO adotam PAS de acordo com cada realidade, uma vez que alguns se dedicam à produção e à comercialização de orgânicos, enquanto outros a hospedagens e visitas guiadas. Dentre as principais práticas desenvolvidas, destacam-se: gestão de resíduos sólidos; reciclagem; eficiência energética; redução do desperdício de energia elétrica; e uso racional da água.

Partindo das entrevistas realizadas, pode-se afirmar que os gestores dos empreendimentos turísticos pesquisados percebem que a adoção de PAS tem grande importância, pois permite a diminuição de gastos e o desenvolvimento de produtos orgânicos sem agrotóxicos. Além disso, a sustentabilidade é algo que deve ser levado em consideração, visto que, atualmente, os turistas têm preocupação e cuidado com o meio ambiente, e isso se torna um diferencial.

Com esta pesquisa, pôde-se levantar as principais facilidades, os entraves e a *performance* a partir da adoção de PAS. Entre as principais facilidades, apresentaram-se: economia de água, redução de embalagens e aumento da procura por alimentos orgânicos. Como principais entraves, mencionaram-se: altos custos de implementação de fontes de energias sustentáveis e escassez de legislação, mão de obra e capital de giro. Já na *performance*, apresentaram-se diminuição de custos, aumento na qualidade de vida, percepção de um empreendimento mais evoluído, preservação constante do meio ambiente e reconhecimento pela produção de alimentos orgânicos.

Ficou evidenciado que os empreendimentos pesquisados desenvolvem PAS que tornam a rota potencialmente sustentável, seguindo os parâmetros estabelecidos pelo BST. Contudo, visando o alcance do nível “sustentável”, identificou-se que os empreendimentos da rota necessitam potencializar seu desempenho em relação a diversos aspectos em que apresentaram resultados “menos sustentáveis”, quais sejam: energia sustentável, água da chuva utilizada no empreendimento, água economizada por reutilização e captação da chuva, reutilização da água da industrialização, programa de redução de resíduos sólidos para turistas, materiais reciclados ou recicláveis nas embalagens dos produtos e prática de educação ambiental.

Ressalta-se que, de maneira geral, as iniciativas de sustentabilidade ambiental praticadas nos destinos analisados são realizadas de forma individual, sendo que cada empreendimento realiza as atividades que entendem ser necessárias, sem que haja auxílio mútuo e/ou troca de informações e ideias entre si.

Diante do exposto, tanto o objetivo principal como os objetivos específicos foram alcançados, porque se compreendeu quais PAS eram desenvolvidas nos empreendimentos e de que forma elas contribuem para o desenvolvimento do turismo. Também, por meio das fontes secundárias de dados utilizadas, evidenciou-se a importância da adoção de PAS para o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos turísticos.

Considerando os resultados apresentados, conclui-se que esta dissertação contribuiu com a investigação sobre o fenômeno turismo e a constituição de rotas, o conceito de sustentabilidade e a dimensão ambiental no turismo, as PAS e a agricultura orgânica, bem como o BST, que permitiu avaliar a sustentabilidade dos empreendimentos turísticos da RTVO. A escolha de utilizar tanto a abordagem qualitativa quanto a quantitativa permitiu compreender como tais temas estão associados à sustentabilidade. Esta pesquisa é uma contribuição para as áreas de Administração, Gestão e Turismo, compreendendo a importância da interdisciplinaridade nesses campos.

Em termos de sociedade, este trabalho pode auxiliar diversos profissionais a compreenderem a importância de trabalhar as PAS em uma rota turística ou em empreendimentos isolados, visto que isso torna a atividade mais evoluída frente aos turistas. Segundo os pesquisados, o setor turístico está cada vez mais competitivo, de modo que os diferenciais se tornam atrativos essenciais.

Por conseguinte, algumas limitações permearam o trabalho. Em termos metodológicos, o maior desafio enfrentado para o seu desenvolvimento foi a pandemia da Covid-19. Devido às limitações inerentes ao método aplicado nesta pesquisa, que em parte ocorreu de forma *on-line*, sem vivenciar o ambiente turístico em alguns empreendimentos e não conseguindo aplicar a todos os integrantes da RTVO. Portanto, os resultados limitam-se aos casos abordados, não podendo ser generalizados para todo o campo de uma rota de turismo, uma vez que, após a pandemia da Covid-19, os dados podem se revelar diferentes.

Quanto às implicações gerenciais, os resultados encontrados mostraram a importância de desenvolver PAS para contribuir com a preservação do meio ambiente e ter as práticas como diferencial. Além disso, destaca-se que os gestores da RTVO se

reúnem mensalmente com o propósito de organizar o desenvolvimento e a diferenciação dos negócios.

Com base no exposto, há algumas recomendações para trabalhos futuros. Esta investigação pode ser desenvolvida com os clientes da RTVO, para identificar a percepção deles em relação às PAS desenvolvidas nos empreendimentos. Outro ponto relevante é pesquisar outras rotas turísticas, não necessariamente envolvendo produção, comercialização ou industrialização de produtos orgânicos, para entender como elas desenvolvem as PAS. Ademais, pode-se elaborar um estudo em nível nacional em relação às PAS, para compreender melhor como elas são desenvolvidas nos empreendimentos turísticos e se eles, por não serem de produção orgânica, possuem menores indicadores de aplicação. Também pode ser explorada a abordagem teórica de PAS, porquanto ela apresenta potencial para ser aplicada em outros setores, bem como analisar se os empreendimentos são sustentáveis de acordo com o BST. Pode-se, ainda, realizar pesquisas com estudos comparativos entre empreendimentos turísticos de diferentes cidades e países, possibilitando, dessa maneira, entender o desenvolvimento de PAS por regiões.

Sendo assim, conclui-se que as PAS desenvolvidas nos estabelecimentos participantes da pesquisa colaboram com o desenvolvimento do turismo, uma vez que trazem diversos benefícios, como redução de custos, preservação do meio ambiente, cuidado com a saúde, produção orgânica e qualidade de vida. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa tenha contribuído de maneira elucidativa acerca dos elementos que a envolvem.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Muito além da economia verde**. São Paulo: Abril, 2012.
- ABU HAJAR, H. A.; TWEISSI, A.; ABU HAJAR, Y. A.; AL-WESHAH, R.; SHATANAWI, K. M.; IMAM, R.; ABU HAJER, M. A. Assessment of the Municipal Solid Waste Management Sector Development in Jordan towards Green Growth by Sustainability Window Analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 120539, 2020.
- ALFÖLDI, T.; FLIESSBACH, A.; GEIER, U.; KILCHER, L.; NIGGLI, U.; PFIFFNER, L.; STALZE, M.; WILLER, H. *In*: SCIALABBA, N. E.-H.; HATTAM, C. (ed.). **Organic agriculture, environment and food security**. chapter 2. Environment and Natural Resources Series 4. Food and Agriculture Organisation of the United Nation (FAO), 2002.
- ALJARADIN, M.; PERSSON, K.; SOOD, E. The role of informal sector in waste management, a case study. **Tafila-Jordan Resources and Environment**, v. 5, n. 1, p. 9-14, 2015.
- ALTARAWNEH, M. Determine the barriers of organic agriculture implementation in Jordan. **Bulgarian Journal of Agricultural Science**, v. 22, n. 1, p. 10-15, 2016.
- ANDERSON, W. Leakages in the tourism systems: case of Zanzibar. **Tourism Review**, v. 68, n. 1, p. 62-76, 2013.
- ANDRIOTIS, K.; VAUGHAN, R. Urban residents' attitudes toward tourism development: the case of Crete. **Journal of Travel Research**, v. 42, n. 2, p. 172-185, 2003.
- ANGELEVSKA-NAJDESKA, K.; RAKICEVIK, G. Planning of sustainable tourism development. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 44, p. 210-220, 2012.
- ARAOZ, G. Preserving heritage places under a new paradigm. **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, v. 1, p. 55-60, 2011.
- AZAM, M.; MAHMUDUL ALAM, M.; HAROON HAFEEZ, M. Effect of tourism on environmental pollution: further evidence from Malaysia, Singapore and Thailand. **Journal of Cleaner Production**, v. 190, p. 330-338, 2018.
- BAI, C.; SARKIS, J. Integrating sustainability into supplier selection with grey system and rough set methodologies. **International Journal of Production Economics**, v. 124, p. 252-264, 2010.
- BAI, Z.; CASPARI, T.; GONZALEZ, M.R.; BATJES, N.H.; MADER, P.; BUNEMANN, E.K.; DE GOEDE, R.; BRUSSAARD, L.; XU, M.; FERREIRA, C.S.S.; REINTAM, E.; FAN, H.; MIHELIC, R.; GLAVAN, M.; TOTH, Z. Effects of agricultural management practices on soil quality: a review of long-term experiments for Europe and China. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 265, p. 1-7, 2018.

BAHL, M. Roteiros e Eventos como elementos dinâmicos no desenvolvimento regional do Turismo. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL*, 3. **Anais [...]**. Caxias do Sul, RS, 2005.

BAKOS, J.; SIU, M.; ORENGO, A.; KASIRI, N. An analysis of environmental sustainability in small & medium-sized enterprises: patterns and trends. **Business Strategy and the Environment**, p. 1-12, 2020.

BARAL, N.; STERN, M. J.; BHATTARAI, R. Contingent valuation of ecotourism in Annapurna conservation area, Nepal: implications for sustainable park finance and local development. **Ecological Economics**, v. 66, n. 2-3, p. 218-227, 2008.

BARBIERI, J. C. Assessing the sustainability of agritourism in the US: a comparison between agritourism and other farm entrepreneurial ventures. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 21, n. 2, p. 252-270, 2013.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARROS, R. A.; OLIVEIRA ANDRADE, E. de; VASCONCELOS, A. C. F. de; CÂNDIDO, G. A. Práticas de sustentabilidade empresarial no APL calçadista de Campina Grande-PB: um estudo de caso. **Revista Gestão Industrial**, v. 6, n. 1, p. 157-177, 2010.

BATHKE, M. E. M. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola estudo de caso – Fazenda Água Santa São Joaquim-SC**. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

BELLEN, H, M. Indicadores de sustentabilidade: **uma análise comparativa – reimpressão** – Editora FGV, 256 p. Rio de Janeiro, 2007.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Senac, 1998.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 12. ed. São Paulo: Senac, 2007.

BENGTSSON, J.; AHNSTROM, J.; WEIBULL, A. C. The effects of organic agriculture on biodiversity and abundance: a meta-analysis. **Journal of Applied Ecology**, v. 42, p. 261-269, 2005.

BEREZAN, O.; RAAB, C.; YOO, M.; LOVE, C. Sustainable hotel practices and nationality: the impact on guest satisfaction and guest intention to return. **International Journal of Hospitality Management**, v. 34, p. 227-233, 2013.

BLANCAS, F. J.; CABALLERO, R.; GONZÁLEZ, M.; LOZANO-OYOLA, M.;

- PÉREZ, F. Goal programming synthetic indicators: an application for sustainable tourism in Andalusian coastal counties. **Ecological Economics**, v. 69, n. 11, p. 2158-2172, 2010.
- BOHDANOWICZ, P. Environmental awareness and initiatives in the Swedish and Polish hotel industries — survey results. **Hospitality Management**, v. 25, n. 4, p. 662-682, 2006.
- BOLIS, I.; MORIOKA, S. N.; SZNELWAR, L. I. When sustainable development risks losing its meaning. Delimiting the concept with a comprehensive literature review and a conceptual model. **Journal of Cleaner Production**, v. 83, p. 7-20, 2014.
- BONG, C.; LIM, L.; HO, W.; LIM, J.; KLEMEŠ, J.; TOWPRAYOON, S.; HO, C.; LEE, C. A review on the global warming potential of cleaner composting and mitigation strategies. **Journal Cleaner Production**, v. 146, p. 149-157, 2017.
- BRANTSAETER, A. L.; YDERSBOND, T. A.; HOPPIN, J. A.; HAUGEN, M.; MELTZER, H. M. Organic food in the diet: exposure and health implications. **Annual Review of Public Health**, v. 38, n. 1, p. 295-313, 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 6.323**, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <http://savassiaagronegocio.com.br/file/download/decreto%206323.pdf>. Acesso em: ago. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF, 2003.
- BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências. Brasília, DF, 2010a.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Destinos nacionais serão os mais procurados após pandemia, diz pesquisa**. 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2020/05/destinos-nacionais-serao-os-mais-procurados-apos-pandemia-diz-pesquisa>. Acesso em: set. 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Número de turistas em viagem pelo Brasil cresce em 2019**. 2020b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/13305-n%C3%BAmero-de-turistas-em-viagem-pelo-brasil-cresce-em-2019.html>. Acesso em: 27 mar. 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Roteiros Brasil**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Políticas de Turismo; Coordenação Geral de Regionalização, 2007b. Disponível em: [http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/introducao\\_turismo.pdf](http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/introducao_turismo.pdf). Acesso em: ago. 2020.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo como instrumento para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. 2018. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11700-turismo-como->

instrumento-para-alcan%C3%A7ar-os-objetivos-de-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel.html#:~:text=Entre%20as%20169%20metas%20dos,e%20do%20emprego%20do%20mundo. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo e Sustentabilidade**. Orientações para prestações de serviços turísticos. Brasília, DF, 2016. Disponível em: [turismo.gov.br/images/pdf/06\\_06\\_2016\\_mtur\\_guia\\_turismo\\_sustentabilidade.pdf](http://turismo.gov.br/images/pdf/06_06_2016_mtur_guia_turismo_sustentabilidade.pdf). Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo rural**: orientações básicas. 2. ed. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2010b. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Rural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Rural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf). Acesso em: out. 2019.

BRANDENBURG, A. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: Editora UFPR, n. 6, p. 11-28, jul./dez. 2002.

BUCKLEY, R. Sustainable tourism: research and reality. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 2, p. 528-546, 2012.

BUTLER, R. W. Sustainable tourism: a state-of-the-art review. **Tourism Geographies**, v. 1, n. 1, p. 7-25, 1999.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**, v. 13, n. 1, p. 57-71, 2015.

CALDAS, P. D. A. **Uma abordagem da estrutura da gestão de custos no setor de hospedagem dos hotéis nordestinos**: um estudo nos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. 136 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

CAPOCCHI, A.; VALLONE, C.; PIEROTTI, M.; AMADUZZI, A.; CAPOCCHI, A. (2019). Overtourism: a literature review to assess implications and future perspectives. **Sustainability**, v. 11, n. 12, p. 3303, 2019.

CARLSEN, J.; GETZ, D.; ALI-KNIGHT, J. The environmental attitudes and practices of family business in the rural tourism and hospitality sectors. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 9, n. 4, p. 281-297, 2001.

CENAMOR, I.; DE LA ROSA, T.; NÚÑEZ, S.; BORRAJO, D. Planning for tourism routes using social networks. **Expert Systems with Applications**, v. 69, p. 1-9, 2017.

CENSO AGRO/IBGE. **Resultados definitivos**. 2017. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf). Acesso em: set. 2020.

CHAN, E.; HON, A.; CHAN, W.; OKUMUS, F. What drives employees' intentions to implement green practices in hotels? The role of knowledge, awareness, concern and

ecological behavior. **International Journal of Hospitality Management**, v. 40, p. 20-28, 2014.

CHIN YANG, J. Y.; CHEN, Y. M. Nature-based tourism impacts in I-lan, Taiwan: Business managers' perceptions. **International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research**, v. 2, n. 3, p. 250-270, 2008.

CHOO, H.; JAMAL, T. Tourism on organic farms in South Korea: a new form of ecotourism? **Journal of Sustainable Tourism**, v. 17, n. 4, p. 431-454, 2009.

CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

CLARO, P. B. O.; CLARO, D. P.; AMÂNCIO, R. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. **Revista de Administração**, v. 43, n. 4, p. 289-300, out./dez. 2008.

COELHO, M. de F.; GOSLING, M.; GONÇALVES, C. A. Sustentabilidade e responsabilidade social corporativa como estratégia para a competitividade na hotelaria. **Turismo & Sociedade**, v. 6, n. 3, p. 645-670, 2013.

COHEN, E. Authenticity, equity and sustainability in tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 10, p. 267-276, 2002.

CUMO, F.; ASTIASO GARCIA, D.; STEFANINI, V.; TIBERI, M. Technologies and strategies to design sustainable tourist accommodations in areas of high environmental value not connected to the electricity grid. **International Journal of Sustainable Development and Planning**, v.10, p. 20-28, 2015.

CORDEIRO, I. D.; LEITE, N. K.; PARTIDÁRIO, M. R. Instrumentos de avaliação de sustentabilidade de destinos turísticos: uma revisão de literatura. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 2, 2010.

CROWDER, D. W.; REGANOLD, J. P. Financial competitiveness of organic agriculture on a global scale. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 112, p. 7611-7616, 2015.

DALE, M. A comparative analysis of energy costs of photovoltaic, solar thermal, and wind electricity generation technologies. **Applied Sciences**, v. 3, n. 2, p. 325-337, 2013.

DEDINEC, A.; MARKOVSKA, N.; RISTOVSKI, I.; VELEVSKI, G.; GJORGJEVSKA, V. T.; GRNCAROVSKA, T. O.; ZDRAVEVA, P. Economic and environmental evaluation of climate change mitigation measures in the waste sector of developing countries. **Journal of Cleaner Production**, v. 88, p. 234-241, 2015.

DEMAJOROVIC, J.; MIGLIANO, J. E. B. Política Nacional de Resíduos Sólidos e suas implicações na cadeia da logística reversa de microcomputadores no Brasil. **Gestão & Regionalidade**, v. 29, n. 87, p. 64-80, 2013.

DE PONTI, T.; RIJK, B.; VAN ITTERSUM, M. K. The crop yield gap between organic and conventional agriculture. **Agricultural Systems**, v. 108, p. 1-9, 2012.

DENG, J.; KING, B.; BAUER, T. Evaluating natural attractions for tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 2, p. 422-438, 2002.

DENSTADLI, J. M.; JACOBSEN, J. K. S. The long and winding roads: Perceived quality of scenic tourism routes. **Tourism Management**, v. 32, n. 4, p. 780-789, Aug. 2011.

DESAI, K. J.; DESAI, M. P. A theoretical study of triple bottom line approach as a tool of reporting corporate social responsibility of an enterprise. **GIRA - Global Journal for Research Analysis**, v. 5, n. 6, p. 83-85, 2016.

DIAS, R.; PIMENTA M. A. **Gestão de hotelaria e turismo**. São Paulo: Prentice Hall Pearson Brasil, 2005.

DIAZ, S.; SETTELE, J.; BRONDIZIO, E.; NGO, H.; GUEZE, M.; AGARD, J.; CHAN, K. **Summary for policymakers of the global assessment report on biodiversity and ecosystem services of the Intergovernmental Science-Policy**. Platform on Biodiversity and Ecosystem Services. Bonn, Germany: IPBES, 2019.

DIEGUES, A. C. S. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. 2003. Disponível em: [www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf](http://www.usp.br/nupaub/comsust1.pdf). Acesso em: 21 jan. 2020.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOANE, D.; MACGILLIVRAY, A. Economic sustainability: the business of staying in business. **New Economics Foundation**, p. 1-52, 2001.

DOS SANTOS, L.; SANTOS, C.; CAMPOS, A. Regionalização do turismo no Brasil e a descentralização do turismo no estado de Sergipe: o caso do roteiro cidades históricas. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA - LAS INDEPENDÊNCIAS Y CONSTRUCCIÓN DE ESTADOS NACIONALES: PODER, TERRITORIALIZACIÓN Y SOCIALIZACIÓN, SIGLOS XIX – XX*, 12. **Anais [...]**. Bogotá, 2012.

DLOUHÁ, J.; BARTON, A.; JANOUŠKOVÁ, S.; DLOUHÝ, J. Social learning indicators in sustainability-oriented regional learning networks. **Journal of Cleaner Production**, v. 49, n. 8, p. 64-73, 2013.

DULLEY, R. D. As diversas faces da agricultura orgânica. **Alimentos e Nutrição**, v. 15, n. 1, p. 73-86, 2004.

DUDLEY, N.; ALEXANDER, S. Agriculture and biodiversity: a review. **Biodiversity**, v. 18, n. 2-3, p. 45-49, 2017.

DYATLOV, S. A.; DIDENKO, N. I.; IVANOVA, E. A.; SOSHNEVA, E. B.; KULIK, S. V. Prospects for alternative energy sources in global energy sector. IOP Conference

Series. **Earth and Environmental Science**, v. 434, p. 12014, 2020.

ELKINGTON, J. **Sustentabilidade, canibais com garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2012.

ESTÊVÃO, R. S. G.; FERREIRA, F. A. F.; ROSA, Á. A.; GOVINDAN, K.; MEIDUTĖ-KAVALIAUSKIENĖ, I. A Socio-technical approach to the assessment of sustainable tourism: Adding value with a comprehensive process-oriented framework. **Journal of Cleaner Production**, v. 236, 2019.

EVANGELINOS, K.; HALKOS, G. Implementation of Environmental Management Systems Standards: important factors in the corporate decision-making. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 4, n. 3, p. 311-328, 2002.

FERNANDES, A. M. L.; MIRANDA, S. L. Sustentabilidade ambiental nas empresas e comunicação organizacional e stakeholders: Que relação e vantagens? **Comunicação, Desenvolvimento e Sustentabilidade**, v. 2, p. 101-112, 2014.

FERREIRA, D.; SILVA, P.; MADEIRA, T. F. Embalagens verdes: conceitos, materiais e aplicações. **Revista Americana de Empreendedorismo e Inovação**, Paranaguá, v. 1, n. 2, p. 28-39, 2019.

FiBL. **Area data on organic agriculture in Europe 2000-2017**. Frick, Switzerland, 2020. Disponível em: [https://statistics.fibl.org/world/key-indicators-world.html?tx\\_statisticdata\\_pi1%5Bcontroller%5D=Element2Item&cHash=ba0aa70d46b2bb18dca4638c75aa654e](https://statistics.fibl.org/world/key-indicators-world.html?tx_statisticdata_pi1%5Bcontroller%5D=Element2Item&cHash=ba0aa70d46b2bb18dca4638c75aa654e). Acesso em: ago. 2020.

FIGUEIRA, L. **Manual para elaboração de roteiros de turismo cultural**. CESPOGA.IPT – Centro de Estudos Politécnicos da Golegã, 2013.

FILHO, P. F.; ORMOND, J.G. P.; PAULA, S. R. L.; ROCHA, L. T. Agricultura Orgânica: Quando o passado é futuro. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 3-34, 2002.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONT, X.; GARAY, L.; JONES, S., Sustainability motivations and practices in small tourism enterprises in European protected areas. **Journal of Cleaner Production**, v. 137, p. 1439-1448, 2014.

FREY, M. R.; CAMARGO, M. E. Análise dos indutores da evolução da consciência ambiental. **Qualitas Revista Eletrônica**, v. 2, n. 1, 2003.

GARCIA, M. B.; NETO, J. L.; MENDES, J. G.; XERFAN, F. M. F.; VASCONCELLOS, C. A. B.; FRIEDE, R. R. Resíduos sólidos: responsabilidade compartilhada. **Semioses**, v. 9, n. 2, p. 77-91, 2016.

GATTINGER, A. *et al.* Enhanced top soil carbon stocks under organic farming. **Proceedings of the National Academy of Sciences, USA**, v. 109, p. 18226-18231, 2012.

GELLER, H.; SCHAEFFER, R.; SZKLO, A.; TOLMASQUIM, M. Policies for advancing energy efficiency and renewable energy use in Brazil. **Energy Policy**, v. 32, p. 1437-1450, 2004.

GEIR, B. **A short overview and facts on worldwide organic agriculture**. International Federation of Organic Agriculture Moviments – IFOAM. 2000. Disponível em: <http://www.ifoam.org/orgagri/oaworld.html>. Acesso em: ago. 2020.

GIBBERT, M.; RUIGROK, W.; WICKI, B. What passes as a rigorous case study? **Strategic Management Journal**, v. 29, p. 1465-1474, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN, S. R.; ROSADO-MAY, F. J.; GUADARRAMA-ZUGASTI, C.; JEDLICKA, J.; COHN, A.; MÉNDEZ, V. E.; COHEN, R.; TRUJILLO, L.; BACON, C.; JAFFE, R. Agroecología: promoviendo una transición hacia la sostenibilidad. **Ecossistemas**, v. 16, n. 1, 2007.

GOMES, M. A. F. **Água: sem ela seremos o planeta Marte de amanhã**. 2011. Disponível em: [http://www.redepeavirus.com.br/redes/form/post?pub\\_id=86583](http://www.redepeavirus.com.br/redes/form/post?pub_id=86583). Acesso em: 20 fev. 2021.

GOSSLING, S. New performance indicators for water management in tourism. **Tourism Management**, v. 46, p. 233-244, 2015.

GOSSLING, S.; PEETERS, P. Assessing tourism's global environmental impact 1900-2050. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 23, n. 5, p. 639-659, 2015.

GRAH, B.; DIMOVSKI, V.; PETERLIN, J. Managing sustainable urban tourism development: the case of Ljubljana. **Sustainability**, v. 12, p. 792, 2020.

GRAYMORE, M. **Journey to sustainability: small regions, sustainable carrying capacity and sustainability assessment methods**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Griffith University, Queensland, 2005.

GRIGALIUNAITE, V.; PILELIENE, L.; BAKANAUSKAS, A. P. Assessment of the Importance of Benefits Provided by Rural Tourism Homesteads in Lithuania. **Proceedings in the International Conference – Economic Science for Rural Development**, v. 39, n. 23-24, p. 116-123, 2015.

GUIMARAES, R.; FONTOURA, Y. Desenvolvimento sustentável na Rio+20: discursos, avanços, retrocessos e novas perspectivas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 10, n. 3, p. 508-532, 2012.

GUPTA, J.; VEGELIN, C. Sustainable development goals and inclusive development. **International Environmental Agreements: Politics, Law and Economics**, v. 16, n. 3, p. 433-448, 2016.

- GURSOY, D.; RUTHERFORD, D. G. Host attitudes toward tourism. **Annals of Tourism Research**, v. 31, n. 3, p. 495-516, 2004.
- GUZMÁN, T. J. L.; CAÑIZARES, S. M. S. La creación de productos turísticos utilizando rutas enológicas. **Pasos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Islas Canarias, Spain, v. 6, n. 2, p. 159-171, 2008.
- HADJIKAKOU, M.; CHENOWETH, J.; MILLER, G. Estimating the direct and indirect water use of tourism in the eastern Mediterranean. **Journal of Environmental Management**, v. 114, p. 548-556, 2013.
- HALL, C. M.; GÖSSLING, S.; SCOTT, D. (ed.). **The Routledge handbook of tourism and sustainability**. Abingdon: Routledge, 2015.
- HALBERG, N.; SULSER, T. B.; HOGH-JENSEN, H.; ROSEGRANT, M. W.; KNUDSEN, M. T. **Global development of organic agriculture: challenges and prospects**. 2016. p. 277-322.
- HAMMOND, A.; ADRIAANSE, A.; RODENBURG, E.; BRYANT, D.; WOODWARD, R. **Environmental indicators: a systematic approach to a measuring and reporting on environmental policy performance in the context of sustainable development**. Washington, D.C.: World Resources Institut, 1995.
- HAN, H.; KIM, Y. An investigation of Green hotel customers' decision formation: developing an extended model of theory of planned behavior. **International Journal of Hospitality Management**, v. 29, n. 4, p. 659-668, 2010.
- HAN, H.; AL-ANSI, A.; CHUA, B.-L.; TARIQ, B.; RADIC, A.; PARK, S. The post-coronavirus world in the international tourism industry: application of the theory of planned behavior to safer destination choices in the case of US outbound tourism. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 17, n. 18, p. 6485, 2020.
- HANAI, F. Y. **Sistema de indicadores de sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na Região de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, Brasil**. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.
- HAUMANN, B. F. U. S. Organic sales set new records. *In*: WILLER, H.; LERNOUD, J. (ed.). **The world of organic agriculture**. Statistics and emerging trends 2018. Frick: FiBL; Bonn: IFOAM – Organics Internacional, 2018. p. 284-288.
- HELLMEISTER, A.; RICHINS, H. Green to gold: beneficial impacts of sustainability certification and practice on tour enterprise performance. **Sustainability**, v. 11, n. 3, p. 709, 2019.
- HERNANDEZ-MASKIVKER, G.; FERRARI, S.; CRUYT, A. N. J. Exploring community stakeholders' perceptions of mass tourism: the case of Bruges. **Tourismos: An International Multidisciplinary Journal of Tourism**, v. 1, n. 14, p. 77-94, 2019.

HEYES, J.; BYCROFT, B. **Handling and processing of organic fruits and vegetables in developing countries**. FAO, 2002. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 21 jan. 2020.

HIGGINS-DESBIOLLES, F. More than an “industry”: the forgotten power of tourism as a social force. **Tourism Management**, v. 27, n. 6, p. 1192-1208, 2006.

HSU, C. Y.; CHEN, M. Y.; YANG, S. C. Residents’ attitudes toward support for Island Sustainable Tourism. **Sustainability**, v. 11, p. 5051, 2019.

HSU, S. M.; HSIEH, P. H.; YUAN, S. T. Roles of “small- and medium-sized enterprises” in service industry innovation: a case study on leisure agriculture service in tourism regional innovation. **The Service Industries Journal**, v. 33, n. 11, p. 1068-1088, 2013.

HUANG, H. C.; LIN, T. H.; LAI, M. C.; LIN, T. L. Environmental consciousness and green customer behavior: an examination of motivation crowding effect. **International Journal Hospitality Management**, v. 40, p. 139-149, 2014.

IANNONE, R.; MIRANDA, S.; RIEMMA, S.; DE MARCO, I. Improving environmental performances in wine production by a life cycle assessment analysis. **Journal of Cleaner Production**, v. 111, p. 172-180, 2016.

IEA. **Tracking clean energy progress 2017**. Paris: International Energy Agency, 2017.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PAINEL ON CLIMATE CHANGE. Regional Context. *In*: FIELD, C. B. *et al.* (ed.). **Climate Change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability**. Part A: global and sectoral aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, United Kingdom; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2014a. p. 1132.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PAINEL ON CLIMATE CHANGE. Rural areas. *In*: BARROS, V. R. *et al.* (ed.). **Climate Change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability**. Part B: regional aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, United Kingdom; New York, NY, USA: Cambridge University Press, 2014b. p. 688.

IPCC. INTERGOVERNMENTAL PAINEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change and Land**. 2019. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/srccl/chapter/chapter-2/>. Acesso em: ago. 2020.

IVANOV, D. V.; ZIGANSHIN, I. I. Eco-organic tourism as an element of the sustainable development of territories. **IOP Conference Series: Earth and Environmental Science**, v. 107, n. 1, p. 1-5, 2018.

JACKSON, J.; MURPHY, P. Clusters in regional tourism: an Australian case. **Annals of Tourism Research**, v. 33, p. 1018-1035, 2006.

JAYASOORIA, D. Sustainable development goals and social work: opportunities and

challenges for social work practice in Malaysia. **Journal of Human Rights and Social work**, v. 1, n. 1, p. 19-29, 2016.

JONES, P.; HILLIER, D.; COMFORT, D. Sustainability in the hospitality industry: Some personal reflections on corporate challenges and research agendas. **International Journal of Contemporary Hospitality Management**, v. 28, p. 36-67, 2016.

KALLMUENZER, A.; NIKOLAKIS, W.; PETERS, M.; ZANON, J. Trade-offs between dimensions of sustainability: Exploratory evidence from family firms in rural tourism regions. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 26, p. 1204-1221, 2017.

KASTENHOLZ, E.; CARNEIRO, M. J.; MARQUES, C. P.; LOUREIRO, S. M. C. The dimensions of rural tourism experience: impacts on arousal, memory, and satisfaction. **Journal of Travel & Tourism Marketing**, v. 35, n. 2, p. 189-201, 2017.

KENNEDY, C. M. *et al.* A global quantitative synthesis of local and landscape effects on wild bee pollinators in agroecosystems. **Ecology Letters**, Oxford, v. 16, p. 584-599, 2013.

KHANNA, M.; DELTAS, G.; HARRINGTON, D. R. Adoption of pollution prevention techniques: the role of management systems and regulatory pressures. **Environmental Resource Economic**, v. 44, p. 85-106, 2009.

KHONJE, L. Z.; SIMATELE, M. D.; MUSAVENGANE, R. Environmental sustainability innovations in the accommodation sub-sector: views from Lilongwe, Malawi. **Development Southern Africa**, 2019.

KO, D. W.; STEWART, W. P. A structural equation model of residents' attitudes for tourism development. **Tourism Management**, v. 23, n. 5, p. 521-530, 2002.

KO, T. G. Assessing Progress of Tourism Sustainability. **Annals of Tourism Research**, v. 28, n. 3, p. 817-820, 2001.

KO, T. G. Development of a tourism sustainability assessment procedure: a conceptual approach. **Tourism Management**, v. 26, n. 3, p. 431-445, 2005.

KOENS, K.; POSTMA, A.; PAPP, B. Is overtourism overused? Understanding the impact of tourism in a city context. **Sustainability**, v. 10, n. 12, p. 4384, 2018.

KOROSSY, N. Do turismo predatório ao turismo sustentável: uma revisão sobre a origem e a consolidação do discurso da sustentabilidade na atividade turística. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 56-68, 2008.

KUŠČER, K.; MIHALIČ, T. Residents' attitudes towards overtourism from the perspective of tourism impacts and cooperation – the case of Ljubljana. **Sustainability**, v.11, n. 6, p. 1823, 2019.

KRONEMBERGER, D. M. P. **A viabilidade do desenvolvimento sustentável na escala local: o caso da Bacia do Jurumirim, Angra dos Reis, RJ.** 2003. 274 f.

- Tese (Doutorado em Geociências) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- KUSHWAH, S.; DHIR, A.; SAGAR, M.; GUPTA, B. Determinants of organic food consumption, a systematic literature review on motives and barriers. **Appetite**, v. 143, 2019.
- LACERDA, C. S.; LIMA, E. R. V.; MARTINS, M. F. Sistemas de indicadores de sustentabilidade para a atividade turística e suas contribuições. **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, AL, v. 9, n. 1, p. 114-132, 2019.
- LACOSTE, P.; NAVARRETE, S. Alternativas no tradicionales de desarrollo rural: la Ruta del Pisco como recurso turístico (Valle de Elqui, Chile). **IDESIA**, v. 32, n. 4, p. 5-14, 2014.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LANE, B. Sustainable rural tourism strategies: a tool for development and conservation. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 2, n. 1-2, p. 102-111, 1994.
- LANE, B.; KASTENHOLZ, E. Rural tourism: the evolution of practice and research approaches – towards a new generation concept? **Journal of Sustainable Tourism**, v. 23, n. 8-9, p. 1133-1156, 2015.
- LAZAROIU, G.; ANDRONIE, M.; UȚĂ, C.; HURLOIU, I. Trust management in organic agriculture: sustainable consumption behavior, environmentally conscious purchase intention, and healthy food choices. **Frontiers in Public Health**, v. 7, 2019.
- LENZEN, M.; SUN, Y.; FATURAY, F.; TING, Y.; GESCHKE A.; MALIK A. The carbon footprint of global tourism. **Nature Climate Change**, v. 8, p. 522-528, 2018.
- LYNCH, D. H.; HALBERG, N.; BHATTA, G. D. Environmental impacts of organic agriculture in temperate regions. **CAB Reviews**, v. 7, p. 1-17, 2012.
- LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2007.
- MACEDO, R. F. **Fatores de sucesso ou insucesso do turismo ambientalmente sustentável**: percepção das autoridades públicas no Pólo Costa das Dunas do Rio Grande do Norte. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.
- MAHER, P.; VAUGEOIS, N.; MCDONALD, D. Examining the use of student extension tours to expose the costs and benefits of tourism to rural communities. **Journal of Rural and Community Development**, v. 5, n. 1, p. 113-127, 2010.

- MAIA, S.; MARTINS, U.; BAPTISTA, M. Cultural tourism in the urban context. Museum routes – the cases of Aveiro and Ílhavo (Portugal). *In: COLLOQUE INTERNATIONAL NOUVEAUX MUSÉES, NOUVELLES ÈRES URBAINES, NOUVELLES MOBILITÉS TOURISTIQUES. Anais [...].* Paris, 20 e 21 de janeiro, 2011.
- MANSOUR, H.; AL- YAHYAI, F.; HEIBA, E. The Recycling Concept in Art Education at Sultan Qaboos University-ty. **Journal of Education and Social Development**, v. 2, n. 2, p. 82-87, 2018.
- MARTINS, A. A.; ARAÚJO, A. R.; GRAÇA, A.; CAETANO, N. S.; MATA, T. M. Towards sustainable wine: comparison of two Portuguese wines. **Journal of Cleaner Production**, v. 183, p. 662-676, 2018.
- MARTINS, M. de F.; CÂNDIDO, G. A. **Índice de desenvolvimento sustentável para municípios (IDSM): metodologia de cálculo e análise do IDSM e a classificação dos níveis de sustentabilidade para espaços geográficos.** João Pessoa: Sebrae, 2008.
- MARTINEZ, M. F.; ALVES, M. B.; PERREIRA, L. A.; BEYER, P. O. Redução do consumo de energia elétrica através de conceitos Green Building. **Eletrônica de Potência**, v. 14, n. 2, 2009.
- MASSOUD, M. A.; FAYAD, R.; EL-FADEL, M.; KAMLEH, R. Drivers, barriers and incentives to implementing environmental management systems in the food industry: a case of Lebanon. **Journal Cleaner Production**, v. 18, p. 200-209, 2010.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa mercadológica.** São Paulo: Atlas, 1994.
- MAZHENOVA, S.; CHOI, J. G.; CHUNG, J. International tourists' awareness and attitude about environmental responsibility and sustainable practices. **Global Business & Finance Review**, v. 21, n. 2, p. 132-146, 2016.
- MCLAUGHLIN, A.; MINEAU, P. The impact of agricultural practices on biodiversity. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, v. 55, n. 3, p. 201-212, 1995.
- MEBRATU, D. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, v. 18, p. 493-520, 1998.
- MEDEIROS, L. C.; MORAES, P. E. S. Turismo e sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento do turismo sustentável. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 3, n. 2, 2013.
- MENGEL, K. Impact of intensive agriculture on resources and environment. *In: FRAGOSO, M. A. C.; VAN BEUSICHEM, M. L.; HOUWERS, A. (ed.). Optimization of Plant Nutrition.* Developments in Plant and Soil Sciences. Dordrecht: Springer, 1993.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis:

Vozes, 2001.

MOTTA, E. R. G. **Turismo no espaço rural**: as transformações socioambientais no caminho do vinho em São José dos Pinhais-PR. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MOUSINHO, P. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: modelos internacionais e especificidades do Brasil. 2001. 398 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MUHAMMED, S. E.; COLEMAN, K.; WU, L.; BELL, V. A.; DAVIES, J. A. C.; QUINTON, J. N.; CARNELL, E. J.; TOMLINSON, S. J.; DORE, A. J.; DRAGOSITS, U.; NADEN, P. S.; GLENDINING, M. J.; TIPPING, E.; WHITMORE, A. P. Impact of two centuries of intensive agriculture on soil carbon, nitrogen and phosphorus cycling in the UK. **Science of the Total Environment**, v. 634, p. 1486-1504, 2018.

NASCIMENTO, K. O.; MARQUES, E. C.; COSTA, S. R. R.; TAKEITI, C. Y.; BARBOSA, M. I. M. J. A importância do estímulo à certificação de produtos orgânicos. **Acta Tecnológica**, v. 7, n. 2, p. 55-64, 2012.

NUNES, E. R.; MARTINS, M. F. Indicadores de sustentabilidade para o turismo sustentável: um estudo no município de Bananeiras (PB). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 12, n. 2, p. 258-273, 2019.

OECD. ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Sustainable development**: critical issues. Paris: OECD Publications, 2001.

OECD. ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Rumo ao desenvolvimento sustentável**: indicadores ambientais. Trad. Ana Maria S. F. Teles. Salvador: Centro de Recursos Ambientais, 1987.

OKLEVIK, O.; GÖSSLING, S.; HALL, C. M.; JACOBSEN, J. K. S.; GRØTTE, I. P.; MCCABE, S. Overtourism, optimisation, and destination performance indicators: a case study of activities in Fjord Norway. **Journal of Sustainable Tourism**, p. 1-21, 2019.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo internacional**: uma perspectiva global. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2003.

OMT. ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Código de ética do turismo**. 1999. Disponível em: [http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil\\_0.pdf](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf). Acesso em: set. 2020.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Rio+20** – os temas em debate. ONU, 2012.

ORGANIS. CONSELHO BRASILEIRO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA E SUSTENTÁVEL. **Panorama de consumo de orgânicos no Brasil 2019**. 2020. Disponível em: <https://organis.org.br/wp-content/uploads/2019/09/PESQUISA->

ORGANIS-2019-B3.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

ORMOND, J. G. P. *et al.* **Agricultura orgânica**: quando o passado é futuro. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, 2002.

PADILHA, A. C. M. **A estratégia de diversificação de sustento rural e a dinâmica da capacidade absorptiva no contexto do turismo rural**: proposição de estrutura de análise. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

PADILHA, A. C. M.; AZEVEDO, J. B. L.; DOCENA, L. T.; DE MATTOS FAGUNDES, P. Turismo rural e recursos hídricos no município de Carazinho (RS): um estudo empírico identificando oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 8, p. 74-92, 2015.

PADILHA, A. C. M.; DE SÁ, M. M.; RODRIGUES, R. G. Horizontes da cooperação e intercooperação na primeira rota de turismo orgânica do Brasil. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DE TURISMO RURAL Y DESARROLLO SUSTENTABLE – CITURDES, 11. **Anais [...]**. Universidad Nacional, Costa Rica, Sede Regional Chorotega, 2018. p. 221-236.

PADILHA, A. C. M.; SOUZA, M.; SECCHI, M.; PELLEGRINI, M.; FILHO, L.F.F. Evidence of the strategy of livelihood diversification in rural areas: the case of the Vale do Paraíso Tourism Route, Brazil. *In*: INTERNATIONAL TOURISM CONGRESS. **Anais [...]**. Ilha da Madeira, Portugal, 2019.

PARTIDÁRIO, M. R. Integração do conceito de desenvolvimento sustentável no turismo nacional. **Jornal Água & Ambiente**, v. 69, p. 26-27, 2004.

PEETERS, P. M.; GÖSSLING, S.; KLIJS, J.; MILANO, C.; NOVELLI, M.; DIJKMANS, C. H. S.; EIJGELAAR, E.; HARTMAN, S.; HESLINGA, J.; ISAAC, R.; MITAS, O.; MORETTI, S.; NAWIJN, J.; PAPP, B.; POSTMA, A. **Research for TRAN Committee - Overtourism**: impact and possible policy responses. Brussels: European Parliament, Directorate General for Internal Policies, Policy Department B: Structural and Cohesion Policies, Transport and Tourism, 2018.

PELLEGRINI, A. **Dicionário enciclopédico de ecologia e turismo**. São Paulo: Monole, 2000.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. 2. ed. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PJEROTIC, L.; DELIBASIC, M.; JOKSIENE, I.; GRIESIENE, I.; GEORGETA, C.P. Sustainable Tourism Development in the Rural Areas, **Transformations in Business & Economics**, v. 16, n. 3(42), p.21-30, 2017.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem**: métodos, avaliação e utilização. Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POSTMA, A.; SCHMUECKER, D. Understanding and overcoming negative impacts of

tourism in city destinations: conceptual model and strategic framework. **Journal of Tourism Futures**, v. 3, n. 2, p. 144-156, 2017.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 89, p. 271-283, 2017.

PRESCOTT-ALLEN, R. **How to save the world**: strategy for world conservation. London: Corgi Books, 1942.

PRESCOTT-ALLEN, R. **The wellbeing of nations**: a country-by-country index of quality of life and the environment. Island Press: Washington, 2001.

PROVOST, C.; PEDNEAULT, K. The organic vineyard as a balanced ecosystem: improved organic grape management and impacts on wine quality. **Scientia Horticulturae**, v. 208, p. 43-56, 2016.

RADOMSKY, G. F. W. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. **Revista IDEAS**, v. 3, n. 1, p. 133-164, 2009.

RAMEH, L. M.; SANTOS, M. S. T. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontros e desencontros no campo pernambucano. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 49-66, 2011.

REICHERT, L.; LANZER, R. M. O desenvolvimento turístico sustentável em lagoas costeiras do município de Osório, Rio Grande do Sul / Brasil: características e especificidades destes recursos naturais. **Revista TURYDES: Turismo y Desarrollo**, v. 8, n. 18, p. 1-21, 2015.

REGANOLD, J. P.; WACHTER, J. M. Organic agriculture in the twenty-first century. **Nature Plants**, v. 2, n. 2, p.15221, 2016.

ROBINOT, E.; GIANNELLONI, J.-L. Do hotels' "green" attributes contribute to customer satisfaction? **Journal of Services Marketing**, v. 24, n. 2, p. 157-169, 2010.

ROESCH, S. M. A. **Projetos de estágio do curso de administração**. São Paulo: Atlas, 1996.

RASOOLIMANESH, S. M.; RINGLE, C. M.; JAAFAR, M.; RAMAYAH, T. Urban vs. rural destinations: Residents' perceptions, community participation and support for tourism development. **Tourism Management**, v. 60, p. 147-158, 2017.

RIBEIRO, M.; MARQUES, C. Rural tourism and the development of less favoured areas - between rhetoric and practice. **International Journal of Tourism Research**, v. 4, p. 211-220, 2002.

RICCI, F.; SANT'ANA, R. Desenvolvimento turístico sustentável: o artesanato local como alternativa na cidade de Santo Antônio do Pinhal, SP. **Revista Cultura e Turismo**, Santa Cruz, v. 3, n. 1, 2009.

- RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 1997.
- SACCHELLI, S.; FABBRIZZI, S.; BERTOCCI, M.; MARONE, E.; MENGHINI, S.; BERNETTI, I. A mix-method model for adaptation to climate change in the agricultural sector: a case study for Italian wine farms. **Journal Cleaner Production**, v. 166, p. 891-900, 2017.
- SAARINEN, J.; GILL, A. M. **Resilient destinations and tourism**: governance strategies in the transition towards sustainability in tourism. Abingdon, UK: Routledge, 2018.
- SAMBUICHI, R. H. *et al.* **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília, DF: Ipea, 2017.
- SANCHES, F. C. **Turismo rural sustentável**: uma análise das práticas de sustentabilidade ambiental de empreendimentos no Oeste do Paraná. 2015. 126 p. Dissertação (Mestrado em Ecossistemas e dinâmicas Socioambientais e Tecnologias aplicadas ao Meio Ambiente) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015.
- SANCHES, F. C.; SCHMIDT, C. M. Indicadores de sustentabilidade ambiental: uma análise das práticas sustentáveis em empreendimentos de turismo rural. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, p. 89, 2016.
- SÁNCHEZ, A. G.; GARCÍA, F. J. El turismo cultural y el de sol y playa: ¿sustitutivos o complementarios? **Cuadernos de Turismo**, v. 11, p. 97-106, 2003.
- SANTOS, G. N. C.; BERNARDES, M. B. J. Turismo sustentável e educação ambiental: dois importantes aliados na promoção do desenvolvimento sustentável. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 58, 2019.
- SCALCO, S.; ANDREA, C.; OLIVEIRA, J. Caracterização das motivações e entraves para o produtor rural de orgânicos no Brasil. **Espacios**. v. 36. n.14, 2015.
- SCHERER, L.; FERNANDES, S. B.; BORGUETTI, R.; AJALA, R.; BOLZAN, E. A Rota Via Orgânica: turismo sustentável na inovação em ecoturismo e turismo gastronômico. *In*: FORUM INTERNACIONAL ECOINOVAR, 2017, 6. **Anais [...]**. Santa Maria: ECOINOVAR, 2017.
- SCHMITT, C. J. *et al.* La experiencia brasileña de construcción de políticas públicas en favor de la Agroecología. *In*: SABOURIN, E. *et al.* (org.). **Políticas públicas a favor de la agroecología en América Latina y el Caribe**. Porto Alegre: Evangraf/Criação Humana, 2017.
- SCOTT, N.; COOPER, C.; BAGGIO, R. Destination networks – four Australian cases. **Annals of Tourism Research**, v. 35, n. 1, p. 169-188, 2008.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA DE GARIBALDI.

- Garibaldi, a capital do espumante.** 2020. Disponível em: <http://turismo.garibaldi.rs.gov.br/rotas-atrativos/via-organica>. Acesso em: 27 maio 2020.
- SEVERO, E. A.; GUIMARÃES, J. C. F.; DE DORION, E. C. H.; NODARI, C. H. Environmental sustainability and organizational performance: an empirical study in the Brazilian Metal-Mechanic industry. **Journal of Cleaner Production**, v. 96, p. 118-125, 2015.
- SILVA, D.; ESTENDER, A. C.; MACEDO, D. L.; MURAROLLI, P. L. A importância da sustentabilidade para a sobrevivência das empresas. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v. 5, n. 5, p. 74-91, 2016.
- SILVA, K. B.; MATTOS, J. B. A spatial approach for the management of groundwater quality in tourist destinations. **Tourism Management**, v. 79, 2020.
- SILVA, N. C.; CÂNDIDO, G. A. Sistema de indicadores de sustentabilidade do desenvolvimento do turismo: um estudo de caso do Município de Areia-PB. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 10, n. 3, p. 475-496, 2016.
- SKAGGS, B.; DROGE, S. The performance effects of service diversification: a focus on small banks. **Journal of Small Business Management**, v. 30, n. 2, 2004.
- SKIBINS, J. C.; POWELL, R. B.; HALLO, J. C. Charisma and conservation: Charismatic megafauna's influence on safari and zoo tourists' pro-conservation behaviors. **Biodiversity and Conservation**, v. 22, n. 4, p. 959-982, 2013.
- SLOAN, P.; LEGRAND, W.; TOOMAN, H.; FENDT, J. Best practices in sustainability: German and Estonian hotels. **Advances in Hospitality and Leisure**, v. 5, p. 89-107, 2009.
- SMIT, B.; BRKLACICH, M. Sustainable development and the analysis of rural systems. **Journal of Rural Studies**, v. 5, n. 4, p. 405-414, 1989.
- STANFORD, D. Exceptional visitors: dimensions of tourist responsibility in the context of New Zealand. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 16, p. 258-275, 2008.
- STIPANUK, D. M. **Hospitality facilities management and design**. Lansing, MI: Educational Institute of the American Hotel & Lodging Association, 2002.
- SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. Trad. Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000.
- TARRANT, M.; CORDELL, H. K. Amenity values of public and private forests: Examining the value – attitude relationship. **Environmental Management**, v. 30, n. 5, p. 692-703, 2002.
- TELFER, D. J. Tastes of Niagara: building strategic alliances between tourism and agriculture. **International Journal of Hospitality & Tourism Administration**, v. 1,

n.1, p. 71-88, 2000.

TEW, C.; BARBIERI, C. The perceived benefits of agritourism: the provider's perspective. **Tourism Management**, v. 33, n. 1, p. 215-224, 2012.

THENG, S.; QIONG, X.; TATAR, C. Mass tourism vs alternative tourism? Challenges and new positionings. **Études Caribéennes**, n. 31-32, 2015.

TODD, S. L.; ANDERSON, L. S. Place attachment and perceptions of benefits generated by the future Tioughnioga River Trail Project. *In*: PEDEN, J. G.; SCHUSTER, R. M. (ed.). **Proceedings of the 2005 northeastern recreation research symposium**. Bolton Landing, NY; Newtown Square, PA: U.S. Forest Service, Northeastern Research Station, 2005. p. 401-407.

TORTELLA, B. D.; TIRADO, D. Hotel water consumption at a seasonal mass tourist destination. The case of the island of Mallorca. **Journal of Environmental Management**, v. 92, n. 10, p. 2568-2579, 2011.

TORRE, G.; MORALES-FERNÁNDEZ, E.; NARANJO, L. Análisis del turismo gastronómico en la provincia de Córdoba. **Tourism & Management Studies**, n. 8, 2012.

TRENTIN, F.; SANSOLO, D. G.; GRUBER, D. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito – MS. **Turismo - Visão e Ação**, v. 8, n. 1 p. 61-74, 2006.

TROSCHINETZ, A. M.; MIHELICIC, J. R. Sustainable recycling of municipal solid waste in developing countries. **Waste Manage**, v. 29, n. 2, p. 915-923, 2009.

UNESCO. **A UNESCO e o ano internacional do turismo sustentável**. 2017. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/ia/about-this-office/prizes-and-celebrations/2017-international-year-of-sustainable-tourism/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

UNWTO. UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Covid-19: putting people first**. 2020a. Disponível em: <https://unwto.org/tourism-covid-19-coronavirus>. Acesso em: 18 maio 2020.

UNWTO. UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Indicadores de desarrollo para los destinos turísticos**: Guia Prático. Madrid: UNWTO, 2005.

UNWTO. UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos**: Guia práctica. Madrid: UNWTO, 2004.

UNWTO. UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Overtourism: Understanding and Managing Urban Tourism Growth Beyond Perceptions**. Madrid: UNWTO, 2018.

UNWTO. UNITED NATIONS WORLD TOURISM ORGANIZATION. **World tourism barometer nº 18 January 2020**. 2020b. Disponível em:

<https://www.unwto.org/world-tourism-barometer-n18-january-2020>. Acesso em: 17 jun. 2020.

VALVERDE, N. P. **Sustentabilidade local e turismo**: por uma compreensão do “turismo sustentável”. *In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL*, 4. Universidade de Caxias do Sul, Mestrado em Turismo, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2006.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WAN, C.; SHEN, G. Q.; CHOI, S. Experiential and instrumental attitudes: interaction effect of attitude and subjective norm on recycling intention. **Journal of Environmental Psychology**, v. 50, p. 69-79, 2017.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. **Our ecological footprint**: reducing human impact on the Earth. Gabriola Island: New Society Publishers, 1996.

WANG, W.; FENG, L.; ZHENG, T.; LIU, Y. The sustainability of ecotourism stakeholders in ecologically fragile areas: implications for cleaner production. **Journal of Cleaner Production**, v. 123606, 2020.

WANG, P. W.; JIA, J. B. Tourists' willingness to pay for biodiversity conservation and environment protection, Dalai Lake protected area: Implications for entrance fee and sustainable management. **Ocean & Coastal Management**, v. 62, p. 24-33, 2012.

WOODCRAFT, S. Social sustainability and new communities: moving from concept to practice in the UK. **Procedia-Social and Behavioral Sciences**, v. 68, p. 29-42, 2012.

WTTC. WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. **Economic Research**. 2019. Disponível em: <http://www.wttc.org/about/>. Acesso em: 24 jan. 2020.

XAVIER, A. C.; PICOLI, R. A. Métricas de indicadores de sustentabilidade para cidades históricas turísticas, **Revista americana de empreendedorismo e inovação**, v.2, n.3, 2020.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2010.

YUSOF, N.; RAHMAN, S.; IRANMANESH, M. The environmental practice of resorts and tourist loyalty: the role of environmental knowledge, concern, and behavior. **Anatolia**, v. 27, n. 2, p. 214-226, 2015.

ZENG, S. X.; MENG, X. H.; ZENG, R. C.; TAM, C.M.; TAM, V.W.Y.; JIN, T. How environmental management driving forces affect environmental and economic performance of SMEs: a study in the Northern China district. **Journal Cleaner Production**, v. 19, p. 1426-1437, 2011.

ZENTNER, R. P.; BASNYAT, P.; BRANDT, S. A.; THOMAS, A. G.; ULRICH, D.; CAMPBELL, C. A.; FERNANDEZ, M. R. Effects of input management and crop diversity on economic returns and riskiness of cropping systems in the semi-arid

Canadian Prairie. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 26, n. 3, p. 208-223, 2011.

ZENKER, S.; KOCK, F. The coronavirus pandemic – a critical discussion of a tourism research agenda. **Tourism Management**, v. 81, p. 104164, 2020.

ZOURIDAKI, G. M. **The promotion of local sustainable development through the planning of integrated tourist routes**. The case study of Archanes village. Dissertação (Mestrado em Gestão de Turismo Sustentável) – Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, Politécnico de Leiria, 2019.

ZU'BI, M. F.; AL-DMOUR, H.; AL-SHAMI, M.; NIMRI, R. Integrated green purchase model: an empirical analysis on Jordan. **International Journal of Operations and Logistics Management**, v. 4, n. 2, p. 139-151, 2015.

## Apêndice A – Formulário de entrevista apresentado aos responsáveis pelos empreendimentos de turismo da Rota de Turismo Via Orgânica

### 1 IDENTIFICAÇÃO E INSERÇÃO

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
1. Nome do Empreendimento (razão social ou fantasia): .....
2. Proprietário (nome):.....
3. N° de sócios: .....
4. Informante (nome): .....
5. Cargo/Função/Escolaridade do informante: .....
6. Natureza do Empreendimento: ( ) Pessoa Física ( ) Pessoa Jurídica
7. Ano de início do empreendimento turístico: .....
8. Tipo de iniciativa para o desenvolvimento do turismo: ( ) individual ( ) coletiva
<b>LOCALIZAÇÃO</b>
9. Endereço: .....
10. Localidade (bairro, comunidade, etc.): .....
11. Referência de localização: .....
12. Município: ..... CEP: .....
13. Telefone: ( ) 3464-7904 Fax: ( ) .....
14. E-mail: .....
15. Website: .....
<b>PÚBLICO FREQUENTADOR</b>
16. Origem geográfica. .....
17. Classe de renda. .....
18. Faixa etária. .....
19. Ocupação profissional. .....
20. Frequentadores individuais, familiares, grupos, outros. .....
21. Tamanho do público que frequenta (n° de pessoas) e época (sazonalidade). .....
22. Grau de exigência quanto ao serviço oferecido. .....
<b>POTENCIALIDADE PARA NOVOS SERVIÇOS/PRODUTOS</b>
23. No empreendimento? .....
24. Na Região? .....
<b>CAPACIDADE</b>
25. Qual é a capacidade de atendimento e dos serviços oferecidos? .....
26. Taxa média de turistas (ano): .....
<b>INFRAESTRUTURA</b>
27. Estradas de acesso .....
28. Sinalização .....
29. Rede elétrica .....
30. Telefone/internet .....

<b>PRODUÇÃO/VENDA/DIFICULDADES</b>
31. Quais produtos são produzidos/vendidos no empreendimento? .....
32. Para onde são vendidos os produtos produzidos no empreendimento? ..... .....
33. Hoje, qual é a maior dificuldade do seu empreendimento? .....
34. Em relação à Covid-19, qual foi/está sendo o impacto no seu empreendimento? .....
<b>MEIO AMBIENTE</b>
35. Na sua opinião, qual é a prioridade em investir nas questões ambientais para o desenvolvimento da atividade turística neste empreendimento? .....
36. Há incentivo para a implementação de práticas ambientalmente sustentáveis por parte dos governos? .....
37. Pretende investir em infraestrutura para a adoção de práticas ambientalmente sustentáveis? .....
<b>PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS</b>
38. O seu empreendimento incentiva seus fornecedores, colaboradores e outras partes interessadas, através de suas ações relacionadas à sustentabilidade? .....
39. Quais práticas ambientalmente sustentáveis descritas abaixo são utilizadas em seu empreendimento:  <input type="checkbox"/> Gestão de resíduos sólidos; <input type="checkbox"/> Reciclagem; <input type="checkbox"/> Compostagem; <input type="checkbox"/> Eficiência energética; <input type="checkbox"/> Fontes alternativas de energia; <input type="checkbox"/> Redução desperdício de energia elétrica; <input type="checkbox"/> Uso racional da água; <input type="checkbox"/> Proteção dos recursos naturais; <input type="checkbox"/> Gestão de recursos naturais escassos; <input type="checkbox"/> Gerenciamento do impacto visual e infraestrutura; <input type="checkbox"/> Preservação da paisagem natural; <input type="checkbox"/> Manejo biológico de pragas; <input type="checkbox"/> Agricultura sustentável; <input type="checkbox"/> Produção de orgânicos; <input type="checkbox"/> Preservação do solo.
40. Envolve os colaboradores em ações e atividades ligadas à sustentabilidade? .....
41. Promove capacitação e treinamento tanto para os colaboradores quanto para a comunidade local sobre cuidados com o meio ambiente? .....
42. Houve aumento na procura de alimentos orgânicos nos últimos 5 anos? .....
43. Quais as principais facilidades para a implantação de práticas ambientalmente sustentáveis no seu empreendimento? .....
44. Quais os principais entraves para a implantação de práticas ambientalmente sustentáveis no seu empreendimento? ..... .....

**PERFORMANCE**

45. Os turistas procuram a RTVO por ela estar ligada com a dimensão ambiental? (Produção Orgânica)

.....

46. No cotidiano, é possível verificar se os turistas se preocupam com meio ambiente?

.....

47. Os turistas preocupam-se em saber a origem dos alimentos oferecidos em seu empreendimento?

.....

48. A certificação orgânica é um diferencial dos produtos produzidos/comercializados/oferecidos em seu empreendimento? De que maneira?

.....

49. Na sua opinião, a produção/comercialização/oferta de produtos orgânicos contribuem com a preservação do meio ambiente?

.....

50. Qual o resultado da implementação de práticas ambientalmente sustentáveis?

.....

Indicadores de sustentabilidade ambiental								
Sistema	Subsistema	Nº indicador de sustentabilidade (IS)	Questões	Respostas				
Água	Consumo e qualidade da água	IS 1	51 O empreendimento reutiliza a água utilizada na industrialização de produtos?	( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica				
			52 Qual a origem de água utilizada na industrialização dos produtos?					
			53 De toda a água utilizada na industrialização, quanto % é reutilizado?	0 a 20% ( )	21 a 40% ( )	41 a 60% ( )	61 a 80% ( )	81 a 100% ( )
		IS 2	54 Possui programas de captação de água da chuva? (Cisternas para a utilização em chuveiros, pias, vasos sanitários, irrigação, dentre outros)	( ) Sim ( ) Não				
			55 Quais são os programas e de que forma funcionam?					
			56 Da água captada da chuva, quanto equivale ao total de toda a água utilizada no empreendimento?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
		IS 3	57 Qual é a quantidade de água economizada pela reutilização e captação da água? (% do total gasto/mês)	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
		IS 4	58 Existe monitoramento da qualidade da água? (testes microbiológicos e físico-químicos)	( ) Sim ( ) Não				
			59 De que forma é realizado?					
			60 Com que frequência esses testes foram/são realizados?	Nunca ( )	De 11 a 20 anos atrás ( )	De 6 a 10 anos atrás ( )	De 1 a 5 anos atrás ( )	São realizados periodicament e ( )

Uso dos recursos	Coleta de lixo	IS 5	61 O empreendimento possui processos de reciclagem de resíduos sólidos?	( ) Sim ( ) Não				
			62 De que forma é realizada a separação?					
			63 Do total de lixo gerado, quanto é reciclado?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
		IS 6	64 Como é tratado o lixo orgânico?					
			65 Possui unidades de compostagem?	( ) Sim ( ) Não				
			66 Do total gerado, quanto % é utilizado em unidades de compostagem ou para alimentação de animais?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
	IS 7	67 Existem programas de redução da quantidade de resíduos sólidos para os turistas?	( ) Sim ( ) Não					
		68 Como funcionam esses programas?						
		69 O empreendimento teve algum programa ao longo do tempo?	Nunca ( )	De 11 a 20 anos atrás ( )	De 6 a 10 anos atrás ( )	De 1 a 5 anos atrás ( )	São realizados periodicamente ( )	
	Tratamento de esgoto	IS 8	70 Como se dá o sistema de coleta de esgotos no empreendimento? (Existência de fossas, sistema de coleta, dentre outros)					
71 Quais são as técnicas adotadas?								

			72 Do total gerado, quanto % passa por um processo de coleta de esgoto?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
Uso dos recursos	Embalagens	IS 9	73 Utilizam garrafas diferenciadas/mais leves para os produtos?	( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica				
			74 De que forma isso funciona? Quais os benefícios?					
			75 Utilizam materiais reciclados ou recicláveis nas embalagens dos produtos?	( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica				
			76 Qual a % de materiais reciclados ou recicláveis nas embalagens dos produtos?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
Consumo de energia		IS 10	77 O empreendimento realiza programas de redução de consumo de energia elétrica? (Desligar lâmpadas, sensores de presença, utilização de energia solar para iluminação, dentre outros)	( ) Sim ( ) Não				
			78 Realiza-se utilização de energias alternativas? (energia/aquecimento solar, energia eólica, moinho/roda d'água)	( ) Sim ( ) Não				
			79 Quais atividades são desenvolvidas?					
			80 Do total de energia elétrica utilizado no empreendimento, quanto % provém de energia sustentável?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
			81 O empreendimento faz a utilização de lâmpadas LED ou econômicas para redução do consumo de energia?	( ) Sim ( ) Não				

		<b>IS 11</b>	82 Do total de energia elétrica utilizado no empreendimento, quantos % provêm de lâmpadas LED ou econômica?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
	Iniciativas de educação ambiental	<b>IS 12</b>	83 O empreendimento possui programas ou práticas de educação ambiental?	( ) Sim ( ) Não				
			84 Como funcionam esses programas/práticas?					
			85 O empreendimento teve algum programa ao longo do tempo?	Nunca ( )	De 11 a 20 anos atrás ( )	De 6 a 10 anos atrás ( )	De 1 a 5 anos atrás ( )	São realizados periodicamente ( )
Espécies e populações	Áreas protegidas	<b>IS 13</b>	86 No empreendimento, existem áreas preservadas, recuperadas ou em processo de recuperação?	( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica				
			87 Qual é a % da área total?	Não existe ( )	De 1 a 10% ( )	De 11 a 20% ( )	De 21 a 30% ( )	31% ou mais ( )
Terra	Uso de agrotóxicos	<b>IS 14</b>	88 São aplicados agrotóxicos?	( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica				
			89 Qual é a % de agrotóxicos utilizados na produção (Kg/Ha)?	1 a 1,2 ( )	1,3 a 2,5 ( )	2,6 a 3,4 ( )	3,5 a 6,9 ( )	7 ou mais ( )

Terra	Uso de fertilizantes	IS 15	90 São aplicados fertilizantes inorgânicos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica				
			91 Qual é a % de fertilizantes inorgânicos utilizados na produção	81 a 100 % ( )	61 a 80 % ( )	41 a 60 % ( )	21 a 40 % ( )	0 a 20% ( )
		IS 16	92 São aplicados fertilizantes orgânicos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica				
			93 Qual é a % de fertilizantes orgânicos utilizados na produção?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
	Produção orgânica	IS 17	94 O empreendimento possui técnicas de produção orgânica?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica				
			95 Quais são as técnicas praticadas?					
			96 Do total da produção, quanto % provém de cultivo orgânico?	0 a 20 % ( )	21 a 40 % ( )	41 a 60 % ( )	61 a 80 % ( )	81 a 100% ( )
			97 Como é feita a preservação do solo/manejo/adubação?					
Ar	Emissão de gases e poluentes	IS 18	98 São realizadas queimadas e incêndios no empreendimento? (plantações, lixo, desmatamento, dentre outros)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica				
			99 De qual tipo?					
			100 Com que frequência?	Nunca ( )	De 11 a 20 anos atrás ( )	De 6 a 10 anos atrás ( )	De 1 a 5 anos atrás ( )	São realizados periodicamente ( )
			101 É utilizado forno/caldeiras na industrialização de produtos orgânicos?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica				
			102 São utilizados filtros nas chaminés para reduzir a emissão de gases?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica				

## Apêndice B – Termo de consentimento livre e esclarecido

### UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO (PPGAdm)

#### Dados de identificação:

**Título da Dissertação:** “*PRÁTICAS AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEIS EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS: O CASO DA ROTA VIA ORGÂNICA DE GARIBALDI-RS*”

**Pesquisador Responsável:** Marcelo Pellegrini

**Instituição que pertence o pesquisador:** Universidade de Passo Fundo – UPF

**Telefones para contato:** (54) 996265282

O Sr.(a) está sendo convidado a participar do projeto mencionado acima e, para a consecução de seus objetivos geral e específicos, será feita uma entrevista com os selecionados. Para obter uma maior segurança na coleta dos dados, será utilizado como recurso a gravação da entrevista através da plataforma Google Meet ou um instrumento de captura de áudio para gravar as perguntas abertas e fechadas que integram o roteiro de perguntas semiestruturado.

O objetivo da pesquisa não é expor o pesquisado. Portanto, os nomes serão preservados, apenas será utilizado o nome do empreendimento. O intuito desta entrevista é somente possibilitar ao entrevistador a identificação dos elementos necessários à sua pesquisa, já comentados anteriormente, como forma de gerar estudos acadêmicos e outras discussões sobre o assunto.

A participação é de caráter inteiramente voluntário. O pesquisador garante a confiabilidade das informações geradas e a privacidade do sujeito da pesquisa.

#### Consentimento:

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG \_\_\_\_\_ declaro que recebi explicações fornecidas pelo pesquisador descrito acima e que estou ciente de que ele poderá utilizar os dados obtidos na realização da entrevista semiestruturada para sua pesquisa, mantendo sigilo naqueles aspectos que considerar de boa ética.

\_\_\_\_\_, RS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
Pesquisado(a)

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável

**OBSERVAÇÃO:** O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido original permanecerá em poder dos pesquisadores.

•Gostaria de ter acesso ao resultado desta pesquisa? ( ) sim ( ) não

Em caso positivo, qual seria a melhor forma:

( ) organização de um evento entre os participantes.

( ) envio do relatório por e-mail, nesse caso identifique o e-mail: \_\_\_\_\_

( ) reunião do pesquisador com participantes isoladamente.

( ) outros: \_\_\_\_\_

## Apêndice C – Fotos das entrevistas presenciais

Cooperativa Vinícola Garibaldi



Davida Orgânicos



Execução da entrevista na Cooperativa Vinícola Garibaldi



Família Boroto



Econatura



Entrada Família Boroto



Linha de produtos Família Boroto

